

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	10

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	11
3.2 - Medições não contábeis	12
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	13
3.4 - Política de destinação dos resultados	14
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	15
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	16
3.7 - Nível de endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras informações relevantes	19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	20
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	26
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	28
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	67
4.5 - Processos sigilosos relevantes	68
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	69
4.7 - Outras contingências relevantes	70

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	71
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	72
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	73
5.3 - Descrição dos controles internos	74
5.4 - Alterações significativas	77
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	78
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	79
6.3 - Breve histórico	80
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	81
6.6 - Outras informações relevantes	82
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	83
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	84
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	86
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	93
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	95
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	96
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	97
7.8 - Políticas socioambientais	98
7.9 - Outras informações relevantes	99
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	100
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	101
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	102

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	103
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	104
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	110
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	111
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	115
9.2 - Outras informações relevantes	125
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	128
10.2 - Resultado operacional e financeiro	141
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	143
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	144
10.5 - Políticas contábeis críticas	145
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	147
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	148
10.8 - Plano de Negócios	149
10.9 - Outros fatores com influência relevante	150
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	151
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	152
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	153
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	155
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	157
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	158
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	159
12.7/8 - Composição dos comitês	163

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	164
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	165
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	180
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	181
12.13 - Outras informações relevantes	182

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	183
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	186
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	190
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	192
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	193
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	194
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	195
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	196
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	197
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	198
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	199
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	201
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	202
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	204
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	205
13.16 - Outras informações relevantes	207

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	208
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	212
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	213
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	214
14.5 - Outras informações relevantes	215

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	216
15.3 - Distribuição de capital	221
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	222
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	223
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	224
15.7 - Principais operações societárias	225
15.8 - Outras informações relevantes	226

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	227
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	228
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	235
16.4 - Outras informações relevantes	236

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	237
17.2 - Aumentos do capital social	238
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	239
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	240
17.5 - Outras informações relevantes	241

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	242
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	244
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	245
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	246
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	248
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	249
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	250
18.8 - Títulos emitidos no exterior	251
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	252
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	253
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	254
18.12 - Outras informações relevantes	255

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	256
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	257
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	258

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	259
20.2 - Outras informações relevantes	260

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	261
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	262
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	263
21.4 - Outras informações relevantes	264

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

RUBEM ROBERTO RIBEIRO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



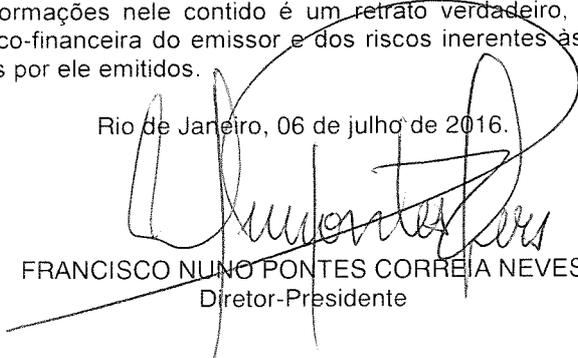
WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente da **WLM Indústria e Comércio S.A.**, abaixo assinado, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, após exame do Formulário de Referência relativo ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2016.



FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES
Diretor-Presidente



WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores da **WLM Indústria e Comércio S.A.**, abaixo assinado, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, após exame do Formulário de Referência relativo ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2016.


RUBEM ROBERTO RIBEIRO
Diretor-Vice Presidente e de
Relações com Investidores



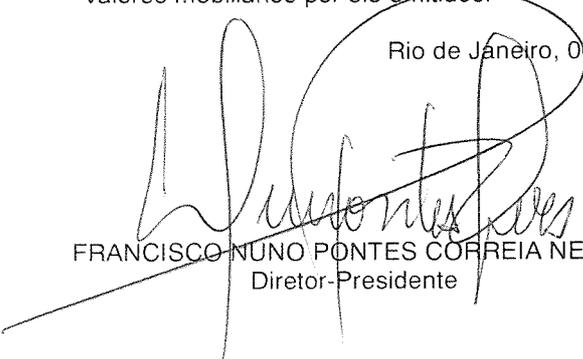
WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da **WLM Indústria e Comércio S.A.**, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, após exame do Formulário de Referência relativo ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2016.



FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES
Diretor-Presidente



RUBEM ROBERTO RIBEIRO
Diretor-Vice Presidente e de
Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES ASSOCIADOS
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	04/04/2011 a 02/12/2011
Descrição do serviço contratado	<p>Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatórios de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria contemplando o balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da WLM Indústria e Comércio S.A. e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira em 31 d dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os resultados abrangentes e os fluxos de caixa do exercício a encerrar-se naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) para as demonstrações financeiras individuais e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Exame das demonstrações financeiras individuais da WLM Indústria e Comércio S.A. referentes ao exercício a findar-se em 31 dezembro de 2011, com valores expressos em reais (R\$), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas da WLM Indústria e Comércio S.A. e suas controladas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).</p> <p>Controladas:</p> <p>Auditoria para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:</p> <p>Fatura Agropecuária S.A. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>Revisão (sem emissão de relatório) para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:</p> <p>Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda. Itaipu Norte Máquinas e Veículos Ltda. Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada) Itapura Agropecuária Ltda. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Sumasa Industria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada)</p>

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 270,6 mil (duzentos e setenta mil e seiscentos reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Para o exercício de 2011, os honorários dos auditores independentes estão contratados por R\$ 290 mil (duzentos e noventa mil reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Justificativa da substituição

Alteração da razão social. Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes (CNPJ 52.803.244/0001-06), entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL	04/04/2011 a 02/12/2011	918.587.207-53	RUA SETE DE SETEMBRO Nº 71, 15º ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20050-005, Telefone (21) 35347500, Fax (21) 22211935, e-mail: jgurgel@kpmg.com.br

Possui auditor?

SIM

Código CVM

210-0

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

CPF/CNPJ

57.755.217/0001-29

Período de prestação de serviço

03/12/2011 a 26/04/2012

Descrição do serviço contratado

Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatórios de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria contemplando o balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da WLM Indústria e Comércio S.A. e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os resultados abrangentes e os fluxos de caixa do exercício a encerrar-se naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) para as demonstrações financeiras individuais e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas.

Exame das demonstrações financeiras individuais da WLM Indústria e Comércio S.A. referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, com valores expressos em reais (R\$), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas da WLM Indústria e Comércio S.A. e suas controladas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Controladas:

Auditoria para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:

Fatura Agropecuária S.A.
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.

Revisão (sem emissão de relatório) para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:

Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda.
Itaipu Norte Máquinas e Veículos Ltda.
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada)
Itapura Agropecuária Ltda.
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e
Sumasa Industria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada)

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 270,6 mil (duzentos e setenta mil e seiscentos reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Para o exercício de 2011, os honorários dos auditores independentes estão contratados por R\$ 290 mil (duzentos e noventa mil reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Justificativa da substituição

Incorporação da KPMG Auditores Associados (atual denominação da BDO Auditores Independentes) pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES - CNPJ nº 57.755.217/0001-29, que passou a figurar como a prestadora de serviços de auditoria eventualmente em curso.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL	03/12/2011 a 26/04/2012	918.587.207-53	Av. Almirante Barroso, nº 52, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35347500, Fax (21) 22211935, e-mail: jgurgel@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - Sociedade Simples
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	27/04/2012
Descrição do serviço contratado	<p>Execução de serviços de auditoria das informações contábeis individuais e consolidadas do exercício a findar em 31 de dezembro de 2015 e revisão especial, de acordo com a NBC TR 2400, das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015 e 30 de setembro de 2015, além dos serviços de auditoria para as seguintes empresas controladas:</p> <p>Para efeito de equivalência e consolidação, com a emissão de relatórios:</p> <p>.Fatura Agropecuária S.A. .Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. .Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>Revisão de acordo com a NBC TR 2410 para efeito de equivalência e consolidação, sem emissão de relatórios:</p> <p>.Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda. .Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. .Itapura Agropecuária Ltda. .Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. .Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada) .Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada).</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 256.800,00 (Duzentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais).
Justificativa da substituição	Atendimento às disposições da Instrução CVM nº 308/99, de 14.05.99 (Art. 31) e Deliberação nº 549/08, de 10.09.08 (Inciso I).
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JULIAN CLEMENTE	27/04/2012	085.922.988-22	Rua Buenos Aires nº 48, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20070-022, Telefone (21) 22105166, Fax (21) 22105166, e-mail: julian.clemente@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a serem apresentadas em relação à auditoria externa da Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	443.686.452,42	484.435.080,34	479.842.166,66
Ativo Total	518.924.800,93	579.579.878,90	689.016.838,33
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	496.843.855,61	864.876.439,09	1.134.715.242,09
Resultado Bruto	102.734.895,30	138.041.886,02	154.599.729,76
Resultado Líquido	3.964.483,33	12.201.516,40	19.372.517,12
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	36.414.670	7.282.934	7.282.934
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	12,184278	66,516473	65,885832
Resultado Básico por Ação	0,108871	1,675357	2,659988
Resultado Diluído por Ação	0,11	1,67	2,66

3.2 - Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

Ebitda ou Lajida - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização:

2013 - R\$ 37.523 mil
 2014 - R\$ 16.920 mil
 2015 - R\$ (991) mil

Disponibilidades – caixa + bancos + aplicações financeiras:

2013 - R\$ 161.750 mil
 2014 - R\$ 138.877 mil
 2015 - R\$ 71.504 mil

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

DESCRIÇÃO	R\$ MIL			VAR. %
	IFRS			
	2015	2014	2013	2015 X 2014
Lucro Líquido	3.965	12.201	19.373	(67,5)
IR/CS	2.514	6.595	18.257	(61,9)
Resultado Financeiro Líquido	(11.215)	(5.477)	(2.442)	104,8
Depreciação e Amortização	3.745	3.601	2.335	4,0
Ebitda	(991)	16.920	37.523	(105,9)
Margem Ebitda	(0,2)	2,0	3,3	

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O Ebitda, sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (em português: resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é utilizado pela WLM como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que este indicador é o mais apropriado para comparações, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis, como a depreciação e a amortização.

Em termos financeiros, ao final dos exercícios de 2015, 2014 e 2013 a Companhia não tinha qualquer dívida registrada a título de empréstimos e financiamentos. A avaliação de endividamento líquido e grau de alavancagem financeira não se aplicam, pois a WLM mantém caixa líquido, já que não tem dívida e tem posições financeiras com disponibilidade imediata.

O conceito de dívida líquida (endividamento de curto prazo e de longo prazo – caixa) não se aplica, portanto.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não ocorreu nenhum evento subsequente relevante.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros

A Companhia adota os princípios estabelecidos pela Lei 6.404/76 e suas alterações (Lei das Sociedades Anônimas), de acordo com as práticas contábeis em vigor. Dessa forma, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício é retido a título de constituição de reserva legal.

Conforme determina o artigo 36 do estatuto da Companhia, após a constituição da reserva legal, do restante, até 70% (setenta por cento) serão destinados metade à reserva de investimentos com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades sociais e a outra metade para reserva para garantir o pagamento de dividendos aos acionistas.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

De acordo com artigo 37 do seu Estatuto Social, a Companhia destina anualmente pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais aprovadas em Assembleia) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia adota a prática de distribuir dividendos aos acionistas anualmente, após a divulgação dos resultados do exercício. No entanto, não há uma política formal que defina tal periodicidade, existindo, portanto, a possibilidade de o Conselho de Administração vir a deliberar pagamento de dividendos intermediários mediante a utilização da conta Reserva de Lucros, "Garantia para Pagamento de Dividendos", ou a título de antecipação do resultado anual.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido sejam, anualmente, destinados à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	5.818.817,53	21.538.082,83	20.915.487,12
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,007152	25,001086	25,000111
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	1,313016	4,451013	4,041799
Dividendo distribuído total	3.002.802,97	12.500.415,34	7.500.018,82
Lucro líquido retido	4.145.512,11	16.422.566,05	15.948.036,94
Data da aprovação da retenção	29/04/2016	30/04/2015	30/04/2014

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	596.563,92	29/06/2016	2.207.617,93	29/05/2015	2.143.719,31	24/06/2014
Preferencial	785.800,62	29/06/2016	2.907.898,85	29/05/2015	2.823.730,87	24/06/2014
Outros						
Ordinária	699.305,48	29/06/2016	3.186.977,03	29/05/2015	1.092.938,25	24/06/2014
Preferencial	921.132,95	29/06/2016	4.197.921,53	29/05/2015	1.439.630,39	24/06/2014

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EM 2016					
Provento	Evento e Data	Montante (Em Reais)	Valor por ação ON / PN		Data de pagamento
			(Em Reais)		
Dividendo Adicional (*)	AGO de 29/04/2016	1.620 mil	ON 0,04220	PN 0,04642	29/06/2016

(*) Fazem jus ao recebimento de dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia em 29/04/2016.

PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EM 2015					
Provento	Evento e Data	Montante (Em Reais)	Valor por ação ON / PN		Data de pagamento
			(Em Reais)		
Dividendo Complementar (*)	AGE de 17/09/2015	36.265 mil	ON 4,72213	PN 5,19434	13/11/2015
Dividendo Adicional (**)	AGO de 30/04/2015	2.533 mil	ON 0,329770	PN 0,362747	29/05/2015

(*) Fazem jus ao recebimento de dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia em 17/09/2015.

(**) Fazem jus ao recebimento de dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia em 30/04/2015.

PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS EM 2014					
Provento	Evento e Data	Montante (Em Reais)	Valor por ação ON / PN		Data de pagamento
			(Em Reais)		
Dividendo Complementar (*)	AGE de 17/12/2013	14.000 mil	ON 1,82300	PN 2,00530	24/01/2014
Dividendo Adicional (**)	AGO de 30/04/2014	7.500 mil	ON 0,976590	PN 1,074249	24/06/2014

(*) Fazem jus ao recebimento de dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia em 17/12/2013.

(**) Fazem jus ao recebimento de dividendos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia em 30/04/2014.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	75.238.348,51	Índice de Endividamento	16,97753702	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		36.947.609,12	1.781.944,42	7.885.252,06	28.623.542,91	75.238.348,51
Total			36.947.609,12	1.781.944,42	7.885.252,06	28.623.542,91	75.238.348,51
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes com relação à situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O planejamento de novos investimentos da WLM está sempre associado à perspectiva de crescimento econômico e à manutenção de programas voltados para manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do País.

As condições políticas e econômicas no Brasil exercem impacto direto sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para contê-la poderão provocar efeitos adversos sobre o nível de atividade econômica no Brasil, os mercados brasileiros de capitais, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. O aumento das receitas da WLM e o aumento de seu lucro operacional dependem do crescimento da demanda por produtos que oferecemos, qual sejam, principalmente, veículos pesados (ônibus e caminhões).

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que atualmente acredita serem os mais prováveis a afetar o seu desempenho:

(a) à Companhia

Possibilidade de perder a bandeira Scania para comercialização de veículos automotores

A principal atividade econômica da Companhia é a comercialização de caminhões e chassis de ônibus exclusivamente da marca Scania assim como a venda de peças e prestação de serviços de manutenção para veículos da marca. No caso do contrato de representação da marca Scania vir a ser cancelado os negócios da WLM neste segmento de atuação seriam comprometidos no curto prazo.

Possibilidade de não conseguir estabelecer totalmente a estratégia de negócios.

A habilidade para estabelecer as principais iniciativas de crescimento que fazem parte da estratégia de atuação da WLM depende de uma série de fatores, dentre os quais sua capacidade de:

- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em seus mercados atuais;
- identificar com êxito novas oportunidades de negócios;
- expandir sua rede de concessionárias no Brasil;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada;
- continuar a expansão da base de clientes.

Não é possível assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico para o êxito da estratégia é a habilidade de identificar com sucesso as demandas do mercado. Se qualquer um dos produtos comercializados e/ou serviços prestados pela Companhia tiver problemas de qualidade, a WLM pode ter dificuldades em atender as necessidades de seus consumidores finais.

Dependência da rede própria de concessionárias para a venda dos produtos comercializados aos clientes localizados em suas respectivas regiões.

A rede de concessionária Scania da WLM atende regiões específicas na área onde estão localizadas. Caso alguma delas venha a sofrer danos significativos, ou caso as atividades da Companhia de revenda e prestação de serviço venha a ser reduzidas ou interrompidas devido às greves (na Companhia ou em qualquer importante fabricante de produtos), atrasos na liberação ou entrega de produtos, problemas de infraestrutura ou quaisquer outros eventos similares, seria necessário alocar recursos de outra concessionária para atender aos clientes pertencentes à região afetada. Tal evento poderia ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas poderão afetar adversamente as operações.

O sucesso na adoção do plano de negócios depende, em grande parte, do desempenho dos sistemas automatizados da WLM e de serviços de telecomunicações. A Companhia depende de tais sistemas para realizar seus negócios e para obter, processar rapidamente, analisar e administrar os dados, de forma a facilitar a compra e a distribuição de veículos pesados e itens de estoque – como peças de reposição;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

receber, processar e enviar os pedidos a tempo; administrar o faturamento e realizar a cobrança de clientes, bem como processar os pagamentos aos fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevisíveis ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros. Qualquer interrupção em seus sistemas pode resultar na perda de informações importantes e aumentar os custos, afetando negativamente a imagem da WLM e a sua capacidade de oferecer produtos e serviços de qualidade e confiáveis. Dessa forma, o desempenho satisfatório, a confiabilidade e a disponibilidade dos sistemas são importantes para garantir a capacidade da Companhia de atrair e manter clientes, bem como prestar serviços adequados aos mesmos.

Apólices de seguro podem ser insuficientes para garantir proteção integral contra perdas substanciais.

Os negócios da WLM estão sujeitos a riscos envolvendo ações trabalhistas e civis, além do transporte dos produtos comercializados e fenômenos da natureza. A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, tais como incêndio, queda de raio, explosão, vendaval, responsabilidade civil garagista, roubo ou furto qualificado de bens e valores no interior do estabelecimento ou em trânsito. Todavia, não é possível garantir que a cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices, tais como caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento das atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las ou ainda renová-las em termos suficientes e favoráveis.

Dependência de transportadoras do principal fornecedor e de terceirizadas. Problemas no relacionamento com essas empresas ou na qualidade dos serviços prestados poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia não possui frota suficiente ou tampouco opera os veículos utilizados para transportar os veículos pesados (caminhões e ônibus) que comercializa. Dessa forma, depende de transportadoras dos fabricantes e de terceirizados para entregar esses produtos em suas concessionárias, como é o padrão no segmento de comercialização de veículos pesados. A eventual incapacidade de criar ou manter relacionamentos satisfatórios com as empresas responsáveis pela entrega dos veículos, bem como a falha de tais transportadoras de prestar os serviços de transporte de acordo com as necessidades, poderia afetar adversamente a Companhia.

Muitos dos clientes utilizam financiamentos do BNDES para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, estando sujeitos a mudanças institucionais e/ou nas linhas de crédito neste banco.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possui diversas linhas de financiamento que são utilizadas por grande número de clientes da WLM. Por ser um banco de fomento vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o BNDES está sujeito a maior ingerência política e pode sofrer mudanças que afetem as regras de concessão de crédito, reduzam a disponibilidade ou os benefícios das condições de tais financiamentos. A não efetivação, a suspensão, a interrupção ou a mudança significativa nestes financiamentos poderá afetar a estimativa de crescimento dos negócios da Companhia. A disponibilidade de recursos com condições semelhantes às do BNDES é restrita, o que poderia causar efeito adverso nos resultados da WLM.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e poderá ser no futuro, ré ou, conforme o caso, autora em processos judiciais ou administrativos, em diversas esferas. Não é possível garantir que os resultados destes processos serão sempre plenamente favoráveis, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que impeçam a realização dos negócios como inicialmente planejados, ou eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado, podem causar efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atuação em segmentos de grande concorrência, o que poderá, em algum momento, vir a causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo. A WLM enfrenta a concorrência de outros produtos e marcas sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como os produtos das montadoras Mercedes Benz, Man e Volvo, dentre outras. Ademais, estas empresas oferecem grande variedade de produtos nos segmentos em que a Companhia atua, que competem com as linhas de produtos comercializados. A WLM enfrenta ainda, na revenda de peças, concorrência de pequenos fornecedores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam com peças não genuínas. Desta forma, podem oferecer preços mais baixos, o que poderia resultar na diminuição do volume de vendas e/ou fazer com que a Companhia tenha que reduzir seus preços, o que implicaria em margens menores. Ainda, novos concorrentes poderão entrar nesses mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Adicionalmente, as atuais e futuras marcas concorrentes dos produtos comercializados podem ser bem sucedidas em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e campanhas de marketing mais efetivas, de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados de atuação da WLM poderá resultar em perda de participação de mercado.

A identidade das marcas da WLM é um fator importante para o sucesso do negócio. Se não for possível utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de marcas, as atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

A Companhia entende que suas marcas – relacionadas no item 9 deste Formulário - têm valor significativo e desempenham papel importante na manutenção e melhoria de sua posição competitiva. Nos últimos anos, foram feitos investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento dessas marcas, incluindo aquisições de novas concessionárias.

Atualmente, a Companhia tem 32 marcas, estando a maior parte delas registrada no INPI. No entanto, não é possível garantir que essas marcas não serão violadas, ou, então, que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ainda, caso a titularidade de qualquer das marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, a Companhia pode ser proibida de continuar a explorá-la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor do conjunto de marcas da Companhia e causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia também possui o registro de 11 domínios na rede mundial de computadores (Internet).

(b) ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

A WLM é controlada pela família Lemos de Moraes, por intermédio da Sajuthá-Rio Participações S.A., que tem poderes para controlar a Companhia e suas controladas.

A Sajuthá-Rio Participações S.A. poderá ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

O acionista controlador tem poderes para:

- i. eleger a maioria dos conselheiros e nomear os diretores executivos;
- ii. definir a política da administração e exercer o controle geral sobre a administração e das subsidiárias; vender ou transferir sua participação acionária na Companhia; e
- iii. determinar o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganização societária, aquisição e alienação de ativos, bem como a oportunidade e o pagamento de dividendos futuros.

A Companhia não pode garantir que o acionista controlador não terá interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que possam entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(c) aos seus acionistas

Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio

De acordo com o disposto no Estatuto Social da WLM, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% do seu lucro líquido anual a título de dividendo obrigatório. Caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que o pagamento de proventos é incompatível com a situação econômica da Companhia, poderá não haver qualquer tipo de pagamento, já que o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para, por exemplo, compensar prejuízos acumulados.

Negociações com ações de emissão da Companhia podem afetar o valor de mercado das mesmas.

Os acionistas da Companhia têm a capacidade de, observada a legislação aplicável, negociar ações da WLM. Não é possível prever o efeito, se houver, desses negócios sobre o valor de mercado das ações de emissão da WLM. Vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, teriam possível efeito adverso sobre o valor de mercado dessas ações.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de novas ações, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de suas ações e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, e esta necessidade poderá ser atendida mediante operações de emissão pública ou privada de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode afetar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia e resultar na diluição da participação do investidor no seu capital social.

(d) às suas controladas e coligadas

As empresas controladas e coligadas não trazem riscos adicionais àqueles já relacionados para a Companhia, no item (a) acima. Os fatores de risco a que estão sujeitas as controladas e coligadas são basicamente os mesmos relacionados à Companhia.

(e) aos seus fornecedores

Os negócios da WLM dependem de sua capacidade de desenvolver e manter relações com os fabricantes dos produtos que comercializa. A incapacidade de desenvolver ou manter essas relações poderá afetar adversamente os negócios.

A WLM depende dos fabricantes para produzir e vender caminhões, chassis de ônibus, lubrificantes e peças de reposição, que serão colocadas à venda ao consumidor final em sua rede de concessionárias.

Busca-se manter um controle eficiente das encomendas de veículos pesados e também níveis adequados de estoque de peças. Dessa forma, a Companhia conta com a venda imediata de produtos por parte desses fabricantes e com sua capacidade de atender aos pedidos dos clientes a tempo. Não é possível garantir que os fabricantes continuarão a vender seus produtos para a WLM em condições favoráveis ou que a Companhia será capaz de estabelecer novos relacionamentos com os fabricantes, ou mesmo prolongar os existentes, de forma a assegurar o acesso aos produtos periodicamente e em termos comerciais favoráveis. Caso ocorra alguma dessas situações, os negócios e planos de crescimento poderão ser afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(f) aos seus clientes

O segmento de veículos pesados é influenciado pela disponibilidade de crédito, em especial para caminhões – principal produto comercializado pela Companhia.

Como comentado no item 4.a, muitos dos clientes da WLM utilizam financiamentos do BNDES para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, além de recorrer a outras fontes de financiamento. Em torno de 95% do volume de caminhões vendidos é financiado de alguma forma.

Conseqüentemente, a quase totalidade dos clientes depende de empréstimos bancários para financiar a aquisição de veículos pesados. Tais financiamentos poderão não estar disponíveis para potenciais clientes, assim como, mesmo se disponíveis, os termos destes financiamentos poderão não ser atrativos. Desse modo, a escassez de financiamento no mercado, o aumento nas taxas de juros, a redução de prazo do financiamento, a redução do valor financiado por veículo, a redução nas desonerações fiscais oferecidas e/ou a alteração de outras condições de financiamento podem vir a afetar negativamente o desempenho do segmento e a geração de caixa da Companhia.

Os níveis de inadimplência por parte dos clientes podem atingir patamares mais elevados e poderão afetar adversamente a Companhia.

O recebimento dos pagamentos devidos pelos clientes depende da capacidade de crédito dos mesmos e da capacidade da Companhia em cobrá-los. Com base em sua receita bruta, o nível de inadimplência dos clientes, calculado a partir do 30º dia do vencimento da fatura, foi de aproximadamente 2,3%, 1,9% e 6,2% nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Esses índices podem atingir patamares mais altos em decorrência de motivos diversos, fora do controle da Companhia.

Caso isso ocorra, a WLM poderá vir a não recuperar determinados créditos relativos a dívidas de clientes inadimplentes. Caso não recupere parcela significativa desses créditos, seu fluxo de caixa e resultados financeiros será adversamente afetado.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Os resultados das operações e o valor das ações da WLM podem ser afetados negativamente por condições da economia e do mercado automotivo, especialmente do segmento de veículos pesados.

O segmento de comercialização de caminhões e ônibus é significativamente influenciado por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como:

- nível geral de atividade da economia;
- crescimento do transporte rodoviário de cargas e de passageiros;
- confiança do empresariado para realizar investimentos;
- estabilidade das taxas de juros; e
- disponibilidade de empréstimos e financiamentos para aquisição de veículos pesados.

Os indicadores macroeconômicos brasileiros encerraram o ano de 2015 em terreno negativo, aumentando os desafios a serem enfrentados em 2016. A queda de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano, após recuo do indicador também em 2014, caracterizou, pela primeira vez na história, dois anos consecutivos de encolhimento da economia desde o início da série histórica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1948. Esse desempenho está atrelado à deterioração no mercado de trabalho, à perda do poder de compra e queda da confiança dos consumidores e ao encarecimento do crédito. Além disso, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano com alta de 10,67%, o maior patamar desde o ano de 2002, com avanço dos preços de alimentos e de preços administrados, como eletricidade, água e combustíveis.

Apesar das adversidades enfrentadas no ano, entregamos melhores margens em venda, com acréscimo de 4,7 pontos percentuais na margem bruta. Soma-se a isso a queda nas despesas operacionais, mostrando os esforços que dedicamos no sentido de ajustar as atividades ao contexto macroeconômico e setorial vivenciado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A expectativa é a de que haja leve recuperação do setor automotivo em 2016. Considerando o porte e a liderança da Companhia, temos, na WLM, as bases necessárias para gerenciar com maior eficácia a crescente complexidade de processos, organização e modelos de trabalho. Além disso, contamos com a experiência e a credibilidade acumuladas ao longo dos anos prestando atendimento de alta qualidade, seja no processo de venda ou no pós-venda. Assim, estamos aptos a capturar o melhor desempenho possível dos negócios dentro da realidade conjuntural para geração de valor aos nossos acionistas.

Caso haja escassez de recursos para obtenção de financiamento no mercado e/ou aumento da taxa de juros, a demanda por veículos pesados pode ser reduzida, o que pode afetar negativamente os resultados.

A falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamento e/ou o aumento da taxa de juros e de outros custos indiretos de financiamento podem prejudicar a capacidade ou a disposição de compradores em potencial para financiar suas aquisições, particularmente no que se refere a caminhões novos. Especialmente, caso o BNDES restrinja o limite de disponibilidade de fundos destinados a financiar a compra de caminhões novos ou caso haja aumento da taxa de juros, poderá vir a ocorrer redução da demanda pelos produtos comercializados pela Companhia, afetando adversamente seus resultados.

A alteração das condições de mercado, especialmente um acirramento da concorrência, poderá prejudicar a venda de produtos pelos preços previstos, o que poderá reduzir as margens de lucro.

Normalmente, a Companhia atua em mercados fortemente competitivos. A crescente concorrência nos segmentos de mercados nos quais opera, quer por meio de novos fabricantes entrando no Brasil ou por meio de concessionárias concorrentes expandindo suas operações, poderá afetar adversamente sua participação no mercado e os preços de venda dos produtos que comercializa, reduzindo suas margens de lucro, diminuindo a variedade de produtos disponíveis para a Companhia ou afetando-a adversamente.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

Até o momento, não há exigências regulatórias para o setor de atuação da WLM. Apesar da inexistência de riscos regulatórios, alterações na legislação tributária podem aumentar a carga tributária e, conseqüentemente, afetar negativamente a rentabilidade da Companhia. O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes, como por exemplo, modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários.

(j) a questões socioambientais

Ainda que a principal atividade econômica da Companhia esteja relacionada à comercialização e manutenção de veículos automotores existe também o segmento agropecuário. Essas atividades envolvem riscos ambientais remotos como a contaminação de afluentes com agrotóxicos, perda de licenças ambientais ou não obtenção de licenças definitivas, entre outros.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a WLM está exposta referem-se basicamente a aqueles normais ao curso de seus negócios. Os contratos firmados pela Companhia são, em geral, indexados à taxa CDI. Riscos cambiais e condições internacionais do mercado afetam a Companhia apenas indiretamente, uma vez que a WLM não mantém negócios no exterior, tampouco exporta produtos ou importa insumos e matérias-primas.

Em 31 de março de 2016, o saldo de contas a receber da Companhia era de R\$ 53.225 mil e não é afetado por indexadores. Para as contas a receber por venda de peças e serviços, o prazo médio de recebimento em 2015 foi de 45 dias, enquanto que para a venda de caminhões e ônibus, que é financiada via Finame, o prazo médio foi de 60 dias. Na posição passiva, a Companhia não tinha qualquer dívida registrada ao final do exercício de 2015.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados à variação nos preços dos veículos e peças da marca Scania que comercializa e aos riscos relativos à volatilidade e à liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro, o que pode afetar negativamente a liquidez e o valor de mercado de suas ações. Abaixo, encontram-se melhor detalhados os principais fatores de risco:

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, poderiam afetar adversamente as atividades e o preço de mercado de das ações da WLM.

O Governo Federal brasileiro tem histórico de intervir com certa frequência na economia do País e, ocasionalmente, faz mudanças relevantes nas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias.

As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas muitas vezes envolvem aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, dentre outras medidas. A Companhia não tem como prevê-las. Seus negócios, situação financeira e resultados operacionais, bem como o preço de mercado de suas ações, podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, tais como:

- estabilidade econômica e social;
- expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- taxas de juros;
- inflação;
- política fiscal, monetária e alterações da legislação tributária;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à introdução de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados da WLM, podendo inclusive afetar adversamente a negociação e cotação das ações da Companhia.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e, com isso, prejudicar as atividades e a negociação das ações. As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e o potencial de crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros no País têm se mantido entre as mais altas do mundo e vêm flutuando de maneira significativa. Por exemplo, ao final de 2013, 2014 e 2015, a taxa Selic foi de 10,0%, 11,75% e 14,25%, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária - Copom.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução/aumento das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear variações nas taxas de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes de modo a compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá resultar em aumento de custos e redução de margem operacional líquida.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A principal receita da Companhia advém da revenda de caminhões Scania. O desempenho do mercado de caminhões, principalmente o segmento de pesados, tem forte correlação com o nível de investimentos, especialmente com os dos setores intensivos em uso de transporte rodoviário. Entre eles são destacáveis: indústria extrativa mineral, setores relacionados ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura (inclusive construção civil), petroquímica, bens de capital, agricultura e setores da agroindústria relacionados, entre outros. Vários destes setores são considerados amplificadores do ciclo econômico, tendo expansão mais elevada quando a economia está crescendo, e taxas de retração mais acentuadas durante períodos de queda no nível de atividade econômica.

Em 2013, foram observados sinais de recuperação da atividade econômica, principalmente o aumento nas vendas no total de veículos comercializados no ano, sendo estes favorecidos notadamente pelos financiamentos do governo direcionados ao incremento na demanda tanto de caminhões quanto de ônibus, o que beneficiou diretamente a receita de vendas da Companhia. Em 2014 a Companhia encarou um ano repleto de desafios para todo o setor automotivo brasileiro, com o aumento no rigor para a concessão de crédito em decorrência do aumento dos juros e inadimplência, uma série de feriados por causa da Copa do Mundo e as eleições presidenciais. Esses dados contribuíram para o arrefecimento da indústria automotiva e conseqüentemente, da economia brasileira, além do fechamento de 14 mil postos de trabalho no setor. Ao final de 2015, o desempenho da indústria automobilística acompanhou a tendência verificada no ano anterior, assim como os fatores que contribuíram para a contração do setor no ano, como o encarecimento do crédito, o aumento do desemprego, a perda do poder de compra e a redução na confiança dos consumidores e investidores que adiaram compras na expectativa de definição dos rumos da economia brasileira. Mesmo com a adoção do Plano de Proteção ao Emprego (PPE) e outras medidas para adequação da queda nas vendas e aumento dos estoques, a indústria automotiva perdeu 108 mil postos de trabalho em 2015.

Risco de taxas de juros

A Companhia não está diretamente exposta à variação das taxas de juros flutuantes em seus principais ativos (contratos) e passivos, além de não possuir dívidas. Eventuais variações nas taxas de juros afetam a remuneração das aplicações financeiras da Companhia, uma vez que em 31 dezembro de 2015, a quase totalidade das aplicações era atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Não há exposição passiva a outros índices. Tampouco os principais custos da Companhia têm exposição a outros índices, já que os preços pelos quais a WLM adquire caminhões, ônibus e peças - e também os preços de revenda desses produtos - são estabelecidos por intermédio da política de preços da Scania - seu principal fornecedor.

Descrição	<u>Consolidado</u>
	31/12/2015
	(R\$/Mil)
<u>MOEDA NACIONAL</u>	
CDB	
BMB (CDI 102%)	3.376
Fundos de Investimento	
Itaú-Unibanco (CDI 105%)	<u>47.405</u>
Total de aplicações financeiras	50.781
	=====

Riscos Cambiais

A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira e nenhum de seus custos relevantes é denominado em moeda estrangeira. Portanto, não está exposta a riscos cambiais.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA	
Processo nº	2004100001377-3
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.04.2004 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.443.698,80 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal originada por auto de infração lavrado em razão de suposto débito referente ao ICMS (substituição tributária). Foram indicados bens à penhora, com manifestação da exequente, em 10.05.2005, no sentido de não aceitar os bens oferecidos à penhora. Proferida decisão, em 07.07.2005, determinando a penhora de 5% do faturamento mensal da empresa. Mandado não cumprido (negativo). Despacho, em 30.08.2012, determinando manifestação do Estado. Após o pronunciamento do Estado, despacho, em 08.04.2013 determinando a comprovação da qualidade de responsáveis tributários dos sócios assinalados. Em 11.04.2013 remetidos os autos para a Procuradoria.</p> <p>Em 08.11.2013, protocolada petição pela Executada requerendo o reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente, para desconstituir o débito fiscal consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa número 2003/004.758-1, e extinguir, por conseguinte, a execução fiscal. Em 19.11.2013, proferido despacho, abrindo vista ao Estado. Em 16.01.2014, os autos foram devolvidos com manifestação da Procuradoria do Estado, encontrando-se em processamento cartorário. Decisão, em 11.02.2015, afastando a alegação de prescrição intercorrente. Publicada a decisão em 26.03.2015, foram opostos pela executada embargos de declaração em 31.03.2015. Conclusos ao Juiz em 13.04.2015.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	E 0409550702
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	3ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11.09.2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.051.142,83 (histórico)
f. principais fatos	<p>Refere-se a auto de infração (ICMS) por suposta utilização de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado na remessa de mercadorias de produção da empresa, que ocasionaria perda significativa na arrecadação do imposto devido. Apresentada impugnação em 11.10.2002. Em 13.04.2004 decisão pela procedência parcial da impugnação, reduzindo a multa aplicada. Em 28.05.2004, autos no Conselho dos Contribuintes com recurso de ofício. Dado provimento ao recurso de ofício em 14.08.2007, com publicação da decisão em 26.10.2007. Decisão novamente publicada em 10.06.2008. Em 14.01.2009 autos remetidos à Superintendência de Arrecadação. Em 12.07.2010, protocolado Recurso Voluntário. Em 02.12.2010, foi negado provimento ao Recurso Voluntário, à unanimidade de votos. Em 29.08.2011, protocolado Recurso ao Pleno.</p> <p>Em 27.12.2012, os autos foram distribuídos ao Conselheiro Relator para análise do Recurso interposto. Em 30.01.2013, publicado D.O. a inclusão em Pauta para Julgamento em 13.03.2013, às 14:30 horas. Em 13.03.2013, retirado de pauta por determinação do Relator.</p> <p>Em 26.11.2013, realizado Julgamento pelo Conselho Pleno, não conhecendo do Recurso, por unanimidade de votos. Publicada a decisão em 27.01.2014, os autos foram remetidos à Representação Geral da Fazenda. Em 29.01.2014 os autos forma remetidos ao Conselho dos Contribuintes e em 14.02.2014 encaminhados à Inspeção Regional de Fiscalização.</p> <p>Em 12.05.2015, publicado edital cientificando o contribuinte da decisão do Conselho Pleno e determinando o pagamento do débito no prazo de 30 dias.</p> <p>Pagamento não efetuado, diante da perspectiva de resultado favorável à empresa em esfera judicial. O débito foi inscrito na dívida ativa do Estado, sendo proposta ação de execução fiscal, sob o nº 0052618-55.2016.8.19.0001.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – JUDICIAL	
Processo nº	0052618-55.2016.8.19.0001
a. juízo	11ª Vara de Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	09.03.2016
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.124.982,39
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal oriunda do Auto de Infração nº 03.026.702-5 e do Processo Administrativo nº E-04-000.095.507/2002.</p> <p>Natureza do débito: Imposto ICMS.</p> <p>Em 14.03.2016, petição da Executada informando que será apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, carta de fiança para garantia do Juízo e posterior oferecimento de Embargos. Em 12.04.2016, petição informando que, diante dos elevados custos para a contratação de fiança bancária, a garantia se dará através de seguro, com a apresentação da apólice no prazo de 30 (trinta) dias. Em 12.05.2016, petição requerendo a juntada da apólice correspondente ao seguro garantia e a intimação do Estado (Exequente) para se manifestar.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA	
Processo nº	0173830-82.2012.8.19.0001
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública / RJ
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.05.2012
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.402.586,76
f. principais fatos	<p>Ajuizada Execução Fiscal pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando a cobrança de débitos de ICMS, oriundo do Auto de Infração nº 03.026703-3 e consubstanciado na CDA 2012/014.122-9.</p> <p>Em 03.07.12, foi apresentada Exceção de Pré-Executividade pela Superágua, objetivando a extinção da Execução Fiscal, eis que o débito de ICMS objeto dos autos encontra-se com exigibilidade suspensa por força de inclusão na Anistia Estadual (Lei 6.136/2011), restando, assim, nulo o título que a embasa.</p> <p>Em 03.07.12, foi proferida decisão suspendendo a Execução Fiscal, bem como imputando à Executada o ônus do pagamento das custas e taxas judiciárias.</p> <p>Em 25.07.12, foi apresentado Agravo de Instrumento contra decisão que determinou a suspensão do feito executivo e que imputou o ônus do pagamento das custas e taxa judiciária à Executada.</p> <p>Em 03.08.12, publicada decisão indeferindo o efeito suspensivo requerido pela Superágua por ausentes os pressupostos que o autorizam.</p> <p>Em 22.10.12, foi publicada decisão negando seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Superágua.</p> <p>Em 29.10.12, foi interposto agravo interno pela Superágua.</p> <p>Em 07.02.13, publicado acórdão negando provimento ao agravo interno.</p> <p>Foram apresentados Embargos de Declaração em dia 18.02.13.</p> <p>Em 30.04.13, publicada decisão rejeitando a exceção de pré-executividade.</p> <p>Em 05.06.2013, expedido ofício pelo Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, informando a suspensão da Execução Fiscal até o final do adimplemento do parcelamento. Em 18.11.2013, protocolada petição pela Executada requerendo o reconhecimento da extinção da Execução Fiscal ante ao pagamento integral da dívida. Em 30.01.2014, publicado Acórdão rejeitando os Embargos de Declaração do Estado do Rio de Janeiro, fundamentando-se na inexistência de omissão, contradição e obscuridade. Foi apresentado Recurso Especial pelo Estado do Rio de Janeiro, e contrarrazões pela Executada em 24.04.2014. Inadmitido recurso especial interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Interposto Agravo de Instrumento, foi protocolada contrarrazões pela Superágua. Recebidos pelo STJ em 04.09.2014, em decisão monocrática foi conhecido o agravo e negado seguimento ao recurso especial. Após ciência do Ministério Público, expedido ofício de baixa ao TJRJ.</p> <p>Após a juntada de petição requerendo o reconhecimento da extinção da execução fiscal ante o pagamento integral da dívida, foi proferido despacho determinado a intimação do Estado sobre a quitação do débito. Com o retorno dos autos da PGE, aguarda-se o cumprimento da determinação do juiz desde 31.12.2015, para que o cartório proceda à juntada de documentos e encaminhe os autos para conclusão, a fim de que se determine a baixa na distribuição e arquivamento do feito.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 3.114/47
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 911,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente.

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 135/51
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 426.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 836/65
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 512.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 2857/35
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	30.01.2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.800.862,43 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 30.01.2002. Apresentada Defesa em 26.02.2002. Mantida cobrança. Apresentado Recurso em 24.07.2002. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A. – JUDICIAL	
Processo nº	1999.38.00.000705-2
a. juízo	24ª Vara Federal / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	11.01.1999 (data da autuação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Fazenda Nacional
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.994.572,83 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Superágua Empresa de Águas Minerais S/A.</p> <p>Certidão de inscrição em Dívida Ativa nº 60698007127-22 (exigência a título de COFINS).</p> <p>Em 04.02.1999, foi expedido mandado de citação, penhora e avaliação para a Superágua para que no prazo de 05 dias fosse paga a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na CDA, ou que fosse garantida a Execução.</p> <p>Em 06.12.1999, foi expedida Carta Precatória para citação do representante da Superágua – Dr. Wilson Lemos de Moraes Junior.</p> <p>Em 21.03.2001, foi publicada decisão que não acolheu a Exceção de Pré-Executividade apresentada pelo Dr. Wilson Lemos de Moraes Junior, por não haver comprovação suficiente de sua situação na Superágua à época do fato gerador. Foi determinado o prosseguimento da Execução.</p> <p>Em 27.06.2001, a União requereu a expedição de Carta Precatória para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, objetivando a penhora dos veículos indicados pela RENAVAL.</p> <p>Em 08.08.2001, publicado despacho que ordenou a expedição de Carta Precatória para penhora dos veículos indicados pela União e atos subsequentes.</p> <p>Em 06.12.2001, processo suspenso devido à pendência de diligência deprecada.</p> <p>Em 31.07.2003, protocolizada petição pela Superágua que: (i) informou que aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, instituído pela Lei 10.684/2003, tendo incluído o valor da exigência a título de COFINS referente ao processo administrativo nº 10680011191/96-39, que deu origem à Execução Fiscal; (ii) requereu a suspensão da Execução nos termos dos artigos 792 e 793 do CPC, bem como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, VI, do CTN.</p> <p>Em 06.02.2004, ordenada a suspensão da Execução, no prazo de 01 ano, a pedido das partes.</p> <p>Em 11.04.2005, exarado despacho no qual o Juiz ordenou a suspensão da Ação pelo prazo de 01 ano.</p> <p>Em 16.04.2008, autos arquivados provisoriamente.</p> <p>Em 02.08.2012, publicado despacho que ordenou a suspensão do processo. Em 16.06.2014, requerida extinção pela União Federal, julgada extinta em 19.08.2014 em razão do pagamento do débito, certificado o trânsito em julgado em 05.12.2014.</p> <p>Em 12.04.2016, recebida carta de intimação, acompanhada de despacho proferido nos autos da Execução Fiscal, para que sejam recolhidas as custas processuais. Em 22.04.2016, protocolizada petição com comprovante de recolhimento das custas finais, com requerimento de baixa e arquivamento.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A. – JUDICIAL	
Processo nº	2001.38.00.026301-7
a. juízo	26ª Vara Federal / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	06.08.2001 (data da autuação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	União Federal
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.015.484,41 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Superágua Empresa de Águas Minerais S/A, consubstanciada na certidão de inscrição em Dívida Ativa nº 60700002853-94 (exigência a título de Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS).</p> <p>Em 08.10.2002, foi expedida citação para a Superágua para que no prazo de 05 dias fosse paga a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na CDA, ou que fosse garantida a Execução.</p> <p>Em 31.07.2003, protocolizada petição pela Superágua que: (i) informou que aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, instituído pela Lei 10.684/2003, tendo incluído o valor da exigência a título de PIS referente ao processo administrativo nº 10680011189/96-97, que deu origem à Execução Fiscal; (ii) requereu, em razão da adesão ao PAES e, considerando que não foram opostos embargos a execução, a suspensão do processo, nos termos dos artigos 792 e 793 do CPC, bem como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário nos termos do artigo 151, VI do CTN.</p> <p>Em 29.07.2004, proferido despacho que determinou a suspensão do feito pelo prazo de 01 ano, a requerimento das partes.</p> <p>Em 28.07.2006, proferido despacho que determinou a suspensão do feito pelo prazo de 01 ano.</p> <p>Em 26.03.2008, proferido despacho que determinou a suspensão dos autos.</p> <p>Em 24.06.2008, ordenada a suspensão do processo até a manifestação da União Federal.</p> <p>Em 10.02.2009, autos arquivados provisoriamente.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A. – JUDICIAL	
Processo nº	0142700-84.2007.5.03.0053
a. juízo	Vara do Trabalho de Caxambu / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.12.2007 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	José Roberto de Moraes
ii. Reclamada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 33.602,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de Reclamação Trabalhista proposta pelo Sr. José Roberto de Moraes, que ajuizou, também, ação de exibição de documentos (processo nº 01363.2006.053.03.00.5) e medida cautelar de protesto (processo nº 01364.2006.053.03.00.0).</p> <p>Em 08.11.2010, homologado acordo entre as partes: a Superágua efetuou o pagamento da importância líquida de R\$ 14.500,00, em três parcelas (novembro/2010, dezembro/2010 e janeiro/2011).</p> <p>Em 19.12.2012, a União (PGF) desistiu do Agravo de Instrumento interposto em fase de execução, que discutia o momento de incidência do recolhimento das contribuições previdenciárias no acordo firmado entre as partes.</p> <p>Em 11.06.2014, expedida Carta Precatória, a fim de solicitar ao Juízo da 15ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ as transferências dos saldos do depósito efetuado a disposição do Juízo de Caxambu para conta a disposição do Juízo. Expedido ofício em 20.11.2014 à 14ª Vara do Trabalho/RJ solicitando que encaminhe a Carta Precatória à 15ª VT/RJ.</p> <p>Em 16/10/2015, publicada intimação ao advogado da Superágua, para comparecimento em Juízo com o objetivo de receber o alvará. Levantado o alvará.</p> <p>Em 22/02/2016, intimação publicada julgando extinta a execução. Aguarda-se o arquivamento dos autos.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.- ADMINISTRATIVO (Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28.04.2006)	
Processo nº	E 0409551002
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	3ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11.09.2002
d. partes no processo i. Autuante: ii. Autuada:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28.04.2006)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.403.602,42 (histórico)
f. principais fatos	<p>Auto de infração (ICMS) – “Aquisição em operações de <i>transferências</i> disfarçadas de <i>compras</i>, de mercadoria de produção do estabelecimento industrial interdependente localizado em Caxambu / MG, com a aplicação de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado, sendo o valor omitido correspondente a percentuais relevantes, ocasionado perdas na arrecadação”. Em 11.10.2002, protocolada impugnação ao auto de infração. Em 21.01.2004, autos aguardando julgamento na Junta de Revisão Fiscal. Em 05.02.2004, autos remetidos para a Inspeção. Em 26.07.2004, autos retornaram para a Junta de Revisão Fiscal para aguardar julgamento da Impugnação. Autos remetidos para a Secretaria Adjunta de Fiscalização em 26.08.2004. Em 30.08.2006, autos remetidos à Inspeção DRE 04.01. (Barra Mansa). Em 13.11.2007 foi dado provimento parcial à impugnação, julgando procedente em parte o auto de infração. Em 27.12.2007 autos remetidos ao Conselho dos Contribuintes, em face da interposição de recurso de ofício. Em 16.12.2008, após adiamentos, julgamento, à unanimidade de votos, convertido em diligência. Em 16.02.2009 publicado acórdão negando provimento ao recurso de ofício. Com relação à outra parte (a impugnação fora provida parcialmente), foi protocolizado recurso voluntário em 03.04.2009. Aguardando julgamento. Em 06.12.2011 a empresa foi notificada da decisão proferida pela Segunda Câmara do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, negando provimento ao Recurso Voluntário, pelo voto de qualidade. Apresentado Recurso ao Pleno.</p> <p>Em 17.07.2013, foi negado provimento ao recurso interposto. Em 26.08.2013, foi publicada no Diário Oficial a decisão do Conselho Pleno que negou provimento ao pedido de reconsideração. Em 31.10.2013, foi dada ciência da Portaria de intimação que determina o recolhimento do crédito tributário, sob pena de inscrição em dívida ativa. Desde 07.10.2013, os autos permanecem na Inspeção Regional de Fiscalização.</p> <p>O processo encontra-se finalizado na esfera administrativa. Aguarda-se, diante da expectativa de resultado favorável na esfera judicial, a inscrição na Dívida Ativa do Estado e a propositura de ação de Execução Fiscal.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	10768.002055/2003-97
a. juízo	Ministério da Fazenda
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	17.10.2008
d. partes no processo	
i. Autuante:	Delegacia da Receita Federal / RJ
ii. Autuada:	WLM Indústria e Comércio S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 110.659,27 (histórico)
f. principais fatos	<p>Recebido pela empresa WLM Indústria e Comércio S/A (antiga denominação: Supergasbras Indústria e Comercio S/A), despacho decisório reconhecendo a procedência do direito creditório vindicado e homologando totalmente a DCOMP do processo e as DCOMP dos processos apensos 10768002872/2003-45, 10768004083/2003-49 e, ainda, homologando parcialmente a compensação da última DCOMP apresentada nos autos do processo 15374720013/2007-11.</p> <p>Em 17.11.2008, protocolizada manifestação de inconformidade.</p> <p>Em 11.02.2009, realizada Sessão de Julgamento: a 7ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro, por maioria de votos, proferiu o Acórdão nº 12-22.832, indeferindo a Manifestação de Inconformidade apresentada e, por conseguinte, mantendo a homologação parcial da compensação pleiteada.</p> <p>Em 07.05.2009, a empresa recebeu a intimação DERAT/DIORT nº 248/2009, para ciência do Acórdão.</p> <p>Em 08.06.2009, protocolado Recurso Voluntário.</p> <p>Em 12.12.2010, autos recepcionados na 2ª Turma da 4ª Câmara – Recurso nº 510.311.</p> <p>Em 13.06.2012, o Recurso foi integralmente provido, cancelando a exigência fiscal.</p> <p>Em 14.12.2012, foi apresentado Recurso Especial.</p> <p>Em 25.11.2015, a empresa Autuada recebeu cópia do Acórdão nº 1402-01.068, acompanhada do Exame de Admissibilidade de Recurso Especial, com intimação para cumprimento do prazo regimental de 15 dias para apresentação de contrarrazões. Em 10.12.2015, foram apresentadas as contrarrazões ao Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional. Em 07.01.2016, os autos do processo foram recebidos no Conselho de Administração de Recursos Fiscais-MF-DF (Recurso Especial do Procurador).</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - TRABALHISTA	
Processo nº	0010369-51.2014.5.01.0053
a. juízo	53ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	16.06.2014 (citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Daniella Lucia Vaz Trotta
ii. Reclamada:	WLM Indústria e Comércio S/A e Outras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de Reclamação Trabalhista que tem como demandada principal a empresa ATENTO Brasil Ltda., além da Supergasbrás Energia Ltda. e WLM Indústria e Comércio S/A.</p> <p>Audiência inicial realizada em 28.08.2014.</p> <p>A Supergasbrás Energia Ltda., em sua contestação, requer a exclusão da WLM Indústria e Comércio S/A do polo processual passivo, esclarecendo que não são empresas do mesmo grupo empresarial, fazendo prova documental com a juntada do contrato social e estatuto social destas, assumindo, assim, integralmente a responsabilidade pelo processo.</p> <p>Audiência de instrução realizada.</p> <p>Julgado procedente, em parte, o pleito formulado pela autora, para condenar a primeira reclamada, ATENTO, a pagar diferença do FGTS nos meses de junho a outubro de 2010. No mais, as pretensões da autora foram julgadas improcedentes. A autora recorreu e as reclamadas apresentaram contrarrazões em 19.11.2014.</p> <p>Em 30.04.2015, negado provimento ao recurso. Em 04.08.2015, os autos foram arquivados definitivamente.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - TRABALHISTA	
Processo nº	0223800-06.2002.5.01.0243
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Niterói / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.07.2002 (distribuição)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	José Medina Quirino
ii. Reclamada:	Supergasbrás Indústria e Comércio S/A e Outra
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 56.377,85.
f. principais fatos	A WLM Indústria e Comércio S/A tomou conhecimento da presente Ação Trabalhista após e efetivação dos bloqueios, por ordem judicial, em suas contas bancárias. Trata-se de Reclamação Trabalhista movida contra a RAL Comércio de Gás Ltda., revendedora de gás. A WLM Indústria e Comércio S/A apresentou Embargos à Execução. Já a Supergasbrás Energia Ltda. apresentou Embargos de Terceiro, requerendo, dentre outras medidas, a exclusão da WLM Indústria e Comércio S/A do polo processual passivo, esclarecendo que não são empresas do mesmo grupo empresarial, fazendo prova documental com a juntada do contrato social e estatuto social destas, assumindo, assim, integralmente a responsabilidade pelo processo. Foi solicitada, ainda, a expedição do competente alvará para que a WLM possa levantar os valores bloqueados. Embargos pendentes de julgamentos.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A – CÍVEL	
Processo nº	0041013-79.2015.8.13.0433
a. juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	31.08.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Valmias Cassio Lopes da Silva
ii. Ré:	WLM Indústria e Comércio S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 474.473,16 (valor da causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Cobrança de Seguros, com pedido de indenização por invalidez permanente decorrente de seguro de vida emitido pela ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A. A parte ré sustenta, principalmente, sua ilegitimidade passiva, por figurar como contratante do seguro em favor dos seus funcionários, e não como Seguradora. Aduz, ainda, a ocorrência de coisa julgada, pois o autor da Ação firmou, em sede de Reclamação Trabalhista (Processo nº 0000017-33.2014.5.03.0100), acordo judicial com a sua ex-empregadora Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., empresa controlada pela WLM Indústria e Comércio S/A, dando quitação total das obrigações decorrentes do extinto contrato de trabalho, nada mais podendo reclamar, seja a que título for, em qualquer juízo. Apresentada contestação. Aguarda-se decisão judicial com provável designação de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SANTANA RIOS AGROPECUÁRIA S/A - EXECUÇÃO	
Processo nº	0003245-56.2012.4.01.3905
a. juízo	Vara Única de Redenção / PA
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	31.07.2012 (redistribuição automática)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
ii. Executado:	Santana Rios Agropecuária S/A Geraldo Ferreira Muniz Luiz Fernando Leal Tegon Wilson Lemos de Moraes Junior
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.230,00.
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal movida pela Comissão de Valores Mobiliários, inicialmente autuada sob o nº 2009.39.01.001640-8, perante a 2ª Vara Federal de Marabá. Em 01.02.2012, os Executados apresentaram Embargos à Execução. Em 20.06.2012, proferido despacho com declínio de competência, determinando que os autos fossem remetidos à Subseção Judiciária de Redenção. Em julho de 2012, o processo foi redistribuído por dependência, sob os números 0003245-56.2012.4.01.3905 (Classe: Execução Fiscal) e 0000596-33.2012.4.01.3901 (Classe: Embargos à Execução Fiscal). Em 19.04.2013, os Embargos foram recebidos. Em 28.10.2013, publicada sentença referente aos Embargos: "(...) Ante o exposto, julgo procedente, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, o pedido formulado por Santana Rios Agropecuária S.A., Geraldo Ferreira Muniz, Luiz Fernando Leal Tegon e Wilson Lemos de Moraes Junior para, reconhecendo a inexistência de responsabilidade dos sócios e da obrigação executada, decretar a extinção da execução fiscal nº 3245-56.2012 movida pela Comissão de Valores Mobiliários. (...)". Em 31.01.2014, protocolada petição com contrarrazões à Apelação apresentada pela CVM. Em 05.05.2014, o Recurso foi recebido e remetido ao TRF em 19.06.2014.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

SANTANA RIOS AGROPECUÁRIA S/A - EXECUÇÃO	
Processo nº	0000141-77.2015.8.14.0050
a. juízo	Vara Única de Santana do Araguaia / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.05.2012 (distribuição)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
ii. Executado:	Santana Rios Agropecuária S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 53.326,00.
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal movida pela Comissão de Valores Mobiliários. Recebida citação na Santana Rios em 06.06.2013. Em 09.01.2015, autos encaminhados para a Comarca de Santana do Araguaia. O processo em questão (nº 0002006-17.2012.4.01.3905), originariamente tramitando perante a Vara Federal de Redenção, teve a competência declinada para a Comarca de Santana do Araguaia, sob o nº 0000141-77.2015.8.14.0050. Após a redistribuição, proferido despacho aduzindo que por se tratar de supostos débitos vinculados a Caixa Econômica Federal, o processo deveria estar tramitando na Justiça Federal. Foi suscitado, assim, conflito negativo de competência e determinada a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SANTANA RIOS AGROPECUÁRIA S/A - EXECUÇÃO	
Processo nº	0000029-11.2015.8.14.0050
a. juízo	Vara Única de Santana do Araguaia / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.05.2014 (citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
ii. Executado:	Santana Rios Agropecuária S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 41.934,00.
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal movida pela Comissão de Valores Mobiliários. Em 31.07.2014, proferido despacho declinando a competência para a Comarca de Santana do Araguaia. Em 02.12.2014, autos encaminhados para a Comarca de Santana do Araguaia. Após a redistribuição do processo em Santana do Araguaia (nº antigo 0006207-18.2013.4.01.3905 e nº novo 0000029-11.2015.8.14.0050), foi proferido despacho determinando ao Exequente que se manifeste a respeito dos documentos juntados pelo Oficial de Justiça em 13.04.2015.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA / TRIBUTÁRIO	
Processo nº	079.03.105.825-2
a. juízo	Vara de Fazenda Pública de Contagem / MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	18.02.2004 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado de Minas Gerais
ii. Executada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.233.599,60 (atualizado) PTA01000139888-14 - R\$ 585.632,00 PTA01000139885-71 - R\$ 965.625,00 PTA01000139886-52 - R\$ 156.183,00 PTA01000139883-26 - R\$ 330.801,28 PTA 01000139887-33 - R\$ <u>69.770,34</u> R\$ 2.108.011,62 (histórico)
f. principais fatos	Os créditos tributários (PTA's) acima elencados tiveram por objeto a exigência de recolhimento do ICMS na venda de veículos diretamente ao consumidor e originaram a execução fiscal. Foi oferecida Carta de Fiança para garantia do Juízo e apresentados Embargos à Execução, acarretando na suspensão da execução. Foi apresentado Memorial de Razões Finais. Aguardando julgamento. Em 09.08.2011, apresentado recurso de apelação contra decisão que julgou improcedentes os embargos oferecidos pela empresa. Negado provimento ao recurso de apelação, foram oferecidos embargos de declaração em 27.04.2012. Negado provimento aos Embargos de Declaração. Em 21.06.2012, apresentados Embargos de Declaração e Recursos Especial e Extraordinário, que também foram negados. Em 05.10.2012, foram apresentados agravos nos próprios autos. Negado seguimento ao Agravo, foi interposto Agravo Regimental em 26.04.2013. Em 18.11.2013, negado seguimento ao Recurso Extraordinário e ao Agravo Regimental correspondente. Aguarda-se o julgamento do Agravo Regimental interposto pela Executada contra decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário. Negado provimento ao agravo regimental interposto, com aplicação de multa de 5%. Executada a fiança pelo valor de R\$ 1.134.550,25, pendente a execução de honorários e multa. Em 2015, encerrada a execução fiscal mediante o pagamento (com obtenção de incentivo fiscal), assumido pela Scania Latin America (coobrigada em sede do Processo Administrativo que originou a Execução Fiscal em apreço), do valor do débito atualizado, acrescido de honorários advocatícios, no montante de R\$ 4.634.615,89; Em 01.12.2015 foi proferida decisão pelo Juiz da 1ª Vara Empresarial da Fazenda Pública de Contagem/MG, julgando extinta a execução fiscal. Ainda em curso o prazo para o trânsito em julgado, e a despeito do pagamento supra referido, em 25.02.2016 foi publicada intimação à Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., no processo de Embargos correspondentes, para pagamento, em 10 dias, da quantia de R\$ 184.914,81, referente a multa e honorários supostamente não quitados. Em 16.03.16 foi efetuada a juntada de petição de Itaipu, manifestando-se a respeito da intimação em apreço, destacando a impropriedade e improcedência da cobrança da referida quantia. Aguarda-se decisão.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA / TRIBUTÁRIO	
Processo nº	0079.02.033307-0
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Contagem - MG
b. instância	3ª Instância Judicial
c. data de instauração	14.01.2003
d. partes no processo	
i. Exequente:	Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais
ii. Executada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 119.449,78 (histórico)
f. Principais fatos	<p>Trata-se de execução fiscal ajuizada em 14.01.2003, tendo por objeto o pagamento de ICMS sobre venda direta da montadora para consumidor. Oferecidos bens à penhora para garantia do Juízo, foram apresentados Embargos à Execução (processo nº 0079.03.109237-6) em 12.11.2003. Em 29.09.2005 foi publicada sentença julgando procedentes os Embargos à Execução. Interposto recurso pela Fazenda Pública Estadual, foram apresentadas razões de recorrido em 22.11.2005. Autos distribuídos, em 2ª Instância, para a 4ª Câmara Cível do TJMG. Em julgamento realizado em 16.03.2006 foi negado provimento ao recurso. Em 12.07.2006 foi interposto Recurso Especial pela Fazenda. Em 20.10.2006 publicado despacho negando seguimento ao recurso, contra o qual foi interposto Agravo de Instrumento em 27.10.2006. Em 03.05.2007 publicada decisão que deu provimento ao agravo de instrumento. Autos apensados, em 19.07.2007 ao Recurso Especial, que foi provido, em 19.06.2009 para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para exame da questão relativa à condenação em honorários advocatícios. Processo baixado e recebido no Tribunal de origem em 11.09.2009. Em 14.10.2009 publicado acórdão pela manutenção do "quantum" arbitrado a título de honorários. Em 17.06.2010, foi distribuído Agravo de Instrumento interposto contra decisão que inadmitiu o Recurso Especial do Estado de Minas Gerais. Negado seguimento ao Agravo de Instrumento, foi interposto Agravo Regimental em 29.06.2010. Reconsiderada a decisão que negara seguimento ao Agravo de Instrumento, foi determinada a distribuição do feito em 10.08.2010. Em 08.11.2010 foi dado provimento ao Agravo de Instrumento. Aguarda-se distribuição do Recurso Especial do Estado de Minas Gerais desde 01.12.2010. Em 16.12.2011, recurso distribuído por prevenção (processo 2010/0093655-7) ao Min. Campbell Marques, registrado sob o número 1.281.226. Em 11.02.2014, publicada decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto pelo Estado de Minas Gerais. Em 26.02.2014 publicado despacho sobre o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao Recurso Especial e determinada baixa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Com a baixa dos autos, em 06.04.2015 protocolada petição requerendo desconstituição da penhora dos bens oferecidos para garantia do Juízo.</p> <p>Em 27.08.2015, publicado despacho determinando a desconstituição da penhora dos bens, tendo em vista a extinção da Execução. Em 06.11.2015, protocolizada petição pela Executada requerendo a juntada das guias de custas e do recolhimento de taxa judiciária para diligência do Oficial de Justiça. Autos conclusos desde dezembro de 2015.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	036207086471-9
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de João Monlevade /MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	16.09.2002
d. partes no processo	
i. Autor:	Ubirajara Marcio Fonseca Lage
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00 (valor atribuído à causa)
f. Principais fatos	<p>Trata-se de ação ordinária de reparação de danos, na qual a autor alegou ter adquirido veículo da empresa, que lhe foi entregue, e que foi surpreendido pela apreensão do veículo por autoridade do trânsito, no Estado de São Paulo, sob a alegação de que se tratava de veículo roubado. Foi atribuído à causa o valor de R\$50.000,00. A ação foi contestada. Foram produzidas provas. Sentença proferida para julgar procedente a ação, condenando a empresa ao pagamento da importância de R\$ 49.000,00 a título de restituição, lucros cessantes no valor de R\$ 3.600,00 mensais, dano moral correspondente a 30 vezes este valor, correção monetária, juros, verba honorária de 15% do valor apurado e custas processuais. Foi interposta Apelação pela empresa, parcialmente provida, por maioria, para excluir da condenação os lucros cessantes e o dano moral. Foram interpostos embargos infringentes, que restaram acolhidos por três (03) votos contra dois (02). Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados. Foi interposto recurso especial que, inadmitido, ensejou a interposição de agravo de instrumento. Foi protocolizado, pela empresa, Agravo Regimental perante o Superior Tribunal de Justiça em razão da decisão monocrática proferida pelo relator, publicada sem constar os nomes dos patronos da empresa. Oficiado o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que encaminhou outro ofício ao Juízo de Origem que determinou o desentranhamento dos autos de Agravo de Instrumento para sua remessa ao TJMG de onde seguirá para o STJ.</p> <p>O autor da ação deu início à execução para cumprimento da decisão. No curso da execução, ainda provisória diante da pendência de recurso no STJ, foi oferecida à penhora carta de fiança bancária para garantia do Juízo e apresentada impugnação à execução. Aguardando julgamento. Foi determinado pelo Juízo, por considerar parcela incontroversa, o depósito da importância de R\$ 606.914,79.</p> <p>Em 02.02.2011, os autos foram remetidos ao STJ em razão da interposição de Recurso.</p> <p>Negado provimento ao recurso, os autos retornaram ao Juízo de origem para execução do julgado, de forma definitiva, resultando na homologação do valor ainda devido ao autor no montante de R\$ 732.179,94.</p> <p>Ajuizada Ação Rescisória perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (processo nº 07622125-09.2012.8.13.0000), distribuída em 15.06.2012, objetivando a modificação da decisão transitada em julgado, com pedido de liminar para suspensão da execução.</p> <p>Em 03.07.2012, publicada decisão concedendo liminar e deferindo pedido de antecipação de tutela, determinando a suspensão do curso da execução da ação. O Juízo da Execução foi cientificado da execução.</p> <p>Diante da revogação da liminar, através de despacho proferido em 01.02.2013, em 08.02.2013 foi apresentado pedido de reconsideração, deferido na mesma data. Cientificado da decisão que restabeleceu a liminar, o Juízo da Execução, em 11.03.2013, determinou a suspensão do curso da execução, até o trânsito em julgado da ação rescisória ou comunicação de revogação da ordem judicial.</p> <p>Apresentado agravo pelo exequente em 09.04.2013. Autos conclusos ao Relator em 11.03.2014. Após manifestação do executado, em 05.12.2014 foi determinado que as partes apresentassem Alegações Finais. Após vista dos autos pela Procuradoria, foi a conclusão em 26.03.2015 e em 16.04.2015 proferida decisão revogando a tutela antecipada concedida à executada. Em 27/04/2015 foi interposto Agravo Regimental. Em 05.05.2015 foi confirmado o julgamento do mérito do Agravo Regimental para o dia 01.07.2015 e determinado que o exequente preste caução para prosseguir na execução. Após ter sido retirado da pauta de 01/07, o julgamento foi incluído na pauta de 08/07/2015, quando, após os votos dos Desembargadores Relator e Revisor, o 2º vogal pediu vista. Reincluído em pauta do dia 15/07/2015, foi retirado diante do pedido de vista de 03 julgadores. Julgado em 12/08/2015, foi dado provimento ao Agravo Regimental, vencido o Relator.</p> <p>Em 28/10/2015, conclusos os autos da Ação Rescisória e após vista dos Desembargadores Relator e Revisor, foi designado julgamento para o dia 06/04/2016, quando foi julgada improcedente a Ação Rescisória, com acórdão publicado em 15/04/2016. Opostos embargos de declaração em 20.04.2016. Diante do prosseguimento da execução, com a apresentação dos cálculos pelo autor no Juízo de João Monlevade, além de impugnados os cálculos do autor, foi requerida desistência dos embargos de declaração para imediata interposição de Recurso Especial contra a decisão que julgou improcedente a Ação Rescisória, protocolado em 04/05/2016, com pedido de efeito suspensivo.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0024082300476
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.03.2009 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Golden Bus Ltda.
ii. Réu:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária (2300476-41.2008.8.13.0024) com pleito de rescisão de contratual, ressarcimento de supostos prejuízos e indenização por danos morais. A empresa foi citada em 03.03.2009 e apresentou contestação em 29.04.2009. Em 07.08.2009 juntada impugnação à contestação. Em 26.08.2009 realizada audiência de conciliação. Partes inconciliáveis. Em 15.09.2009 especificadas provas. Aguardando julgamento. Em 22.06.2011, julgamento convertido em diligência para produção de provas periciais necessárias ao convencimento do Juízo. Realizada perícia nos ônibus (chassis) adquiridos pela GOLDEN BUS, em 17.07.2012. Apresentados laudos periciais, ainda não homologados. Impugnados os laudos periciais pela Ré, os autos foram reencaminhados ao perito em 27.10.2013. Ainda em fase de produção de prova pericial, após despacho judicial de 27.05.2014, os autos foram entregues em carga ao Sr. Perito em 02.12.2014. Em 07.08.2015, vista ao réu sobre manifestação do perito. Em 04.12.15, designada audiência de instrução e julgamento para o dia 03.05.2016. Em 19.01.2016, o perito apresentou seus esclarecimentos e em 28.01, os autos foram enviados à conclusão. Realizada audiência em 03.05.2016, com oitiva de testemunhas. Na audiência, foi requerida intimação do perito para prestar esclarecimentos, o que foi deferido.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0844511-19.2013.8.13.0079
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	30.07.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	José Antônio de Faria Morato e Ivan de Faria Morato.
ii. Réu:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outras.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Pretendem os Autores a condenação da Ré ao pagamento de indenização por danos morais e materiais (lucros cessantes), supostamente decorrentes de defeitos mecânicos ocorridos no veículo adquirido junto à concessionária Itaipu. Exceção de Incompetência julgada procedente. Autos enviados à Comarca de Contagem. Em 10.01.2014, autos conclusos para despacho, após manifestação do autor sobre a contestação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0002178-23.2013.503.0109
a. juízo	30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte / MG
b. instância	3ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.10.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Antonio dos Santos de Oliveira
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., e Henrique e Henrique Engenharia Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 350.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Trabalhista proposta por Antônio dos Santos de Oliveira, funcionário da Henrique e Henrique Engenharia Ltda., empresa contratada pela Itaipu para prestação de serviços de construção. Em audiência realizada no dia 27.02.2014, foi deferida a produção de prova pericial médica em razão de acidente que envolveu o Reclamante. Em 02.05.2014, intimadas as partes para apresentar manifestação acerca dos esclarecimentos periciais. Realizada audiência de instrução em 11.06.2014. Julgamento pela procedência parcial em relação à primeira reclamada e improcedente em relação à Itaipu. Apresentados recursos pelo reclamante e pela primeira reclamada. Ao Tribunal Regional do trabalho em 06.08.2014. Em julgamento realizado em 04.02.2015, negado provimento ao recurso do reclamante e provido o da primeira reclamada para julgar improcedente a ação. Em 31.07.2015, os autos foram remetidos ao TST para julgar o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0012315-10.2013.5.03.0030
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	05.12.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Renata Aparecida Martins Gomes
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com pedido de: diferença salarial por desvio de função, doença ocupacional, indenização por danos morais e materiais. Audiência inicial realizada em 17.12.2013. Deferida prova pericial para apuração da alegada doença ocupacional. Partes intimadas em 13.02.2014 para apresentar quesitos e assistentes técnicos. Audiência de instrução designada para 09.12.2014. Adiada audiência, pois não realizada perícia médica, para o dia 06.06.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	2232731-15.2006.8.13.0024
a. juízo	4ª Vara Cível de Belo Horizonte / MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.09.2006 (data da distribuição)
d. partes no processo	
i. Autor:	Fortetan Transportes Ltda..
ii. Réu:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.600,00 (histórico)
f. principais fatos	Proposta Ação Cautelar de Sustação de Protesto Cambiário em face de Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda.. A Autora alega a existência de vícios no veículo, fabricado pela Scania, adquirido da Itaipu, o que autorizaria, em tese, a sustação do pagamento parcial de parcela do valor combinado entre as partes na compra e venda (R\$ 30.000,00), pagos com a emissão de dois cheques. Sentença de 1ª Instância: julgados improcedentes os pedidos formulados na inicial da cautelar de sustação de protesto e na ação principal, revogando, assim, a liminar deferida. Interposta Apelação em 12.12.2012. Contrarrazões apresentadas. Conclusos à relatoria em 26.11.2013. Aguardando julgamento em 2ª Instância. Reformada decisão pelo Tribunal de Justiça para determinar nova realização da prova pericial. Determinada, em 19.12.2014, vista às partes sobre o retorno dos autos à Vara de Origem. Em janeiro de 2015, a Itaipu apresentou manifestação requerendo a nomeação de perito. Em junho de 2015, foi nomeado o perito Dr. Diógenes Costa. Em 27.08.2015 foram apresentados os quesitos. Em 08.01.2016, os autos foram devolvidos pelo perito. Autos conclusos para despacho desde 14.03.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0001412-77.2013.5.03.0138
a. juízo	38ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.07.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Eduardo Otavio da Silva
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outras.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 65.374,75 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de ação movida por Eduardo Otávio da Silva, ex-funcionário da empresa Qualy Serviços Gerais Ltda. – ME. Foram demandadas, além da Qualy e da Itaipu, as empresas Roma Automóveis e Serviços Ltda. e Jpar Distribuidora de Veículos Ltda.. Audiência inicial realizada em 13.11.2013. Audiência de Instrução realizada em 07.05.2014. Em 19.05.2014: ação julgada procedente em parte. Itaipu responde subsidiariamente em relação ao período em que foi tomadora da mão de obra. Em 20.08.2014, a Itaipu apresentou cálculos. Em 23.09.2014, realizada audiência de tentativa de conciliação. Não houve acordo. Autos conclusos para deliberação. Em 30.09.2014, processo encaminhado à Secretaria de Execução e Precatórios onde se concentram as demais execuções contra a empresa Qualy. Em 07/12/2015, liberado o FGTS do Reclamante por alvará. Processo arquivado provisoriamente em 19.02.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0010580.33.2013.5.03.0032
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.04.2013 (data da citação)
d. partes no processo i. Reclamante: ii. Reclamada:	José de Assis Rocha da Silva Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 55.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista movida pelo ex-funcionário José de Assis Rocha da Silva em face da Itaipu. A defesa nega qualquer direito às horas extras, pois toda a jornada está consignada nos controles de ponto. Foi negado, também, qualquer acúmulo de função. A audiência de instrução foi designada para o dia 12.02.2015. Realizada Instrução, julgamento pela procedência parcial dos pedidos, com a condenação da reclamada em horas extras e reflexos. Em 23.04.2015, interposto Recurso Ordinário. Autos encaminhados ao TRT em 26.11.2015. Em 17.12.2016, o TRT conheceu do recurso ordinário interposto pela reclamada e, no mérito, sem divergência, negou-lhe provimento. Em 29.04.2016, registrado o trânsito em julgado e o início da liquidação por cálculos.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000496-03.2013.5.03.0022
a. juízo	22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.08.2013 (data da citação)
d. partes no processo i. Reclamante: ii. Reclamada:	Oswaldo Ferreira Costa Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.255,83 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de ação movida por Oswaldo Ferreira Costa, ex-funcionário da empresa Qualy Serviços Gerais Ltda. - ME. Foram demandadas, além da Qualy e da Itaipu, as empresas Betim Veículos S/A e Roma Automóveis e Serviços Ltda.. Audiência inicial realizada em 06.06.2013. Audiência de Instrução realizada em 26.08.2013. Em 05.09.2013: ação julgada procedente em parte. Itaipu responde subsidiariamente, limitada ao período de prestação de serviços. Em 17.10.2013, as partes foram intimadas para apresentar os cálculos. Em 04.06.2014, os autos foram encaminhados ao Núcleo de Execuções e Precatórios reunindo todas as execuções contra a 1ª Reclamada – Qualy Serviços Gerais Ltda. - ME. Em 01.07.2015, conhecido o recurso do Reclamante e não provido.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000374-11.2014.5.03.0036
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	18.03.2014 (data da distribuição)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Mariza da Silva Almeida
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outras.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 54.878,94 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação movida por Mariza da Silva, ex-funcionária da empresa Império Serviços Gerais Ltda..</p> <p>Foram demandadas, além da Imperio e da Itaipu, as empresas Indústria Juiz Forana de Imprensa Ltda., Gpa Construção Pesada Mineração Ltda. e Condomínio do Edifício Center Car.</p> <p>Audiência inicial designada para 01.04.2014.</p> <p>Audiência adiada para 30.04.2014, pois uma das reclamadas não foi notificada (não localizada).</p> <p>Audiência de Instrução realizada em 13.10.2014. Julgados procedentes em parte os pedidos formulados pela reclamante, para condenar a primeira reclamada, e, subsidiariamente, as demais reclamadas restritamente aos períodos correspondentes.</p> <p>Em 27.10.2014, uma das reclamadas interpôs Embargos de Declaração, que foram parcialmente providos apenas para corrigir erro material. Em 11.02.2015, certificado o trânsito em julgado da sentença. Encontra-se fase de execução. A Itaipu foi condenada subsidiariamente, valor ainda indefinido.</p> <p>Em 19.05.2015, homologados os cálculos da Reclamada. Em 11.06.2015, publicado despacho confirmado que o débito foi Integralmente quitado pela devedora principal. Autos conclusos desde 16.02.2016.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0010299-50.2014.5.03.0062
a. juízo	Vara do Trabalho de Itaipu / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	25.03.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Marlon Camargos Silva
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00 (histórico)
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação movida por Marlon Camargos Silva em face de Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Mineração Usiminas S/A.</p> <p>O funcionário foi demitido por justa causa em razão do abandono de emprego (art. 482,"i", da CLT).</p> <p>Em 08.04.2014, audiência inicial realizada. Determinada perícia para apuração de <i>horas in itinere</i>, inclusive quanto aos trechos servidos por condução pública.</p> <p>Aguardando conclusão da prova pericial.</p> <p>Audiência de instrução designada para o dia 11.11.2014.</p> <p>Em julgamento realizado no dia 21.11.2014, julgada parcialmente procedente a Reclamação para condenar a primeira reclamada, com responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, ao pagamento de diferença de feriados laborados e 13 minutos diários de hora "in itinere" e reflexos no repouso semanal remunerado, 13ª Salário, férias acrescidas de 1/3 e no FGTS. Ao TRT em 19.12.2014 com Recurso Ordinário do Autor.</p> <p>Em 06.02.2015, negado provimento ao recurso. Em 19.03.2015, inadmitido o RR interposto pelo reclamante e pela Usiminas. Em 01.12.2015, firmado acordo, com o pagamento, pela Itaipu, do valor correspondente aos seus cálculos (R\$ 845,00 líquidos). Em 21.01.2016, arquivados os autos definitivamente.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado.
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0010938-67.2014.5.03.0030
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	12.05.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Guilherme Henrique Barbosa da Silva
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida em face da Itaipu, tendo como pedidos principais: declaração de acúmulo de função, adicional de quebra de caixa e isonomia salarial. Audiência inicial realizada em 05.06.2014. Audiência de Instrução designada para 18.09.2015. Audiência de instrução redesignada para 18.04.2017.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0012220-43.2014.5.03.0030
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.10.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Jean Paulo Araujo
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 63.250,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida em face da Itaipu, tendo como pedidos principais: acúmulo de função, horas extras, intervalo intrajornada, intervalo interjornada e reflexos. Audiência inicial realizada em 24.10.2014 (documentos juntados). Audiência de Instrução designada para 25.04.2016, oportunidade em que será produzida prova testemunhal. Após realização de audiência, autos conclusos para julgamento desde 25.04.2016. Em 06.05.2016, proferida decisão pela improcedência da reclamação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0012533-07.2014.5.03.0029
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	19.11.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Darlyton Coelho Miranda
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.640,86
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida em face da empresa Expresso Classe A Serviços de Entrega Ltda. e Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., responsável subsidiária de acordo com as alegações do reclamante. Audiência designada para 04.02.2015, às 09:30 horas. Realizada audiência e designada a data de 19.02.2015 para julgamento. Decisão pela procedência parcial dos pedidos formulados pelo autor, condenada a Itaipu subsidiariamente. Apresentado recurso ordinário pelo reclamante. Negado provimento ao recurso. Em 06.11.2015, a primeira reclamada apresentou seus cálculos, com os quais o reclamante concordou. Levantado o valor devido pelo Reclamante. Em 20.04.2016, proferido despacho determinando o arquivamento dos autos.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0654917-45.2014.8.13.0145
a. juízo	1ª Vara Cível de Juiz de Fora/MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	09.02.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	André Luiz de Souza
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória com pleitos de danos materiais, morais e lucros cessantes, em razão de alegados defeitos em veículo adquirido da Ré. Juntada contestação em 26.03.2015, foi determinada vista dos autos ao autor em 31.03.2015. Impugnada a contestação. Despacho publicado em 22.04.2015 determinado especificação de provas pelas partes. Em 20.10.2015, publicada sentença julgando improcedentes os pedidos formulados na inicial. Em 18.11.2015, os Embargos Declaratórios apresentados pelo Autor não foram acolhidos. Em 13.01.2016, apresentada Apelação pelo Autor. Autos conclusos para despacho desde 31.03.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	1000545-44.2016.8.26.0438
a. juízo	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal – Foro de Penápolis / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	04.04.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Cesar de Alencar Simão Torres
ii. Ré:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.780,52
f. principais fatos	Trata-se de ação de restituição de valores c/c danos morais. Audiência de conciliação designada para 06.06.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	203/2008 (0100346-94.2008.8.26.0222)
a. juízo	1ª Vara Cível de Guariba / SP
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	06.02.2008
d. partes no processo	
i. Autor:	Waldomiro Moreira dos Santos
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 203.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória por perdas e danos morais e materiais. O pleito do autor é consubstanciado em supostos prejuízos materiais e morais, em razão do seu caminhão Scania ter sido bloqueado junto ao CIRETRAN. Em resposta ao pedido a empresa alegou, preliminarmente, sua ilegitimidade pelo fato de não ter vendido ou participado de forma indireta da venda do veículo. As partes especificaram as provas, em atendimento ao despacho judicial. Aguarda-se designação de audiência. Após realização de audiência, os autos estavam conclusos desde 13.01.2015. Em 11.03.2015, ação julgada improcedente, condenando o autor ao pagamento das custas e despesas processuais. Em 14.07.2015, negado provimento aos Embargos de Declaração opostos pelo Autor, reconhecendo seu caráter meramente protelatório, impondo ao Embargante multa processual. Em 27.10.2015, o recurso de apelação ofertado pelo Autor foi recebido. Contrarrazões juntadas. Em 24.02.2016, autos remetidos ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0005320-48.2012.8.26.0604
a. juízo	1ª Vara Cível de Sumaré / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	31.07.2012
d. partes no processo	
i. Autor:	Behur Donizete B de C Balduino - EPP
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.860,82 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização por danos materiais. A parte autora alega que sofreu prejuízos materiais em razão de ter adquirido motor supostamente adulterado. Audiência inicial realizada em 10.08.2012. Ação julgada parcialmente procedente. A Quinta Roda apresentou Apelação. Foi dado provimento parcial ao apelo. A executada comprovou o depósito do valor da condenação e pediu a extinção do feito. O exequente manifestou concordância com o valor depositado e pediu a expedição de guia de levantamento. Efetuado o pagamento do débito executado, o processo deverá ser extinto. Extinto em 12.02.2015.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado.
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000674-25.2013.5.15.0019
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Araçatuba / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	01.08.2013
d. partes no processo	
i. Autor:	Paulo Cesar Ferreira Martines
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista proposta em face de VIP Serviços Gerais Ltda. e Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.. O Reclamante era funcionário da empresa VIP Serviços Gerais Ltda.. A Ação foi julgada parcialmente procedente. As duas reclamadas recorreram em 04.12.2013. Em 04.02.2014, o reclamante apresentou recurso adesivo. Em agosto de 2014, os recursos de todas as partes foram julgados improcedentes, mantendo a condenação parcial – Quinta Roda condenada subsidiariamente. Trânsito em julgado em 29.07.2014. O processo encontra-se em fase de execução. Em 08.07.2015, a empresa VIP Serviços Gerais Ltda. foi intimada para comprovar o recolhimento dos honorários periciais e contribuição previdenciária. Após, foi expedido alvará para a Itaipu, referente ao valor do depósito recursal. Em 11.02.2016, os autos foram remetidos ao arquivo.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0001408-42.2013.5.15.0094
a. juízo	7ª Vara do Trabalho de Campinas / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	27.08.2013
d. partes no processo	
i. Autor:	Marcos Luiz Gomes de Oliveira
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista movida em face de Metrôpole Express Serviços Rápidos Ltda. e Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.. O reclamante era funcionário da empresa Metrôpole Express. Audiência inicial realizada em 18.02.2014. Em 14.03.2014, julgado procedente em parte os pedidos. A Quinta Roda foi excluída do feito. Em março de 2014, o reclamante e a empresa Metrôpole Express apresentaram Recurso Ordinário. Aguarda-se o julgamento dos recursos. Em 18.06.2015, homologado acordo, e a empresa Metrôpole Express Serviços Rápidos Ltda. (primeira reclamada) pagou integralmente o valor acordado com o Reclamante. Processo arquivado definitivamente em 23.09.2015.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0018138-89.2013.8.16.0017
a. juízo	4ª Vara Cível de Maringá / PR
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	29.01.2014
d. partes no processo	
i. Autor:	Rodocampo Transportes Ltda.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Obrigação de não fazer cumulada com danos morais, movida contra a Quinta Roda e Scania Latin America Ltda. Contestação da Quinta Roda apresentada em 19.02.2014. Audiência de Conciliação realizada em 09.07.2014 - As partes foram intimadas para apresentar os quesitos e indicar assistentes técnicos. Em 25.09.2014, foi deferida a produção de prova pericial mecânica. Ainda em fase de produção de prova pericial. Em 26.02.2016, a Ação foi julgada improcedente. Em 20.04.2016, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso apresentado pelo Autor.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0002611-52.2013.5.15.0122
a. juízo	Vara do Trabalho de Sumaré / SP
b. instância	3ª Instância Judicial
c. data de instauração	30.01.2014
d. partes no processo	
i. Autor:	Antonio Marinho dos Santos
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista movida contra a Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. Audiência realizada em 04.04.2014, momento em que foi designada perícia para o dia 05.05.2014. Audiência de instrução realizada em 25.09.2014. Proferida sentença em 04.10.2014: foram julgados parcialmente procedentes os pedidos formulados na Ação. O Reclamante apresentou Embargos de Declaração. Ambas as partes recorreram ao Tribunal Regional do Trabalho. Aguardando julgamento. Em 21.07.2015, os recursos foram julgados, sendo mantida a sentença de origem que condenou a Quinta Roda ao pagamento de adicional de insalubridade no percentual de 40% sobre o salário mínimo, com reflexos em horas extras praticadas, 13º, férias, e FGTS. Em 17.12.2015, os autos foram remetidos ao Tribunal Superior do Trabalho para julgar o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, apresentado pelo Reclamante.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0022490-14.2014.8.13.0058
a. juízo	Juizado Especial Cível da Comarca de Três Marias / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	26.09.2014
d. partes no processo	
i. Autor:	Santos & Campos Empreendimentos Ltda. - ME
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 28.207,12 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Indenização movida em face da Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. Audiência inicial realizada em 06.10.2014. Aguarda-se a designação de data para realização da audiência de instrução. Em 09.12.2015, realizada audiência de instrução e julgamento. Autos conclusos para despacho desde 16.12.2015.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - TRABALHISTA	
Processo nº	0011230-23.2014.5.15.0061
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Araçatuba
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	30.03.2015
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Wilson Fernando Pereira Cardoso
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda e Outras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$39.467,98
f. principais fatos	Audiência designada para o dia 16.06.2015. Realizado acordo entre o Reclamante e a empresa TRIPORT Serviços de Portaria Ltda.-ME (primeira Reclamada) em 16.06.2015. Em 28.08.2015, arquivados os autos definitivamente.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0002856-54.2015.8.26.0084
a. juízo	3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa – Campinas /SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.04.20415 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Gesso Campeiro Comércio e Serviços Ltda.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$50.000,00
f. principais fatos	Audiência designada para o dia 19.05.2015. Após realização da audiência, foi nomeado perito em 01.02.2016. Em 05.02.2016, apresentados Embargos de Declaração pela parte autora, em razão da decisão que determinou a realização de prova pericial. As requeridas foram intimadas a se manifestar. Decisão dos embargos, publicada em 17.05.16, pelo seu não provimento e consequente realização da perícia.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0009048-63.2009.8.26.0229
a. juízo	2ª Vara Judicial - Foro Distrital de Hortolândia/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	20.07.2009 (data da distribuição)
d. partes no processo	
i. Autor:	Francisco dos Santos
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., Transportadora Novo Milênio Ltda.-ME e TA Logística Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.543,16.
f. principais fatos	A parte autora pleiteia indenização por supostos danos materiais e morais decorrentes de supostos defeitos no caminhão, usado, por ela adquirido. Audiência de instrução e julgamento realizada em 28.01.2015. Aguarda-se o julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - TRABALHISTA	
Processo nº	0010626-39.2015.5.15.0122
a. juízo	Vara do Trabalho de Sumaré/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.06.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Nilton Cesar da Silva
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com pedido de acúmulo de função e adicionais de insalubridade e periculosidade. Audiência inicial realizada em 13.07.2015. Perícia realizada em 20.08.2015. Audiência de instrução realizada em 22.03.2016. Aguarda-se o julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - TRABALHISTA	
Processo nº	0011163-35.2015.5.15.0122
a. juízo	Vara do Trabalho de Sumaré/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	14.09.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Carlos Alexandre Alves de Oliveira
ii. Reclamada:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.823,00
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com pedido de indenização por danos morais e multa decorrente de suposta demora no agendamento da homologação das verbas rescisórias. Tutela antecipada deferida em 17.06.2015. Audiência realizada em 22.09.2015. Sentença publicada em 20.02.2016, resolvendo o mérito quanto ao pedido de expedição dos alvarás judiciais para levantamento do FGTS depositado e habilitação no seguro desemprego; julgados improcedentes os demais pedidos formulados pelo Reclamante.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	1000481-29.2015.8.26.0063
a. juízo	1ª Vara do Foro de Barra Bonita /SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	24.09.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Cerâmica Irmãos Pascheto Ltda.
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 43.313,91.
f. principais fatos	A parte autora pleiteia indenização por suposto defeito e falha na prestação de serviços em veículo de sua propriedade.. Contestação apresentada em outubro de 2015. Em 03.12.2015, publicada decisão que deferiu a produção de prova pericial no veículo, cabendo à parte autora o adiantamento das custas periciais. Aguarda-se a realização da perícia.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – EXECUÇÃO FISCAL	
Processo nº	0005033-17.2014.8.26.0604
a. juízo	SAF - Serviço de Anexo Fiscal do Foro de Sumaré / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.01.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de SP
ii. Executado:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 816,05.
f. principais fatos	A Ação tem por objeto a cobrança de multa decorrente da suposta inobservância ao que dispõe o artigo 59 da Lei nº 5.194/66 (registro no Conselho). O Processo é oriundo do auto de infração nº 629.075, do CREA-SP, recebido pela Quinta Roda em 20.12.2010.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - JUDICIAL / TRIBUTÁRIO	
Processo nº	950047967-2
a. juízo	2ª Vara Federal de Execução Fiscal / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.09.1995 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Fazenda Nacional
ii. Executada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.235.096,61 (histórico)
f. principais fatos	<p>Execução Fiscal decorrente de auto de infração, através do qual se exige diferença de IRPJ e acréscimos legais, da seguinte forma: a) nos exercícios financeiros de 1983,1984 e 1985: glosa da despesa de correção monetária incidente sobre parcela de aumento de capital social deliberado em AGE de 30.09.1980, supostamente não integralizada; b) no exercício financeiro de 2003 (ano-base de 01.05.1981 a 30.04.1982): acréscimo ao lucro real do valor da reavaliação de bens do ativo permanente efetuada com base no laudo de avaliação que não atenderia à legislação vigente; c) no exercício de 1984 (ano-base de 01.05.1982 a 30.04.1983): glosa de perda de capital na incorporação de empresa, efetivada a preços de mercado, com fundamento em laudo que não atenderia a legislação vigente. Processo Suspendo, aguardando decisão nos Embargos à Execução (processo nº 96.0065549-9), opostos para desconstituir o débito executado. Decisão de 1ª Instância favorável à empresa.</p> <p>Decisão de 2ª Instância confirmando decisão de 1ª Instância. A Fazenda Nacional apresentou Agravo em Recurso Especial. Aguarda-se decisão do STJ - Autos conclusos ao Ministro desde 02.04.2014. Aguardando decisão STJ.</p> <p>A 3ª Turma Especializada do TRF proferiu decisão confirmando a sentença favorável à Equipo, para cancelar o débito objeto da Execução. Interposto Recurso Especial, que foi inadmitido em 19.05.2015. Em 07.03.2016, publicada sentença que julgou extinta a execução e determinou a desconstituição da penhora do imóvel oferecido em garantia.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - TRABALHISTA	
Processo nº	0001385-10.2012.5.01.0551
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Barra Mansa - RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	17.09.2012
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Fabio de Aquino Graziel
ii. Reclamada	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 502.000,00 (atribuído à causa)
f. principais fatos	<p>Em 31.10.2012, realizada audiência. Requerido pelo o autor prazo para emendar a inicial. Deferido o requerimento, concedido prazo de 10 dias. Audiência adiada para o dia 29.05.2013.</p> <p>Audiência realizada: apresentada defesa e determinada a produção de prova pericial. Em produção de prova pericial.</p> <p>Em 18.03.2016, realizado acordo em audiência. Pagamento de R\$ 240.000,00, em 06 parcelas de R\$ 40.000,00, a primeira em 06/04/2016, sempre através de depósito em conta bancária. Custas pelo reclamante (isento). Parcelas de natureza indenizatória, sem incidência de IR e INSS. Transação homologada também em 18/03/2015.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0472197-60.2012.8.19.0001
a. juízo	9ª Vara Cível do Rio de Janeiro - RJ
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	17.07.2013
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Foca 2010 Serviços de Automotivos Ltda.-ME
ii. Reclamada	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 34.837,84 (atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Indenização movida em face de Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda., através da qual objetiva a Autora ser indenizada por danos materiais e imateriais suportados em virtude de suposto vício do produto adquirido da 1ª Ré (Equipo), precisamente de um caminhão, cuja entrega não teria ocorrido no prazo avençado, bem como pelo fato de o mesmo não ter sido entregue com uma especificidade técnica contratada. Em 22.08.2013, realizada audiência. Em 12.09.2014, proferida decisão indeferindo a preliminar de ilegitimidade arguida pela Scania, bem como a realização de prova pericial. Em 02.10.2014, a Scania apresentou Agravo de Instrumento. Posteriormente, o Agravo foi convertido em Retido pelo Relator. Após manifestação das partes “em provas”, aguardando remessa dos autos para prolação da sentença. Em 17.12.2015, publicada sentença que julgou improcedente a ação. Em 24.02.2016, julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela parte autora. Foram recebidos e, no mérito, não foram acolhidos.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0151800-97.2006.5.01.0071
a. Juízo	71ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	16.01.2007 (data de citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Maurilho Bernardes da Silva Neto
ii. Reclamada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.034,60
f. principais fatos	Reclamação Trabalhista proposta em face de Equipo Máquinas e Veículos Ltda. Realizada audiência em 11.10.2007. Em 20.10.2010, publicado despacho determinando a entrega do PPP. Em 24.05.2011, realizada audiência. Após publicação da sentença, que reduziu o valor da multa imposta à empresa, o Autor apresentou Agravo de Petição em 05.06.2012. Em 07.02.2012, a Ré protocolou seu Agravo de Petição. Em 12.09.2013, foi dado provimento ao recurso da Equipo para afastar a incidência da multa e julgar extinta a Execução. Em 17.09.2013, o Autor apresentou Embargos de Declaração no Segundo Grau de Jurisdição. Em 10.04.2014, foi dado parcial provimento aos Embargos de Declaração apresentados pelo Autor, para somente prestar esclarecimentos, sem atribuir efeito modificativo. Em 12.05.2014, apresentado Recurso de Revista pelo Autor. Em 05.08.2014, o Recurso de Revista foi indeferido. Interposto agravo de instrumento pelo reclamante, foi apresentada contraminuta em 15.10.2014. Em 14.07.2015, remetidos os autos para o TST em razão de processamento de recurso em meio eletrônico – Coordenadoria de Serviços Processuais. Em 09.10.2015, publicado Acórdão que negou provimento ao Agravo de Instrumento. Trânsito em julgado em 27.10.2015. Expedido alvará judicial em 07.04.2016, em favor do reclamante, correspondente à importância já depositada pela reclamada. Em 27.04.2016, processo arquivado definitivamente.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – AMBIENTAL	
Processo nº	E - 07/502.604/2010
a. juízo	Secretaria de Estado do Ambiente – Governo do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.04.2011 (data de citação)
d. partes no processo	Instituto Estadual do Ambiente – INEA
i. Autor:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
ii. Réu:	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00
f. principais fatos	Recebido Auto de Infração, datado de 31.01.2011, decorrente de supostos lançamentos de efluentes líquidos no corpo receptor, acima dos padrões estabelecidos na NT-202.R-10 – “Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos”. Em 03.05.2011, protocolada impugnação ao auto de infração pela Ré, objetivando o cancelamento da multa administrativa. Em 25.02.2013, proferida decisão administrativa indeferindo a impugnação apresentada. Em 01.07.2013, interposto recurso administrativo requerendo que seja reformada a decisão proferida pela Vice Presidência do INEA, para conhecer a impugnação, por ser tempestiva, bem como que seja dado provimento à mesma para cancelar a multa administrativa decorrente do auto de infração ora combatido. Em 30.12.2014, autos remetidos à Coordenadoria Geral de Fiscalização. Em 26.06.2015, dada ciência da decisão proferida pelo Conselho Diretor do INEA. Em 17.10.2015, protocolada petição arguindo a nulidade do processo administrativo, desde a decisão de Primeira Instância.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0016459-70.2013.8.19.0211
a. juízo	1ª Vara Cível da Regional da Pavuna / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	18.03.2015 (Equipo deu-se por citada)
d. partes no processo	M A Faria Ltda.-ME
i. Autor:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.
ii. Réu:	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 274.115,77 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Rescisória de contrato de compra e venda c/c Indenizatória por perdas e danos, lucros cessantes e Compensatória por danos morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Apresentada contestação, despacho proferido em 25.03.2015 para a parte autora se manifestar em réplica. Após apresentação de réplica pela parte autora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi indeferido em 17.02.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0000837-14.2014.8.19.0211
a. juízo	2ª Vara Cível da Regional da Pavuna / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	10.04.2014 (citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Eclipse 2003 Transportadora de Cargas Ltda. - ME
ii. Réu:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer movida em face de Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin America Ltda. Aguarda-se a juntada do A.R. da Equipo. Após a apresentação da contestação, as partes protocolaram, em 25.03.2015, petição conjunta com os termos do acordo. Foi proferida decisão, não homologando o acordo em razão da renúncia ao direito pelo autor da ação, mas, diante da manifestação das partes, que compuseram amigavelmente, e preservando os interesses das mesmas, converto o requerimento da autora para pedido de desistência, homologando-a e julgando extinto o processo sem julgamento do mérito. Certificado equívoco na publicação, a decisão será republicada. Em 22.07.2015, o processo foi arquivado.
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0016040-16.2014.8.19.0211
a. juízo	1ª Vara Cível da Regional da Pavuna / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	27.11.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Sonia Cristina Azevedo dos Santos de Araujo
ii. Réu:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.816,40
f. principais fatos	Trata-se de Ação de indenização por danos materiais e indenização por danos morais C/C devolução em dobro de valores cobrados indevidamente e pedido de concessão de liminar, movida em face de Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Scania Latin América Ltda.. Em 05.11.2014, proferida decisão no sentido de não conceder a antecipação dos efeitos da tutela. Aguarda-se a juntada dos AR's de citação para início do prazo para defesa. Em 06.04.2015, protocolada a contestação da Equipo.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - CÍVEL	
Processo nº	0100584-25.2007.8.26.0004
a. juízo	2ª Vara Cível Regional IV Lapa São Paulo/SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	15.04.2009 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Rodoanel Transportes Ltda.
ii. Ré:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$62.192,20
f. principais fatos	Ação Indenizatória contestada a ação em 26.05.2009. Produzidas as provas. Proferida sentença em 13.08.2014, pela improcedência do pedido. Opostos embargos de declaração pelo autor. Embargos rejeitados. Apresentado recurso de apelação pelo autor. Recebido em 27.04.2015. Em 30.04.2015 despacho determinando vista à Ré para apresentar suas razões de recorrida. Em 24.11.2015, publicada decisão do Tribunal negando provimento ao recurso da empresa Rodoanel. Aguarda-se o trânsito em julgado e o retorno dos autos à vara de origem.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010986-35.2015.5.01.0551
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Barra Mansa / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	04.05.2016 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	José Adilson da Cunha
ii. Reclamada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com audiência inicial designada para o dia 30.06.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000098-03.2013.5.08.0124
a. juízo	Vara do Trabalho de Xinguara / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.03.2013 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Rubens Bezerra Castro
ii. Reclamada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.768,40 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com pedido de reintegração liminar. Em 20.03.2013, foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela, determinando que a Reclamada reintegre o Reclamante ao emprego. Em 23.04.2013, realizada audiência. Prolatada sentença em 14.05.2013: foram julgados totalmente improcedentes os pedidos formulados na Reclamação proposta. Apresentados Embargos de Declaração. Em 30.07.2013, acolhidos em parte os Embargos de Declaração. Em 09.08.2013, interposto Recurso Ordinário pelo Reclamante. Em 17.02.2014, apresentado Agravo de Instrumento pelo Reclamante. Aguardando julgamento do agravo de instrumento. Em 04.03.2016, o Tribunal Superior do Trabalho manteve a improcedência da Ação, decidindo, por unanimidade, negar provimento ao Agravo de Instrumento. Em 31.03.2016, recebidos os autos eletrônicos do TST na vara de origem.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0000507-63.2014.5.08.0117
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Marabá / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	07.05.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Maria do Amparo Farias Ferreira
ii. Reclamada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 24.787,20 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista proposta em face de Super Quente Alimentos Ltda. e Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., tomadora dos serviços da Reclamante. Em 27.05.2014, foi realizada a audiência. A primeira Reclamada não foi notificada. A próxima notificação será realizada por oficial de justiça. Apresentada a defesa da Itaipu Norte. Em 16.06.2014, realizada nova audiência. Novamente, a primeira Reclamada não foi notificada. Em 14.07.2014, realizada audiência de instrução e julgamento. Celebrado acordo entre Reclamante e primeira Reclamada. O acordo foi descumprido. A Executada Super Quente Alimentos Ltda. foi incluída no BNDT. Ainda em fase de execução.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0001138-95.2014.5.08.0120
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Ananindeua / PA
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	29.08.2014 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Helder Dias Mota
ii. Reclamada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.216.953,77 (histórico)
f. principais fatos	Reclamação Trabalhista com audiência realizada em 16.10.2014. Audiência de instrução designada para 17.12.2014. Realizada audiência de instrução, produzida prova oral e deferida produção de prova pericial. Em 04.03.2016, proferida sentença julgando totalmente improcedentes os pedidos do Reclamante. Interposto Recurso Ordinário, com prazo para Itaipu Norte apresentar contrarrazões até 28.03.2016, tempestivamente oferecidas. Aguarda-se o julgamento (autos recebidos na 2ª Instância em 04.04.2016).
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - TRABALHISTA	
Processo nº	0000121-87.2015.5.08.0120
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Ananindeua / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	25.02.2015
d. partes no processo	
i. Autor:	Augusto Fernandes da Silva
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 55.280,18
f. principais fatos	Audiência designada para o dia 30.04.2015. Em face da ausência do reclamante, determinado o arquivamento do feito, com extinção do processo sem resolução do mérito. Em 30.04.2015, arquivados os autos definitivamente.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - CÍVEL	
Processo nº	0000503.58.2015.814.00527
a. juízo	Vara Única de Santa Maria do Pará /PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	02.04.2015 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Ki-Brasil Comércio de Cereais Ltda. EPP
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda e Outra.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$57.581,69
f. principais fatos	Juntada do AR de citação em 04.05.2015. Em curso prazo para apresentar contestação Aguarda-se designação de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, tão somente.

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0000301-19.2015.8.14.0110
a. juízo	Vara Única de Goianésia do Pará / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	24.08.2015
d. partes no processo	
i. Autor:	Claudir Francisco de Souza Lanchonete ME
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. e Trust Seguros S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 181.788,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária de Reparação de Danos Materiais, consistente no cumprimento de contrato de seguro e reparação de danos morais. Foi apresentada contestação pela Itaipu Norte. Aguarda-se designação de data para realização de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0021732-49.2015.8.27.2729
a. juízo	2ª Vara Cível de Palmas / TO
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	08.09.2015
d. partes no processo	
i. Autor:	Forrobras Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda. e Outro.
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., Scania Latin America Ltda. e MCM Comercio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.978,97
f. principais fatos	Trata-se de Ação Declaratória de inexistência de débito c/c obrigação de fazer e indenização por danos materiais e morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Foi apresentada contestação pela Itaipu Norte em 05.11.2015. Autos conclusos para despacho desde 02.12.2015.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Processo nº	092015730003364-0
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marituba
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	23.09.2015
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marituba – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.802.675,94
f. principais fatos	Trata-se de Processo Tributário Administrativo de nº 092015730003364-0 (Auto de Infração nº 092015510004075-1). Matéria: ICMS – Substituição Tributária. A impugnação foi protocolizada em 22.10.2015.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - TRABALHISTA	
Processo nº	0000638-22.2015.5.08.0111
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Ananindeua / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	21.05.2015
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Carlos Junior Lima Correa
ii. Reclamada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.349,34
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com audiência designada para 09.09.2015. Realizada audiência inicial, foi designada audiência de instrução para 06.04.2016. Aguarda-se o julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0015137-52.2014.8.14.0006
a. juízo	Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	08.09.2015 (citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Expresso Lobato Transportes e Turismo Ltda.
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., Scania Latin America Ltda. e Varella Veículos Pesados Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19.333,33
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária com pedido de indenização por danos materiais e morais. Foi apresentada contestação pela Itaipu Norte em 20.11.2015. Aguarda-se designação de data para realização de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Auto de Infração nº	032015510009908-8
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2016
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 381.552,58
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 18.01.2016, decorrente de suposta simulação de saída, para outra Unidade da Federação, de mercadoria efetivamente internada no território paraense. Apresentada impugnação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Auto de Infração nº	032015510009902-9
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2016
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 39.347,93
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 18.01.2016, decorrente de suposta ausência de escrituração, no Livro Fiscal de Registro de Entradas, de documento fiscal relativo à operação com mercadoria, no ano de 2011. Apresentada impugnação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - ADMINISTRATIVO	
Auto de Infração nº	032015510009903-7
a. juízo	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - CERAT Marabá
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	18.01.2016
d. partes no processo	
i. Órgão Autuante:	CERAT Marabá – Belém / PA
ii. Autuada:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.138.529,71
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 18.01.2016. O órgão autuante alega que a Itaipu Norte deixou de recolher o ICMS decorrente da omissão de saídas de mercadorias, apuradas através de levantamento específico, nos exercícios de 2010 e 2011. Apresentada impugnação.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - CÍVEL	
Processo nº	0002043-56.2016.8.14.0947
a. juízo	Juizado Especial Cível de Castanhal / PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.03.2016 (citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Raimundo Rodrigues de Souza Filho
ii. Ré:	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação de restituição de valores c/c indenização por lucros cessantes. Audiência de Conciliação designada para 19.05.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. – CÍVEL	
Processo nº	050.2009.100001217-5 (CNJ nº 001335-25.2009.8.14.0050)
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Santana do Araguaia/PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	01.04.2010
d. partes no processo	
i. Autor:	Wilson Araújo Coelho e Agropecuária Monte Cristo Ltda.
ii. Ré:	Fartura Agropecuária S.A. e Outra (São Sebastião do Araguaia Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.000.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação indenizatória por rompimento contratual. Em 12.05.2010, foi apresentada contestação. Ressalte-se que a expectativa quanto ao resultado da demanda, adiante destacada (chance de perda possível), foi estimada levando em consideração apenas o mérito da causa, não se referindo ao valor a ela atribuído, que reputamos abusivo e irreal.</p> <p>Em 16.03.2012, realizada audiência de instrução e julgamento. Concedido às partes o prazo de 10 dias, sucessivos, para apresentação de memorias. Memoriais apresentados no prazo.</p> <p>O processo encontra-se concluso para sentença.</p> <p>Decisão pela improcedência da ação em 04.02.2016, por não ter sido constatada a responsabilidade da Agropecuária São Sebastião do Araguaia S/A e Fartura Agropecuária S/A por danos materiais emergentes e lucros cessantes pleiteados pelo Autor. Aguarda-se julgamento do recurso interposto pelos autores.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	02103/00004/2012
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	12.04.2012
d. partes no processo	
i. Autor:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
ii. Ré:	Fartura Agropecuária S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.764.221,68
f. principais fatos	<p>Notificação de Lançamento referente ao recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.</p> <p>Impugnação protocolada em 11.05.2012.</p> <p>No dia 11.04.2013, encaminhados autos pelo para Delegacia da Receita Federal – Julgamento – Brasília-DF.</p> <p>A impugnação julgada improcedente, subsistindo a Notificação de Lançamento. Em 30.07.2013, foi protocolado Recurso Voluntário.</p> <p>A Fartura Agropecuária S/A propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal (Nº 0046695-75.2013.4.01.3400), tendo por origem a Notificação de Lançamento 02103/00004/2012, que foi objeto de impugnação não acolhida. O processo encontra-se em análise do pedido de tutela antecipada. Proferida sentença em 06.03.2015, pela procedência do pedido, para declarar a nulidade da Notificação de Lançamento.</p> <p>Em 07.08.2015, os autos foram remetidos ao TRF1 face ao recurso de apelação apresentado pela Fazenda Nacional (conclusos desde 08.09.2015).</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0001805-73.2013.503.0082
a. juízo	Vara do Trabalho de Monte Azul / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	09.12.2013
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Welton Pereira de Souza
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.580,51.
f. principais fatos	<p>Expedida Carta Precatória Notificatória (00564/13) pela Vara do Trabalho de Monte Azul, dirigida ao Juízo da Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso, designando a audiência para o dia 17.12.2013.</p> <p>Audiência realizada com oitiva de testemunhas.</p> <p>Sentença proferida em 18.12.2013: os pedidos foram julgados procedentes.</p> <p>A Reclamada apresentou Recurso Ordinário em 24.01.2014.</p> <p>Proferido Acórdão em 11.03.2014: conhecido o recurso e dado provimento apenas para limitar a condenação das horas extras ao respectivo adicional, nos termos da OJ 235 do TST.</p> <p>Apresentados Embargos Declaratórios pela Reclamada, que foram conhecidos e julgados procedentes, no mérito, para presta esclarecimentos, sem conferir efeito modificativo ao julgado.</p> <p>Apresentado Recurso de Revista pela Reclamada, que não foi admitido.</p> <p>Trânsito em julgado em 28.08.2014.</p> <p>As partes foram intimadas para comparecer em audiência de tentativa de conciliação, pois ocorreu uma divergência entre os cálculos apresentados. Tal audiência restou infrutífera.</p> <p>Em 07.10.2014, foi determinada a realização de perícia.</p> <p>Em 18.12.2014, publicada intimação para registrar o fim da liquidação e o início da execução da sentença (os cálculos elaborados pelo perito do Juízo foram homologados). Intimada a efetuar o pagamento do saldo remanescente da condenação - deduzido o valor do depósito efetuado para fins recursais -, foi depositada a importância de R\$ 1.662,20. O reclamante apresentou recurso contra a condenação no pagamento dos honorários periciais. Recurso provido. Aguardando retorno à Vara de Origem e posterior intimação para pagamento (valor de R\$ 600,00).</p> <p>Em 23.03.2015, em razão do provimento do agravo de petição interposto pelo Reclamante, foi atribuído à Reclamada o ônus de efetuar o pagamento dos honorários periciais. Em 25.09.2015, realizado o pagamento das custas finais. Processo arquivado em 13.11.2015.</p>
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0011292-20.2014.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	3ª Instância Judicial
c. data de instauração	18.08.2014
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Elivânio Dias Cardoso
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 154.936,00.
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista (ação de indenização) movida em face da empresa Itapura Agropecuária Ltda., com audiência inicial designada para 22.09.2014. Realizada audiência inicial: conciliação rejeitada. Deferida prova pericial médica. Audiência de instrução designada para 17.11.2014. Adiada audiência, a requerimento da reclamada, diante da necessidade de esclarecimentos pelo perito. Designada a data de 15.06.2015 para a realização da audiência. O Reclamante não compareceu à audiência de Instrução. Em 14.09.2015, prolatada sentença julgando a ação improcedente. Juntada petição informando ao Juízo que o Reclamante firmou acordo com a Reclamada no processo nº 0001580-82-15-5-3.0085. Em 30.09.2015, apresentado Recurso Ordinário pelo Reclamante. Em 14.12.2015, o TRT-MG deu provimento ao recurso do Reclamante, reconhecendo, de plano, a culpa recíproca para a ocorrência do acidente e condenou a empresa ao pagamento de indenização. Em 21.01.15, os Embargos de Declaração interpostos perante o TRT da 3ª Região ao Acórdão que deu provimento parcial ao recurso ordinário do reclamante, foram julgados "conhecidos e prestados os esclarecimentos", sem qualquer modificação do julgado. Em 22.03.2016, denegado seguimento ao Recurso de Revista apresentado pela Itapura. Em 30.04.2016, recebido o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista da Itapura, submetendo sua admissibilidade ao TST.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0011951-29.2014.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso/MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	09.02.2015
d. partes no processo	
i. Autor:	João Moises Soares de Souza
ii. Ré:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000,00
f. principais fatos	Audiência designada para o dia 03.03.2015. Realizada audiência, designou-se para julgamento a data de 13.03.2015. Julgamento pela procedência parcial do pedido, Em 18.03.2015 apresentado recurso pelo autor. Em 06.04.2015, apresentado recurso ordinário (adesivo) pela reclamada. Em processamento para remessa ao Tribunal. Em 10.06.2015, negado provimento as recursos. Em 18.06.2015, ocorreu o trânsito em julgado e, após comprovação da dispensa do reclamante, o processo foi arquivado definitivamente (13.07.2015).
g. se a chance de perda é:	Prejudicado
i. provável	-
i. possível	-
ii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010665-79.2015.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	13.05.2015
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Douglas Sérgio da Silva
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.000,00
f. principais fatos	Audiência designada para o dia 20.07.2015. Realizada audiência, determinou-se perícia médica e de insalubridade, tendo sido apurado e estabelecido nexo causal entre a doença Dorsalgia e Tendinopatia de membros superiores, com limitação funcional de 36%. Quanto a insalubridade, foi caracterizada por ruído acima do limite, entre os meses de junho e setembro, além de sobrecarga térmica solar acima dos limites de tolerância entre os meses de outubro e abril. Audiência de instrução designada para 28.01.2016. Em audiência, a conciliação foi rejeitada. Em 19.02.2016, prolatada sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados. Em 19.04.2016, recebido o Recurso Ordinário da Reclamada no seu regular efeito, além do Recurso Adesivo do Reclamante. Autos conclusos para julgamento desde 26.04.2016 no TRT/MG.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010792-17.2015.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.06.2015
d. partes no processo	
i. Reclamante:	José Carlos Barbosa
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.000,00
f. principais fatos	Audiência designada para o dia 17.08.2015. Realizada audiência, determinou-se perícia médica e de insalubridade, apurando-se que não foi estabelecido nexo causal entre a atividade exercida pelo reclamante e sua alegada doença. Não caracterizada a insalubridade nas condições de trabalho do reclamante. Audiência de instrução realizada em 28.01.2016. Em 05.02.2016, prolatada sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos. Em 22.02.2016, os Embargos de Declaração opostos pela reclamada foram conhecidos, dando-lhes parcial provimento para atribuir efeito modificativo, e prestar os esclarecimentos constantes da fundamentação apresentada. Em 30.03.2016, recebido o Recurso Ordinário da Reclamada no seu regular efeito e, também, o recurso adesivo do Reclamante. Autos encaminhados ao TRT-MG.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010435-03.2016.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	01.04.2016
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Rafael Ferreira das Neves
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 224.560,00
f. principais fatos	Audiência inicial designada para o dia 02.05.2016. Em audiência foi determinada realização de perícia médica para apuração da alegada doença ocupacional. Apresentados quesitos e assistente técnico em 16.05.2016. Aguarda-se a realização de perícia.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010444-62.2016.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	05.04.2016
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Miler Campos Natal
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.000,00
f. principais fatos	Audiência inicial designada para o dia 05.05.2016. Em audiência foi determinada realização de perícia para apuração da alegada insalubridade. Aguarda-se a realização de perícia.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA - TRABALHISTA	
Processo nº	0010719-11.2016.5.03.0151
a. juízo	Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	11.05.2016
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Rafael Ferreira das Neves
ii. Reclamada:	Itapura Agropecuária Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 70.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Reclamação Trabalhista com audiência inicial designada para o dia 06.06.2016.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível.
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim representadas:

Natureza dos processos	CONSOLIDADO	
	Total Provisionado	
	31/12/2015	31/12/2014
Tributários		5.743
Trabalhistas	150	242
Cíveis	1.631	1.631
Total	1.781	7.616

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há, em curso, qualquer processo em que o emissor ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas neste item.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas neste item.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há qualquer outra contingência relevante a destacar.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a sede da Companhia é no território nacional, assim como sua atuação e negociação de valores mobiliários.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

A administração não, vê até o momento, a necessidade de transformar suas práticas de gestão de riscos em políticas formalizadas. Contribui para isso fatores como: endividamento zero e prática de não manter alavancagem financeira; bom relacionamento de mais de 40 anos com a marca Scania; acompanhamento diário de rotinas de segurança dos sistemas; manutenção de apólices de seguros compatíveis com a estrutura da Companhia; a WLM não realiza a contratação de hedges financeiros e não utiliza instrumentos derivativos, entre outras práticas.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i. os riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos formalizada.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos formalizada.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

Como a Companhia não tem política de gerenciamento de riscos formalizada também não existe estrutura organizacional ou sistemas de controle interno voltados para a verificação da efetividade de tais políticas, conforme já explicitado no item (a).

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados no item 4.2, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos de mercado uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Não aplicável uma vez que não há política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A WLM não possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos de mercado uma vez que a alta administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios. Os riscos inerentes às atividades e negócios da Companhia são gerenciados rotineiramente entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos nas atividades operacionais.

Como a Companhia não tem política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada também não há adequação de estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade de tais políticas.

5.3 - Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia conta com sistema automatizado de gestão utilizado em todas as suas subsidiárias que permite analisar e administrar os dados, de forma a facilitar a compra e a distribuição de veículos pesados e itens de estoque – como peças de reposição; receber, processar e enviar os pedidos a tempo; administrar o faturamento e realizar a cobrança de clientes, bem como processar os pagamentos aos fornecedores. Os dados são consolidados mensalmente na matriz do grupo que com base em suas informações são preparadas as demonstrações financeiras tanto das subsidiárias como o consolidado WLM Indústria e Comércio S.A, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Cada subsidiária tem um gerente administrativo responsável pela verificação e confirmação dos dados inseridos no sistema automatizado que consolida todas as informações necessárias à preparação das demonstrações financeiras.

A consolidação dos dados e informações, assim como os controles internos, são de responsabilidade do Departamento de Controladoria. O Gerente de Controladoria, responsável pelo departamento, se reporta ao Diretor-Presidente e ao Diretor de Relações com Investidores. Mensalmente, a Diretoria Executiva se reúne para avaliação dos resultados mensais e, trimestralmente, após a avaliação e revisão da auditoria externa. Em seguida, as demonstrações financeiras são apresentadas, revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e disponibilizadas aos seus acionistas e ao mercado em geral, via ENET, por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&F BOVESPA (<http://www.bmfbovespa.com.br>) e no website da WLM (www.wlm.com.br).

b. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Eventuais inconsistências encontradas nos dados imputados no sistema automatizado são identificadas pela Controladoria do grupo sendo solicitada às subsidiárias sua revisão. O Gerente do Departamento de Controladoria é o responsável pelo acompanhamento das práticas e eventuais deficiências dos controles internos. Quaisquer deficiências no sistema são reportadas à Diretoria que define com o Gerente do Departamento de Controladoria as correções a serem tomadas.

c. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

De acordo com o Relatório de Recomendações da Auditoria não houve assuntos reportados que representaram riscos de distorções relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. No entanto, a Auditoria listou alguns pontos de recomendação:

PONTOS DE RECOMENDAÇÃO - CONTÁBIL

Equipo Máquinas e Veículos Ltda.

. Cheques pré-datados sem numeração

A Auditoria externa apontou cheques pré-datados sem número identificado.

A recomendação foi a análise e a regularização do descrito acima, de forma a garantir a qualidade dos controles existentes.

. Cheques pré-datados sem expectativa de realização

A Auditoria externa identificou cheques pré-datados que não possuem informações sobre a real expectativa de realização.

A recomendação foi a análise periódica pela Companhia a respeito da real possibilidade de recebimentos de tais créditos.

5.3 - Descrição dos controles internos

. Cheques pré-datados - venda de caminhão

A Auditoria externa identificou venda de caminhões novos com entrada em forma de cheques, apontando possível risco de crédito, uma vez que tal procedimento não faz parte da política do cliente. Ademais, há cheques vencidos e não recebidos financeiramente.

A recomendação foi a análise periódica pela Companhia a respeito da real possibilidade de recebimentos de tais créditos.

Contas do balanço devidamente analisadas e refletindo o saldo contábil

A Auditoria externa identificou contas que não tiveram controles específicos para lançamentos e saldos contábeis.

A recomendação foi a análise periódica pela Companhia, uma vez que as conciliações contábeis constituem-se em excelente controle gerencial e contábil, permitindo que as demonstrações contábeis estejam devidamente apresentadas e que sejam tomadas medidas para a regularização de eventuais pendências.

Provisão para perda de crédito para liquidação duvidosa para os valores julgados de difícil realização

A Auditoria externa verificou a existência de clientes com títulos protestados e/ou vencidos há mais de 120 dias.

A recomendação foi a análise detalhada de clientes inadimplentes, permitindo melhor apuração do valor de provisão para cobertura das perdas esperadas a fim de ajustar as contas a receber ao seu valor líquido de realização, evitando assim eventuais distorções às demonstrações contábeis.

Não recebimento de cartas de circularização de fornecedores e Consórcio

A Auditoria externa não recebeu parte das respostas às cartas de confirmação de saldos do fornecedor Scania Latin America e do consórcio da empresa Scania Administradora de Consórcio.

A recomendação foi para que a Companhia se esforce para receber todas as respostas de confirmação de saldos, uma vez que a garantia de que a confirmação de saldos por terceiros é um procedimento que oferece maior segurança quanto à adequação dos registros contábeis.

Análise periódica dos estoques com baixa movimentação

A Auditoria externa constatou que a Companhia não efetua periodicamente análise completa dos estoques de materiais com baixa movimentação visando a identificar as suas reais perspectivas de uso e necessidades dos departamentos usuários.

A recomendação foi para que a Companhia efetue acompanhamentos periódicos dos itens com baixa movimentação a fim de identificar itens com problemas, no intuito de constituir uma provisão adequada para perdas ou proceder à eliminação destes itens dos estoques, seja por meio de baixa ou venda, o que também proporcionaria a redução dos custos de manutenção e controles dos estoques.

PONTOS DE RECOMENDAÇÃO - TRIBUTÁRIA

Tributo diferido – Reservas de Reavaliação

A Auditoria externa identificou que a Companhia classificou como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base no Artigo 8 da Lei 6.404/76. A reavaliação é feita de forma a elevar o custo dos ativos ao seu valor de mercado, aumentando em contrapartida o valor do patrimônio líquido.

Dentre os itens reavaliados pela Companhia encontram-se terrenos que são classificados como propriedade para investimento. Diante desta classificação, a Auditoria entende que existe uma expectativa para realização deste item por meio de venda – cabe ressaltar que esta é a única forma de realização do terreno, uma vez que o mesmo não é depreciado para fins contábeis.

5.3 - Descrição dos controles internos

Acerca do impacto tributário da reavaliação, a reserva constituída deverá ser contabilizada líquida dos impostos diferidos que serão revertidos mediante a realização do item, ou seja, será realizada por depreciação, amortização, exaustação ou alienação.

A recomendação foi para que a Companhia analise a recuperação futura dos itens reavaliados que não são depreciáveis, pois qualquer diferença entre o valor contábil do bem reavaliado e a sua base fiscal será uma diferença temporária. Caso não haja diferença entre bases, o tributo diferido constituído deverá ser reavaliado.

d. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pela Auditoria externa estão sendo apreciadas pelos membros da Diretoria da WLM e pelo Gerente do Departamento de Controladoria. Nesse sentido, a Companhia está analisando a viabilidade da adoção de um plano de ações a fim de aprimorar os procedimentos internos relacionados aos aspectos ressaltados no relatório da auditoria externa.

5.4 - Alterações significativas

Não existem alterações significativas.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item 5 – riscos de mercado.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/10/1946
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/01/1971

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1946, com a denominação de Companhia Nacional de Gás Esso, cujo controle era detido pela *Standard Oil Company of New Jersey (USA)*. Esta empresa iniciou a distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Brasil por meio de importação a granel e posterior engarrafamento e distribuição. Em 1952, sua denominação social foi alterada para Companhia Brasileira de Gás – Gasbras e, no ano seguinte, o Grupo Lorentzen, de capital estrangeiro, assumiu o controle acionário.

Em 1955, o GLP, até então importado, passou a ser fabricado pelas refinarias brasileiras. Neste mesmo ano foi constituída a Companhia Supergaz Engarrafadora e Distribuidora de Gaz, com sede em Campinas(São Paulo), empresa de capital 100% nacional.

Em 1968, após atingirem elevado grau de desenvolvimento, com porte patrimonial significativo e detendo expressiva participação no mercado nacional de distribuição de GLP, a Supergaz e a Gasbras decidiram por uma união, da qual resultou uma nova Companhia sob a denominação social de Supergasbras S/A Distribuidora de Gás.

Em 1971, a Supergasbras transformou-se em sociedade anônima de capital aberto, com capital 50% nacional e 50% estrangeiro. Naquela oportunidade, face à diversificação de suas atividades, foi alterada a razão social para Supergasbras Distribuidora de Gás Indústria e Comércio S/A.

Em 1972, o Sr. Wilson Lemos de Moraes, principal acionista brasileiro, adquiriu as ações do grupo Lorentzen, tornando a Supergasbras uma empresa de capital inteiramente nacional. O processo de expansão da Supergasbras, que já havia se intensificado nos anos 60, manteve acelerado crescimento na década de 70. A Companhia continuou a adquirir novas empresas, principalmente no setor de comercialização de veículos e máquinas.

Em 1975, a Supergasbras Distribuidora de Gás Indústria e Comércio S/A foi transformada em holding, com sua razão social alterada para Supergasbras Indústria e Comércio S/A.. O imobilizado relativo à atividade de distribuição de gás foi totalmente transferido para uma nova empresa denominada Supergasbras Distribuidora de Gás S/A.

Durante os anos 70, a diversificação de negócios levou a Companhia a também atuar fortemente nos setores de transporte e de comercialização de veículos pesados – caminhões e ônibus da marca Scania. A sinergia entre as diversas atividades da Companhia marcou o começo da duradoura e bem sucedida parceria com a montadora Scania, hoje o principal foco de negócios da WLM. A Companhia cresceu neste segmento, ampliou constantemente sua rede de concessionárias e fez do aperfeiçoamento de seu atendimento e de seus serviços um compromisso, uma marca.

Atualmente, a WLM atua no setor de comercialização de veículos pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e prestação de serviços de manutenção da marca Scania por intermédio de suas quatro controladas: Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., com dezenove estabelecimentos localizados em vários estados do Brasil.

Em julho de 2004, a Companhia alienou sua controlada Supergasbras Distribuidora de Gás S.A. para a SHV Gás Brasil Participações Ltda., encerrando sua participação no mercado de distribuição de GLP. Em consequência dessa alienação, foi alterada a denominação da sociedade de Supergasbras Indústria e Comércio S.A. para WLM Indústria e Comércio S.A.

A WLM complementa a diversificação de suas atividades mantendo sua atuação no setor de bovinocultura de corte, cultivo e comercialização de grãos: café, milho, soja e arroz. Essa atuação se dá por meio das controladas Fatura Agropecuária S.A., Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Itapura Agropecuária Ltda.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável. Não houve pedido de falência e nem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A **WLM** atua na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

Controladas do Segmento Automotivo	Local da Sede
1. Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e filial em Barra Mansa, possui atendimento em todo o Estado do Rio de Janeiro.
2. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Contagem/MG, atua na capital mineira, centro-sul, norte e oeste do Estado de Minas Gerais e mantém filiais em Juiz de Fora, Montes Claros, Inconfidentes (Contagem), Patos de Minas, Barão de Cocais e Perdões.
3. Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Marituba/PA, atua nos estados do Pará e Amapá, com filiais em Marabá, Oriximiná, Ourilândia do Norte, Paragominas, Novo Progresso e Macapá.
4. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Sumaré/SP, atua no Estado de São Paulo, com filiais nas cidades de Porto Ferreira, Araçatuba e Bauru.

Através das controladas do Segmento Agropecuário, com fazendas situadas em diversos municípios dos estados do Pará, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais, a WLM atua nas seguintes atividades do agronegócio:

Controladas do Segmento Agropecuário	Local da Sede
1. Fartura Agropecuária S.A.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazenda em Santana do Araguaia/PA.
2. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazenda em Santa Terezinha/MT.
3. Itapura Agropecuária Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazendas em Campinas/SP e São Sebastião do Paraíso/MG.

As empresas **Fartura - Fazenda São João** (sul do Estado do Pará) e **São Sebastião do Araguaia - Fazenda São Sebastião** (norte do Estado de Mato Grosso), são dedicadas à bovinocultura de corte. Em conjunto, possuem uma área contígua de 100 mil hectares com cerca de 80% da área total de reserva florestal, com registro no RGI de cada região, e rebanho de, aproximadamente, 25 mil cabeças e pecuária de corte, por meio da cria de bezerros para cruzamento industrial. Mantém ainda um projeto de manejo florestal sustentável, aprovado pelo IBAMA.

Em 2014, a **Fartura** destinou investimentos para a produção de milho e soja em área de aproximadamente 700 ha.

A **Itapura - Fazenda São João do Atibaia** (entre Campinas e Jaguariúna/SP), tem como principal atividade a pecuária leiteira, que atualmente conta com um rebanho em torno de 250 cabeças de gado e produção de cerca de 1200 litros de leite/dia.

Através da **Fazenda São Judas Thadeu** (São Sebastião do Paraíso/MG), a **Itapura** dedica-se à atividade cafeeira numa área de 677 hectares, onde produz em torno de 3.500 sacas de café/ano. Complementarmente, são também desenvolvidas atividades ligadas à pecuária de corte, com aproximadamente 750 cabeças de gado.

Todas as atividades produtivas nas empresas do segmento agropecuário da WLM são realizadas simultaneamente com as práticas de conservação da fauna e da flora.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A **WLM** atua em dois segmentos operacionais: Automotivo e Agropecuário.

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorreram, principalmente, do segmento automotivo, através das quatro controladas Concessionárias Scania, que comercializam caminhões pesados, caminhões extra pesados, chassis de ônibus urbanos, chassis de ônibus rodoviários, peças, lubrificantes, e prestação de serviços de manutenção por meio de contratos manutenção preventiva programada e manutenção corretiva, como já comentado no item 7.1 deste Formulário.

Durante este mesmo período, as receitas da Companhia decorreram, em menor proporção, do segmento agropecuário que, por intermédio das três controladas, produz e comercializa gado de corte, café e leite.

b) receitas provenientes dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita por segmento			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro	R\$		
	2015	2014	2013
Comercialização de veículos, peças e lubrificante	485.502	896.629	1.202.762
Prestação de serviços de manutenção	46.721	51.357	52.262
Sub total Segmento Automotivo	532.223	947.986	1.255.024
Segmento Agropecuário	13.670	11.053	9.112
Total Receita Bruta	545.893	959.039	1.264.136
Deduções Rec. Bruta – Segmento Automotivo	47.769	93.377	128.883
Deduções Rec.Bruta – Segmento Agropecuário	1.280	786	538
(-) Total Deduções Receita Bruta	49.049	94.163	129.421
Receita Operacional Líquida – Segmento Automotivo	484.454	854.609	1.126.141
Receita Operacional Líquida – Segmento Agropecuário	12.390	10.267	8.574
Total Receita operacional Líquida	496.844	864.876	1.134.715

Participação da receita líquida por segmento em relação à receita líquida total (em %)			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro	2015	2014	2013
Segmento Automotivo			
Concessionárias Scania	97,51%	98,81%	99,25%
Segmento Agropecuário			
Fazendas	2,49%	1,19%	0,75%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

As informações abaixo são geradas internamente na Companhia e derivadas dos registros contábeis societários, sem segregação de despesas operacionais, ativos totais e depreciação.

Segmento	Lucro / (Prejuízo) – R\$ mil			% no Lucro Líquido da Companhia		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Automotivo ⁽¹⁾	18.743	29.715	36.506	472,83	243,52	188,43
Agropecuário ⁽²⁾	(5.027)	3.930	(3.206)	(126,82)	32,21	(16,55)
Administração ⁽³⁾	(9.889)	(21.251)	(13.319)	(249,47)	(174,16)	(68,75)
Descontinuadas	137	(192)	(608)	3,46	(1,57)	(3,13)
Total	3.964	12.202	19.373	100,00	100,00	100,00

(1) Inclui todas as controladas: Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte

(2) Inclui todas as controladas: Fartura, São Sebastião do Araguaia e Itapura

(3) Controladora

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

O processo de produção não se aplica ao segmento automotivo de Concessionárias Scania, pois a Companhia atua no segmento comercial, como revendedora de veículos, peças e lubrificantes de produtos da marca Scania.

Bovinocultura de corte

Atividade realizada por três empresas do grupo, sendo duas na “Amazônia Legal” e outra em Minas Gerais com características um pouco distintas.

Nas fazendas da “Amazônia Legal”, uma no sul do Pará e outra no Norte do Mato-Grosso formando, em área contínua, uma fazenda com cerca de 100 mil hectares, sendo cerca de 20 mil hectares de pastos e o restante de reserva florestal, o sistema de produção se caracteriza por forte dependência das pastagens, fonte de toda a alimentação do gado que recebe como complemento a suplementação mineral.

O regime de chuvas na região se reflete na oferta e qualidade do alimento (pastagens), de forma que o gado é manejado estrategicamente de forma a diminuir as consequências da variação da disponibilidade nutritiva (qualitativa e quantitativa). Em alguns casos faz-se suplementação com proteína em lotes mais sensíveis a esta variação. As atividades de produção de gado de corte nestas fazendas são a cria e recria e, nos últimos anos, principalmente devido às características comerciais da região, a engorda de machos.

A atividade de cria consiste na produção de bezerros e bezerras. As matrizes são enxertadas por meio de monta natural com touros da Fazenda. Com o rebanho atual, são produzidos cerca de 3.800 bezerros e 3.800 bezerras por ano. As crias resultantes são desmamadas com cerca de sete meses. Cerca de 20% das matrizes (1.800 a 2.000, no rebanho atual) e touros são descartados anualmente utilizando critérios de idade, fertilidade e características produtivas. Das bezerras produzidas, parte fica na fazenda para recria e reposição das matrizes (cerca de 1.800 a 2.000 por ano) e o restante é vendido para criadores da região. Dos bezerros, atualmente estão sendo mantidos na fazenda 800 cabeças por ano, para a atividade de recria e engorda com venda para abate em torno de 30 meses. O restante dos machos (cerca de 3.000 cabeças/ano) é vendido para criadores da região.

Recentemente, foi implantado um projeto para confinamento de cerca de 1.200 cabeças, visando reduzir o tempo para terminação dos animais, possibilitando maior capacidade de suporte a pastagens e, conseqüentemente, maior aproveitamento das áreas.

Paralelamente, para melhoria do rebanho, são mantidas cerca de 700 vacas nelore registradas com principal objetivo de produzir animais com qualidade genética. Este rebanho registrado na ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu tem manejo diferenciado, utilizando-se inseminação artificial com sêmen de touros provados de grandes centrais de inseminação, suplementação de alimento na seca, maior pressão de seleção nas vacas e manejo mais tecnificado, visando constante aprimoramento das características produtivas dos touros e, conseqüentemente, contínuo melhoramento genético de todo o rebanho. O excedente dos touros produzidos é comercializado entre produtores da região.

Esta preocupação com a qualidade das características produtivas, bem como com a sanidade e nutrição do rebanho, resulta em produtos de qualidade bastante acima da média na região, despertando grande procura dos produtores e frigoríficos, com preços diferenciados.

A atividade de corte na fazenda São Judas Thadeu, em Minas Gerais, é bem menor em escala, seguindo modelo parecido com o das outras fazendas, porém mais tecnificado, principalmente com relação à nutrição e manejo reprodutivo do gado. Mantém apenas a atividade de cria, sendo todo o produto (bezerros e bezerras) vendido para produtores da região. Apenas as bezerras necessárias para reposição de matrizes descartadas são mantidas. O tamanho do rebanho permite melhor avaliação de novas tecnologias que depois podem ser estendidas para as outras fazendas.

Bovinocultura de leite

O sistema de produção de leite na fazenda São João do Atibaia, localizada entre Campinas e Jaguariúna (SP), busca equilibrar a utilização racional das pastagens disponíveis com a suplementação de cocho com forragem de corte produzida na fazenda e alimentos concentrados adquiridos de terceiros. Além da alimentação, a fazenda investe em genética, outro grande fator responsável pela produção de leite, com a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

utilização de touros provados com boa aptidão leiteira na inseminação artificial, visando o constante melhoramento do rebanho.

Outras preocupações são a sanidade e o conforto dos animais, bem como a higiene na ordenha. O gado jovem (bezerras e novilhas) é criado exclusivamente em pasto, enquanto as vacas, além da pastagem, são alimentadas em cocho diariamente com uma mistura da forrageira produzida na fazenda e concentrados comprados. São ordenhadas diariamente, sendo utilizado o sistema de ordenha mecânica duas vezes ao dia. O leite, sem contato manual, é armazenado em geladeiras de onde é coletado pelo comprador em caminhão-tanque refrigerado. Ocorre o descarte (venda) de vacas por idade ou reprodução repostas pelas bezerras nascidas na propriedade. A receita principal com a venda de leite é complementada com a venda dos bezerros machos recém-nascidos, vacas descartadas e eventual venda de novilhas excedentes para produtores.

Atividades Agrícolas

. Cultura Cafeeira

A produção de café tipo Arábica, na Fazenda São Judas Thadeu, em São Sebastião do Paraíso (MG), utiliza modernos modelos tecnológicos, que visam maior produtividade e qualidade do café. Busca-se aumentar a produção, sobretudo, por meio do aumento efetivo da produtividade. Para tanto, é dada atenção especial à adubação e correção do solo, ao controle de pragas e doenças e a utilização eficaz dos insumos, de forma a atenuar os efeitos de variações climáticas. As características climáticas, a fertilidade do solo e a altitude, aliados a outros fatores, permitem a produção de café arábica de muito boa qualidade, particularidade da região, grande produtora de café.

A adubação é realizada anualmente, seguindo recomendação agrônômica através de análise do solo e das folhas do cafeeiro, principal fator de produção da cultura, porém outros tratamentos culturais, como o combate às ervas daninhas, também são efetuados por meio de utilização de herbicida e capina manual e/ou mecânica, o combate a pragas e doenças, a desbrota, etc..., elementos importantes na qualidade e quantidade do café produzido.

A colheita do café constitui uma das principais atividades do processo produtivo por ser um dos itens que mais pesam nos custos de produção. É realizada entre os meses de maio e setembro utilizando, principalmente, através do sistema manual, embora já tenha sido utilizada também a colheita mecânica em algumas áreas.

Após ser colhido, o café é seco e beneficiado na propriedade; limpo da casca e de impurezas; acondicionado em sacas de juta de 60 Kg e vendido ou enviado para armazenamento.

. Milho e soja

Acompanhando a tendência da região, aonde essa atividade vem se introduzindo em escala cada vez maior, a Fatura deu início a um projeto para o cultivo de milho e soja. Em 2015, segundo ano da produção, foram plantados 700 ha de soja, com a produção de 28.750 sacas. Também foram produzidas 474 toneladas de milho grão e 1.500 toneladas de silagem. A silagem foi destinada à atividade agropecuária (consumo de animais em confinamento) e o milho em grão comercializado no mercado regional.

Para a safra 2015/2016 foram destinados 800 ha para a cultura da soja, com colheita prevista de 25.000 sacas e, posteriormente, cerca 400 ha de plantio de milho, com a produção estimada de 450 toneladas de milho em grão e 2.500 toneladas de silagem.

A execução deste projeto requer investimento em maquinário e serviços apropriados, visando a otimização das áreas de plantio e adequação do manejo, desde a correção dos solos até a colheita.

. Arroz

Na safra 2015/2016 foi implantado um projeto de plantio de arroz em cerca de 150 ha, com o objetivo de reformar áreas de pastagem degradadas e/ou infestadas de ervas daninhas. Este projeto prevê a correção do solo para melhor desenvolvimento das pastagens plantadas em sequência à colheita do arroz e deverá pagar todos os custos envolvidos até o plantio da pastagem.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

b) características do processo de distribuição

Segmento Automotivo

A venda de caminhões e ônibus é feita por todas as Controladas Concessionárias Scania. Suas equipes de vendas realizam diariamente um roteiro de visitas às instalações do cliente. As peças são comercializadas nos 20 pontos de presença, contando com equipes de vendas específicas.

. Caminhões

Após as tratativas comerciais e definições das especificações do veículo, a concessionária formula o pedido do veículo com todos os opcionais desejados e o envia à Scania, que programa a sua produção. Após sua fabricação, pode ser faturado diretamente para o cliente ou para a concessionária, hipótese em que é posteriormente refaturado para o cliente. A entrega do veículo é realizada por transportadoras credenciadas pela Scania até a concessionária, quando então é efetuada a entrega ao cliente. Durante todo o processo, o veículo tem a cobertura de seguro. Todos os custos com fretes e seguros já são embutidos no preço do veículo.

. Ônibus

O processo é semelhante à venda de caminhões. Neste caso, a Scania sempre fatura para a concessionária. O chassi, inicialmente, é enviado para a colocação da carroceria em empresa indicada pelo comprador, retornando posteriormente para a concessionária, que efetua a entrega para o cliente.

. Peças

O estoque de peças é mantido por meio de compras programadas diárias ou solicitações em emergência.

Segmento Agropecuário

A venda de bovinos de corte ou leiteiros, sacas de café, milho, soja, arroz e leite é feita nas fazendas das empresas controladas e o transporte dos produtos é realizado pelos próprios compradores.

c) características dos mercados de atuação:

i. *participação em cada um dos mercados por renda*

Segmento Automotivo

Não aplicável, tendo em vista que mais de 90% das vendas são destinadas a pessoas jurídicas, conforme tabela abaixo:

% de receita para pessoa jurídica			
Concessionária Scania	2015	2014	2013
Equipo	97,20%	97,08%	97,89%
Itaipu	92,60%	95,46%	96,88%
Quinta Roda	90,60%	95,01%	97,79%
Itaipu Norte	95,30%	97,29%	97,99%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento Agropecuário

Não aplicável, tendo em vista que os produtos são comercializados diretamente para indústrias e revendedores.

ii. participação em cada um dos mercados por localização

A Companhia por meio de suas controladas, apresenta grande diversificação geográfica, atuando em mais de 900 cidades em diversos estados do Brasil na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas, tais como:

Segmento Automotivo

As controladas da Companhia mantêm concessionárias em 19 cidades, localizadas em cinco estados brasileiros (RJ, MG, SP, PA e AP).

Controladas Concessionárias Scania	Área de Atuação / Estado	Abrangência
Equipo	Rio de Janeiro	92 municípios
Itaipu	Minas Gerais	455 municípios
Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais	238 municípios
Itaipu Norte	Pará e Amapá	159 municípios

A participação no mercado por área de atuação está assim representada:

A partir de 2011 os fabricantes de veículos pararam de disponibilizar suas informações de vendas, impossibilitando o cálculo do Market-Share.

Segmento Agropecuário

- Bovinocultura de corte - Fatura Agropecuária S.A., Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Itapura Agropecuária Ltda.
- Cultivo de soja, milho e arroz - Fatura Agropecuária S.A. e
- Cafeicultura - Itapura Agropecuária Ltda.

Não existem dados consolidados, seja a nível nacional ou regional, que permitam estabelecer a participação de mercado em cada uma das atividades agropecuárias em que a Companhia atua.

Controladas Agropecuárias	Área de Atuação / Estado
Fatura	Sul do Estado do Pará e Norte do Mato Grosso
São Sebastião do Araguaia	Norte do Estado do Mato Grosso e Sul do Pará
Itapura	Sul do Estado de Minas Gerais e Região de Campinas/SP

O rebanho bovino da Fatura Agropecuária S.A. e da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. são comercializados para frigoríficos ou produtores da região do sul do estado do Pará e Norte do Mato Grosso.

Tanto o rebanho bovino como a produção de leite da Itapura Agropecuária Ltda. – filial Campinas/SP - são comercializados na própria região.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O rebanho bovino e a produção de café da Itapura Agropecuária Ltda. - filial São Sebastião do Paraíso/MG - são vendidos na região do sul de Minas.

A produção da soja da Fatura é comercializada na região com grandes empresas do segmento, destinada principalmente para exportação e possivelmente para o mercado interno de óleo.

A produção de milho e arroz da Fatura Agropecuária é vendida no mercado regional.

iii. participação e condições de competição nos mercados

Segmento Automotivo

As controladas concessionárias Scania têm áreas de atuação geograficamente delimitadas, ou seja, cada concessionária Scania é única na sua área de atuação. Assim sendo, a competição é representada basicamente pelas concessionárias de outras marcas que trabalham com veículos pesados: Man, Mercedes, Volvo, Ford e Iveco, sendo que estas duas últimas não têm participação no mercado de ônibus rodoviários. A Scania trabalha com uma linha de produtos "Premium" e tem como diferenciais competitivos: alta tecnologia, baixo consumo de combustível, alta disponibilidade e equipe técnica especializada e em constante treinamento.

Segmento Agropecuário

O mercado agropecuário no Brasil é altamente fragmentado e competitivo. As principais vantagens competitivas incluem preço, qualidade e capacidade de distribuição. Dada esta fragmentação, não existem informações quantitativas consolidadas em nível nacional acerca dos segmentos de atuação da Companhia e suas controladas para análise de participação de mercado e competição. Cabe comentar que a qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para carga e embarque de bovinos, é refletida nos preços alcançados - acima da média de preços praticados nas respectivas praças.

Todas as empresas agropecuárias da WLM, em cada região, são conhecidas pela qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para embarque e desembarque de animais, alcançando diferencial considerável acima da média de preços da praça.

d) eventual sazonalidade

Segmento Automotivo

Não se aplica. As vendas são influenciadas pelo nível de atividade econômica no País.

Segmento agropecuário

O rebanho bovino sofre os efeitos das variações climáticas, uma vez que estas influenciam a produção de pastagem o que, por consequência, afeta o ganho de peso e a reprodução dos animais. Desta forma, o manejo da produção do gado é baseado na oferta de alimento.

O nascimento dos animais ocorre no segundo semestre do ano e a desmama e venda nos meses de maio a julho.

Os animais destinados à engorda são vendidos nos meses de abril a junho.

A produção pecuária deve ser vendida no prazo adequado pois, a partir de um dado momento, sua manutenção na propriedade torna-se anti-econômica já que continua gerando custo sem ganho produtivo.

O leite, por sua característica perecível, também deve ser vendido imediatamente após a coleta.

A produção cafeeira também é afetada pela sazonalidade climática, tendo em vista que se reflete no próprio ciclo de produção da planta, com maturação e colheita entre os meses de maio a setembro e venda imediatamente após a colheita. A produção também poderá ser beneficiada sem a perda da qualidade para venda estratégica.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A soja é colhida entre fevereiro e maio, podendo ser, dependendo do mercado, imediatamente comercializada ou armazenada para venda posterior.

e) principais insumos e matérias primas:

- i. **descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

Segmento Automotivo

O relacionamento da WLM com seu principal fornecedor – a Scania Brasil - se refere à aquisição de produtos da marca Scania (caminhões, chassis de ônibus, peças e lubrificantes) que são comercializados por meio da rede de concessionárias das quatro controladas (Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte) da Companhia. Todas as concessionárias são autorizadas da marca Scania, com exclusividade em suas áreas de atuação. O trabalho conjunto e o relacionamento de longo prazo entre a WLM e a Scania possibilitam que a comercialização de caminhões e ônibus seja feita por meio de programações realizadas previamente e com clientes - em grande parte das vezes - já definidos, o que possibilita baixo custo de estocagem. Por conta desta sistemática, nos últimos anos o índice de atrasos na entrega de veículos encomendados foi mínimo.

Não há processo produtivo e, portanto, não são realizadas aquisições de insumos e matérias primas. Os estoques de peças, lubrificantes e outros insumos necessários à prestação de serviços de manutenção são controlados por sistemas de alta precisão. Esses sistemas proporcionam alto giro destes itens e elevado índice de atendimento às demandas dos clientes. A velocidade na reposição por parte do principal fornecedor reduz ao máximo a imobilização dos veículos e equipamentos.

Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento de revenda de veículos e peças.

Segmento agropecuário

Os principais insumos e matérias primas para as atividades do segmento agropecuário incluem terras e águas existentes nas fazendas da Companhia, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas. A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados por meio de cotações e análise de custo/benefício dos produtos. Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Segmento Automotivo

A Companhia adquire caminhões e chassis de ônibus de um único fornecedor - a Scania - em um segmento que não realiza venda direta ao consumidor e coloca seus produtos no mercado basicamente por meio de revendedores autorizados. Ou seja, o modelo de distribuição em que a WLM atua é o padrão de comercialização existente no segmento revenda de veículos pesados. Adicionalmente, mais de 90% do volume de peças de reposição também são adquiridos da Scania, uma vez que as peças originais da marca representam garantia de qualidade tanto para os serviços de manutenção prestados como para os veículos comercializados. Eventualmente, e sem expressividade no negócio, a Companhia adquire peças de outros fornecedores, desde que estejam em conformidade com os padrões Scania.

Segmento agropecuário

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor uma vez que as controladas da Companhia atuam com vários fornecedores de insumos agropecuários. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade, que deve atender a requisitos mínimos necessários para cada destinação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

iii. eventual volatilidade em seus preços

Segmento Automotivo

A Companhia não adquire matérias primas e/ou insumos, pois não mantém processo produtivo. Como atua na revenda de produtos, sua rentabilidade provém de uma margem de comercialização cuja possibilidade de variação é bastante estreita, dado as características do segmento de atuação. Eventuais variações de preços, que podem ocorrer no setor de veículos pesados, são repassadas diretamente aos clientes, o que pode ocasionar efeitos relevantes sobre as vendas, dado a alta elasticidade da grande maioria dos produtos comercializados.

Segmento Agropecuário

Os preços de venda dos produtos – bovinos, café, soja, milho, arroz e leite - estão diretamente relacionados aos preços praticados no mercado de *commodities* agropecuárias. A produção das fazendas da Companhia é de pequena magnitude, portanto não tem volume suficiente para obter condições de negociação e preços diferenciados.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a) montante total de receitas provenientes do cliente:****Segmento Agropecuário**

Não aplicável, tendo em vista que o percentual da receita líquida do segmento representa um pouco mais de 1% da receita líquida total.

Segmento Automotivo

As tabelas abaixo trazem as informações relativas aos clientes relevantes por controlada:

Controlada EQUIPO			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2015	Auto Viação 1001 Ltda.	17.591	20,62%
	Transporte Excelsior Ltda.	9.501	11,13%
2014	Transporte Excelsior Ltda.	13.054	10,85%
2013	Transporte Excelsior Ltda.	18.898	12,38%

Controlada QUINTA RODA			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2015	-	-	-
2014	Transportadora Batista Duarte Ltda.	35.317	14,34%
2013	Transportadora Batista Duarte Ltda.	40.637	10,69%

Controlada ITAIPU			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2015	-	-	-
2014	Não houve	-	-
2013	Vale S.A.	63.923	10,36%

Controlada ITAIPU NORTE			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2015	Mineração Rio Norte S.A.	20.917	18,05%
	Vale S.A	15.744	13,59%
2014	Vale S.A	17.330	12,23%
2014	Vale Mina do Azul S.A	14.222	10,04%

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente****Segmento Automotivo**

Controlada EQUIPO	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2015	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2014	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2013	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada QUINTA RODA	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2015	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2014	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2013	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada ITAIPU	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2015	Não houve
2014	Não houve
2013	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada ITAIPU NORTE	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2015	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2014	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2013	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A atividade de comercialização de veículos pesados e de peças de reposição da marca Scania, assim como a prestação de serviços de manutenção para os produtos comercializados, não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

Da mesma forma, as atividades do segmento agropecuário da WLM – bovinocultura de corte, produção e comercialização de leite, cafeicultura, soja, milho e arroz – não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

a) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A WLM está sujeita a leis e regulamentos locais, estaduais e federais relativos à proteção do meio ambiente, através das atividades das seguintes empresas controladas:

- As empresas do segmento automotivo possuem coleta seletiva de lixo, estação de tratamento de esgoto sanitário e industrial, captação água pluvial e estação de tratamento de afluentes com reaproveitamento da água.
- Empresas do segmento agropecuário possuem coleta seletiva de lixo, processos nas secretarias de meio ambiente dos estados do Pará e Mato Grosso, cadastro ambiental rural e licença ambiental provisória e a definitiva em fase de liberação.

b) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Inexistentes quaisquer dependências relacionadas a patentes, marcas, licenças, franquias ou royalties.

No que concerne às relações traduzidas na concessão comercial existente entre as empresas concessionárias controladas e o fabricante Scania, embora originariamente derivadas de contratos há décadas formalizados, hoje são regidas pela legislação específica vigente, bem assim pelas Convenções de Marcas também em vigor.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Não existem receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica, uma vez que não há receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Políticas socioambientais

Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não se aplica uma vez que a Companhia não divulga tais informações.

c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não se aplica uma vez que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não se aplica uma vez que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

7.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

Incorporação de empresa Controlada

Foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2016, pela unanimidade dos Conselheiros presentes, para ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada, e pelos membros do Conselho Fiscal (convidados), por entenderem que a operação atende aos requisitos legais, a incorporação da controlada SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA., pela sócia controladora WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., pelo valor do patrimônio líquido contábil de R\$ 289.436,95 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme laudo pericial da empresa especializada APSIS CONSULTORIA E AVALIAÇÕES LTDA., CNPJ nº 08.681.365/0001-30, para efeito de incorporação.

Após todos os atos e/ou negócios jurídicos pertinentes à efetivação da incorporação, será procedida a extinção da controlada SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA., para todos os efeitos legais.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados contratos pelo emissor e suas controladas que não se relacionem diretamente com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há informações dessa natureza.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1.a - Ativos imobilizados

A Companhia possui os seguintes ativos imobilizados e propriedades para investimento de valor relevante:

a.1) Ativos imobilizados

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Santa Terezinha (MT)

Área de terras designada por Gleba Edwin, localizada no Estado do Mato Grosso, Município de Santa Terezinha, Comarca de São Félix do Araguaia, com 2.053,6297ha, conforme Título Definitivo nº 01698-4TD emitido em 10 de fevereiro de 2012 pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, processo 196087/2007.

Três Rios (RJ)

Área de terras designada como Área nº 1, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.939 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 2, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.940 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 3, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 7.100,00m² (sete mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.941 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 4, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.942 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 5, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.250,00m² (cinco mil duzentos e cinquenta metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.943 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 6, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.200,00m² (cinco mil e duzentos metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.944 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 7, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.945 do livro 2-K.

Pirajú (SP)

Lotes de terrenos no Condomínio Fazenda Santo Antônio, situado no município e comarca de Pirajú (SP), com área total de 42.995,00 m², registrados no Cartório do Registro de Imóveis de Pirajú (SP), sob as matrículas nºs 5103, 5104, 5105, 5106, 5107, 5108 e 5109 - Rua das Tulipas; 5110, 5111, 5112, 5113, 5114, 5115 e 5116 - Avenida dos Flamboyants; 5125 - Rua Girassol; 5117, 5118, 5119 e 5120 - Rua das Acácias e 5121, 5122, 5123 e 5124 - Rua Amor Perfeito.

Itanhaém (SP)

Lote de terreno nº 47, quadra "E" – Vila Parque Fluvial, situado no município e comarca de Itanhaém (SP), com área de 2.925,00 m², registrado sob a matrícula nº 3.584, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itanhaém (SP).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Rio de Janeiro (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, à Rodovia Presidente Dutra nº 2.351 – Km 2, Pavuna e, respectivo terreno, lote nº 1, de 2ª categoria, do PA: 42,280, medindo: 159,80m x 149,80m, devidamente registrado no 8º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro – RJ, sob o nº 123.579, no livro 2-DJ-9, às fls. 18.

Barra Mansa (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Município de Barra Mansa(RJ), à Rodovia Presidente Dutra, Km 102, designado por lote B, com área de 19.200m2, devidamente registrado no 4º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Barra Mansa – RJ, sob o nº 9.474, no livro nº 2 – AG, às fls. 210.

Carapebus (RJ)

Área de terras contando 25.000,00 m2, desmembrada de maior porção do imóvel rural denominado Andorinha, situado no Município de Carapebus, Estado do Rio de Janeiro, adquirida através de escritura pública de compra e venda lavrada em 13.02.2012, no Cartório do 10º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no livro 6694, fls. 167/169, ora em fase de registro perante o Cartório do Ofício Único de Carapebus/RJ.

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Contagem (MG)

Imóvel localizado no Estado de Minas Gerais, Município de Contagem, à Rodovia Fernão Dias nº 4000 – BR 381, com área de 29.000m2, denominada “E”, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Contagem – MG, sob o nº 4.538, no livro nº 3-D, às fls. 175.

Betim (MG)

Área de terras com aproximadamente 45.651,00m2, composta de 22 (vinte e dois) lotes com dimensões variadas, localizadas no Bairro Cidade Verde, zona urbana do Município de Betim, Estado de Minas Gerais, adquiridas através de escritura pública de compra e venda com pacto adjeto de hipoteca, lavrada em 17.08.2011 no Tabelionato do 1º Ofício de Notas de Betim, no livro 0230, fls. 058/061, devidamente descritas e caracterizadas nas matrículas nºs 33.677, 51.110, 51.111, 51.112, 51.113, 51.114, 51.115, 51.116, 51.117, 51.118, 51.119, 51.120, 51.121, 51.122, 51.123, 51.124, 55.900, 55.901, 55.902, 55.903, 55.904 e 48.375, do Cartório de Registro de Imóveis de Betim/MG.

Betim (MG)

Trecho de parte da Rua Castor, com área de 4.069,81m2, situada no Bairro Cidade Verde, no Município de Betim, Estado de Minas Gerais, adquirido através de escritura pública de compra e venda, lavrada em 30 de maio de 2012 no Tabelionato do 1º Ofício de Notas de Betim, , no Livro 0238, folhas 075/076, devidamente descrito e caracterizado conforme a matrícula de nº 146322, do Cartório de Registro de Imóveis de Betim/MG.

Montes Claros (MG)

Uma parte de terras , com área de 2,0063 ha, integrante da gleba nº 05 (cinco), situada na propriedade rural denominada “Melancias e Lages”, integrante da primitiva Fazenda Montes Claros, localizada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Montes Claros/MG, no 2.2.CG, fls.136, sob o nº 1, na matrícula 42.756.

Juiz de Fora (MG)

Gleba de nº L-2, no Loteamento do Distrito Industrial I, do Município de Juiz de Fora, com área de 10.500 m2, às margens da BR 040, no KM 776,8, área esta sobre a qual existe uma edificação com 3.000 m2, conforme consta na matrícula nº 61.599, no Livro 2RG, ficha 61.599, do Cartório de 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Sumaré (SP)

Área situada no Estado de São Paulo, Comarca de Sumaré, distrito de Nova Veneza, Bairro São Francisco, à Rodovia Anhanguera s/nº - Km 114,5, com área total de 79.294m2, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré, sob o nº 5805, livro 2, fls.1-2.

Bauru (SP)

Imóvel localizado no município de Bauru, Estado de São Paulo, à Rua Inácio Conceição Vieira nº 55, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Bauru, sob o nº 22.421, livro 2, fls.1-3.

Araçatuba (SP)

Imóvel localizado na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Marcos Toquetão nº 50, com 14.100m2, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Araçatuba, sob o nº 42.040, livro 2, fichas 1-2.

ITAIPIU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Marabá (PA)

Imóvel localizado no Estado do Pará, Município de Marabá, à Rodovia PA, 150, Km 8,5, com área de 10.000m2, devidamente registrado no Registro Geral da Comarca de Marabá, sob o nº 13.430, às fls. 001, do Livro Ficha 2.

Marituba (PA)

Imóvel localizado no Estado do Pará, Município de Marituba, que faz frente para a Rodovia BR-316, Km 11, nº 2.807, Bairro São João, Setor IV, devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício do Registro Geral de Imóveis de Marituba/PA, sob o nº 1.196, do Livro nº 2, Ficha nº 01 F.

Novo Progresso (PA)

Lotes urbanos de números 1 a 24, integrantes da Quadra 285, situada na Avenida Dr. Isaias Pinheiro, Bairro Bela Vista, na Cidade e Comarca de Novo Progresso, Estado do Pará, cujas áreas, somadas, totalizam 10.842,209m2 e perímetro de 461,50m., registrados no Cartório do Registro de Imóveis de Novo Progresso (PA), sob as matrículas de nºs 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2527, 2528, 2529, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542 e 2543.

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.

Fazenda São João do Atibaia - Imóveis rurais com área total de 143,13 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis das comarcas de Pedreira e Jaguariúna (SP):

Fazenda São João do Atibaia

Imóvel rural denominado Fazenda São João do Atibaia, localizado parte no município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira e, parte inclusive as benfeitorias e sede, no município e comarca de Campinas(SP), com área de 104,41ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 80.001, da Comarca de Campinas(SP).

Sítio Recreio

Imóvel rural denominado Sítio Recreio, no município de Jaguariúna, comarca de Pedreira(SP), com área de 38.72,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira, sob o nº R-2-M-3.409, Livro nº 276, fls. 17-18.

Fazenda São Judas Thadeu - Imóveis rurais com área total de 677,54 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG):

Fazenda São Judas Thadeu

Imóvel rural denominado Fazenda São Judas Thadeu, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 484,00ha, de terras de várias sortes, com benfeitorias, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG), sob o nº 27.694, do livro 3-U, às fls. 352.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Gleba Taquaral

Área de terras, denominada Taquaral, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 10,89ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 9.041, do livro nº 2, ficha nº 1.

Gleba Taquaral ou Usina

Área de terras, denominada Taquaral ou Usina, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 158.63.71ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº R3-M-15.934, do livro nº 67, às fls.007.

Córrego das Contas

Imóvel agrícola, denominado Córrego das Contas, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 24.02.75ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 20.289, do livro nº 2, ficha nº 1.

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

Imóveis rurais com área total de 53.087,17 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA)

Fazenda São João (Lotes 32 a 35)

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.451, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.452, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.453, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.454, livro 2M.

Santa Fé – Lotes 44 e 49

Terreno rural, constituído por parte dos lotes 44 e 49, Região do Rio Campo Alegre, município e comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 535,27,39ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 440, livro 2, fl. 01.

Núcleo Barra das Princesas

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.586,40ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.456, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.457, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.455, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.504,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.459, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.458, livro 2M.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 3.013,00, livro 2P.

Núcleo Santana Rios

Terreno rural constituído pelo lote nº 38, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 3.778,50ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 901, livro 2D, fl. 001.

Terreno rural constituído pelo lote nº 39, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.768,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 902, livro 2D, fl. 001.

AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.

Imóveis rurais com área total de 46.632,90 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica(MT).

Fazenda Belagro

Gleba de terras, denominada Gleba Belagro, situada no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área total de 20.761,10 ha, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 4.119, livro 2.

Fazenda Gaiola de Ouro

Lote de terras, denominado Fazenda Gaiola de Ouro, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 6.764,6ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 3.655, livro 2.

Gleba Araguaia

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.582,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.652, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 706,20ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.653, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.928,90ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.651, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 4.778,50ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.654, livro 2.

Gleba Santo Antônio

Lote de terras, denominado Santo Antônio, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área de 6.103,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 4.120, livro 2.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a.2) Propriedades para Investimento

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Jaguariúna (SP)

Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000 m²(136,68ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.

Santana do Araguaia (PA)

Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo:

Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA).

Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).

Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Os bens da Companhia e de suas Controladas estão descritos no quadro 9.1	Brasil			

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.066 - Classe 07:10-25-35	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	FARTURA - Mista - Registro nº 909.757.003 - Classe NCL(10)31	30/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando processamento no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	FARTURA - Mista - Registro nº 909.757.232 - Classe NCL (10) 37	30/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando processamento no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	FARTURA - Mista - Registro 909.756.937 - Classe NCL (10) 19	30/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando processamento no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAIM - Nominativa - Registro nº 815879156 - Classe 40:15	12/11/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAIPU - Nominativa - Registro nº 740.036.424 - Classe 37:43	19/04/2023	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAIPU - Nominativa - Registro nº 815.875.215 - Classe 40:15	01/09/2022	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAPURA - Nominativa - Registro nº 740.037.692 - Classe 31:10-20	05/03/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAPURA - Nominativa - Registro nº 816.037.523 - Classe 30:10	01/12/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	ITAPURA - Nominativa - Registro nº 816.037.531 - Classe 22:10	01/12/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	QUINTA RODA - Figurativa - Registro nº 006.323.154 - Classe 37:43	25/05/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	QUINTA RODA - Nominativa - Registro nº 740.036.416 - Classe NCL(8) 37	27/10/2021	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	QUINTA RODA - Nominativa - Registro nº 815875.223 - Classe 07:25-55-60	21/07/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	QUINTA RODA - Nominativa - Registro nº 815.875.231- Classe 40:15	28/11/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA - Nominativa - Registro nº 815.884.133 - Classe 22:10	13/10/2012 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	
Marcas	SUMASA - Nominativa - Registro nº 816.635.471 - Classe 19:60	09/11/2013 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 810.532.123 - Classe 35:10	23/07/2015 (*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 818.040.629 - Classe 35:10	05/11/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	novapousada.com.br	27/04/2021	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	fazendanovapousada.com.br	27/04/2021	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	itaipuweb.com.br	29/05/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	fazendafartura.com.br	04/07/2022	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	wlmSCANIA.com.br	10/07/2026	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	WLM - Figurativa - Registro nº 827.910.002 - Classe NCL(8)36	03/02/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	WLM - Nominativa - Registro nº 827.541.953 - Classe NCL(8)36	18/10/2021	Informação detalhada no 9.2	Informação detalhada no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.031 - Classe 40:15-20	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.040 - Classe 37:42-43	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 820.001.058 - Classe 07:55-60	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 007.008.287 - Classe 37:42-43	25/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 740.093.487 - Classe 40:15-20	12/07/2013(*)	Informações detalhadas no 9.2 (*) Aguardando atualização do INPI	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 819.969.672 - Classe 07:55-60	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 819.969.702 - Classe 07:10-25-30	05/10/2019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Nominativa - Registro nº 819.994.375 - Classe 40:15-20	22/08/2016	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 819.994.421 - Classe 07:10-25-35	21/09/20019	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Marcas	EQUIPO - Mista - Registro nº 819.994.448 - Classe 07:55-60	21/09/2019	Informações detalhadas no 9.2	
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 810.532.131 - Classe 38:50	20/09/2018	Informações detalhadas 9.2	Informações detalhadas 9.2
Marcas	SUPERÁGUA - Mista - Registro nº 810.532.115 - Classe 40:15	23/07/2015	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	wlm.com.br	28/06/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	equiporj.com.br	29/09/2020	Informações detalhadas no 9.2.	Informações detalhadas no 9.2.
Nome de domínio na internet	itaipumg.com.br	29/09/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	quintaroda.com.br	06/09/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2
Nome de domínio na internet	lemosdemoraes.com.br	28/06/2020	Informações detalhadas no 9.2	Informações detalhadas no 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	MT	Santa Terezinha	A Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Rio de Janeiro e filial no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	67,810000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	37.460.947,02			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	-1,918590	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Rio de Janeiro e filial no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	67,810000
				Valor mercado				
31/12/2015	-0,504073	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2015	41.291.715,15			
31/12/2014	10,784465	0,000000	0,00					
31/12/2013	-1,918590	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Rio de Janeiro e filial no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	67,810000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2014	41.500.910,05			
31/12/2014	10,784465	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
---------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	--	------------

				Valor mercado	Valor contábil	Data	Valor (Reais)
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00		31/12/2013	37.522.700,26	
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2013	7,253141	0,000000	0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 30 anos, a WLM mantém a sua participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
---------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	--	------------

				Valor mercado	Valor contábil	Data	Valor (Reais)
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00		31/12/2014	36.725.082,84	
31/12/2014	-2,125693	0,000000	0,00				
31/12/2013	7,253141	0,000000	0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 30 anos, a WLM mantém a sua participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	-0,373426	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	36.587.942,01		
31/12/2014	-2,125693	0,000000	0,00					
31/12/2013	7,253141	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Fartura Agropecuária S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tendo como filial a Fazenda São João, localizada no Município de Santana do Araguaia – PA, onde explora a atividade pecuária de bovinocultura de corte, cultivo de milho, soja e arroz.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	68.976.737,58		
31/12/2014	1,033090	0,000000	0,00					
31/12/2013	10,557507	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Fartura Agropecuária S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tendo como filial a Fazenda São João, localizada no Município de Santana do Araguaia – PA, onde explora a atividade pecuária de bovinocultura de corte, cultivo de milho, soja e arroz.	94,660000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36	-	Coligada	Brasil	MG	Contagem	A Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. é uma sociedade limitada, concessionária de produtos da marca Scania, que atua na venda de ônibus, caminhões, peças e assistência técnica, com sede na cidade de Contagem e filiais nos municípios de Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Barão de Cocais, Perdões e Contagem, todas localizadas no Estado de Minas Gerais. Localizada junto ao maior polo de minerações do País, a Itaipu possui unidades de vendas e de serviços para atendimento exclusivo às empresas mineradoras, de forma a garantir o fornecimento de peças para reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos mais diversos locais de exploração de minério.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	7,325621	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	91.035.430,27		
31/12/2014	2,075277	0,000000	0,00					
31/12/2013	14,772438	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia								
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA	Marituba	A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas, Marabá, Ourilândia, Oriximiná e Novo Progresso, todos localizados nos Estado do Pará e em São Lázaro, Macapá/AP, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	35.661.692,84		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	14,566498	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

A WLM mantém a participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA	Marituba	A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas, Marabá, Ourilândia, Oriximiná e Novo Progresso, todos localizados nos Estado do Pará e em São Lázaro, Macapá/AP, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
--	--------------------	---	------------	--------	----	----------	--	------------

				Valor mercado		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	50.309.334,91
31/12/2014	41,073883	0,000000	0,00			
31/12/2013	14,566498	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém a participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA	Marituba	A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas, Marabá, Ourilândia, Oriximiná e Novo Progresso, todos localizados nos Estado do Pará e em São Lázaro, Macapá/AP, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	0,000000
--	--------------------	---	------------	--------	----	----------	--	----------

				Valor mercado		
31/12/2015	4,883254	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	52.766.067,44
31/12/2014	41,073883	0,000000	0,00			
31/12/2013	14,566498	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém a participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	86,770000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	27.058.422,16			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	-0,501144	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	88,710000
				Valor mercado				
31/12/2015	4,837690	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2015	28.691.170,90			
31/12/2014	-4,614456	0,000000	0,00					
31/12/2013	-0,501144	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	86,780000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	27.367.229,30		
31/12/2014	-4,614456	0,000000	0,00					
31/12/2013	-0,501144	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Sumaré	A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Araçatuba, Bauru e Porto Ferreira, todos localizadas no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	56.235.905,92		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	13,135750	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Sumaré	A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma sociedade limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Porto Ferreira, Bauru e Araçatuba, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica. Possui certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard), concedida pela Scania devido a sua excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	59.403.587,45		
31/12/2014	5,632845	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2013	13,135750	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Sumaré	A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma sociedade limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Porto Ferreira, Bauru e Araçatuba, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica. Possui certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard), concedida pela Scania devido a sua excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente.	100,000000
--------------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	--------	--	------------

Valor mercado

31/12/2015	2,120085	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	60.662.994,19		
31/12/2014	5,632845	0,000000	0,00					
31/12/2013	13,135750	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Tabela A** - Registros e pedidos de registro de marcas no Brasil, em nome da Companhia ou de suas Controladas, além de marcas de seu interesse:

Marca	Tipo	Registro nº	Classe	Data do Depósito	Vigência	Território atingido	Titularidade
WLM	Figurativa	827.910.002	NCL(8)36	31/10/2005	03/02/2019	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
WLM	Nominativa	827.541.953	NCL(8)36	03/06/2005	18/10/2021	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
EQUIPO	Nominativa	007.008.287	37:42-43	18/04/1974	25/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	740.093.487	40:15-20	23/05/1974	12/07/2013 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.672	07:55-60	14/07/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.702	07:10-25-30	14/07/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.375	40:15-20	30/07/1997	22/08/2016	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.421	07:10-25-35	30/07/1997	21/09/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.448	07:55-60	30/07/1997	21/09/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.031	40:15-20	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.040	37:42-43	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.058	07:55-60	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.066	07:10-25-35	06/08/1997	05/10/2019	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
FATURA	Mista	909.756.937	NCL(10) 19	30/07/2015	Aguardando processamento no INPI	Brasil	Fatura Agropecuária S.A.
FATURA	Mista	909.757.003	NCL(10) 31	30/07/2015	Aguardando processamento no INPI	Brasil	Fatura Agropecuária S.A.
FATURA	Mista	909.757.232	NCL(10) 37	30/07/2015	Aguardando processamento no INPI	Brasil	Fatura Agropecuária S.A.
ITAIM	Nominativa	815.879.156	40:15	12/11/1990	12/11/2016	Brasil	Itaim Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPU	Nominativa	740.036.424	37:43	09/11/1974	19/04/2023	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPU	Nominativa	815.875.215	40:15	07/11/1990	01/09/2022	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAPURA	Nominativa	740.037.692	31:10-20	08/03/1974	05/03/2015 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.523	30:10	07/02/1991	01/12/2012 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.531	22:10	07/02/1991	01/12/2012 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
QUINTA RODA	Figurativa	006.323.154	37:43	06/03/1974	25/05/2016	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	740.036.416	NCL(8) 37	06/03/1974	27/10/2021	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.223	07:25-55-60	07/11/1990	21/07/2012 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.231	40:15	07/11/1990	28/11/2015 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
SÃO SEBASTIAO DO ARAGUAIA	Nominativa	815.884.133	22:10	19/11/1990	13/10/2012 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.
SUMASA	Nominativa	816.635.471	19:60	26/02/1992	09/11/2013 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Sumasa Indústria e Comércio Ltda.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.123	35:10	12/06/1981	23/07/2015	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.131	38:50	12/06/1981	20/09/2018	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	818.040.629	35:10	26/09/1994	05/11/2016	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.115	40:15	12/06/1981	23/07/2015	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.

9.2 - Outras informações relevantes

Tabela B – Principais domínios da WLM e controladas na rede mundial de computadores (Internet):

Domínios	Vencimento
wlm.com.br	28/06/2020
equiporj.com.br	29/09/2020
itaipung.com.br	29/09/2020
itaipunorte.com.br	24/03/2020
quintaroda.com.br	06/09/2020
lemosdemoraes.com.br	28/06/2020
novapousada.com.br	27/04/2021
fazendanovapousada.com.br	27/04/2021
itaipuweb.com.br	29/05/2020
fazendafartura.com.br	04/07/2022
wlmscania.com.br	10/03/2026

i. Duração

Conforme tabelas “A” e “B” acima.

ii. Território Atingido

No Brasil, o registro de marca tem vigência de dez anos contados da data de concessão, sempre podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos. As datas de concessão e validade dos registros encontram-se citadas na Tabela “A” (marcas no Brasil), assim como a descrição dos pedidos de registro de marca sob análise do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

No âmbito administrativo junto ao INPI, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do Instituto podem ser negados (indeferidos), sendo possível a apresentação prévia de Oposição por terceiros interessados, dentro do prazo legal pertinente. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar nossos registros, como por exemplo por meio de processos administrativos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade. Os requerimentos podem ser parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada, durante 5 anos consecutivos, tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a WLM está violando seus direitos de propriedade intelectual e

9.2 - Outras informações relevantes

eventualmente obtenham alguma vitória, ou que requeiram judicialmente a anulação de ato oficial do INPI, por exemplo, em ação de nulidade de registro de marca.

A manutenção dos registros de marcas é realizada por intermédio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal (ou até perder o direito de utilização da própria marca em razão de terceiro, tendo em vista que no Brasil a marca é protegida com base na data de prioridade do registro vigente e não pelo uso). Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Não há como identificar o impacto além do descrito.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Os diretores devem comentar sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações contábeis de 2015 da WLM foram elaboradas seguindo os princípios estabelecidos pelo IFRS – *International Financial Reporting Standards*, assim como as demonstrações contábeis de 2014 e 2013, que serão aqui utilizadas para comparar a evolução do desempenho.

A WLM chegou ao encerramento do exercício de 2015 com situação financeira e patrimonial confortáveis, assim como verificado nos dois exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha sua posição de não alavancagem financeira, registrando endividamento zero no curto e no longo prazo. Dessa forma, em termos financeiros, a Companhia tem preservado alto nível de liquidez, mantendo a política de não contrair dívidas.

Após recuo entre 31/12/2013 e 31/12/2014, ao passar de R\$ 689,0 milhões para R\$ 579,6 milhões entre as datas, o Ativo Total apresentou nova retração de 10,5% no exercício de 2015, atingindo R\$ 518,9 milhões em 31/12/2015. A principal variação ocorreu na conta de “Caixa e equivalentes de caixa” do Ativo Circulante que passou de R\$ 95,0 milhões ao final de 2013 para R\$ 85,6 milhões no encerramento do exercício de 2014, e alcançou R\$ 20,7 milhões em 31/12/2015, retração de 75,8% frente ao ano anterior. Ademais, a conta de “Contas a receber de clientes” do Ativo Circulante registrou decréscimo de 19,4%, passando de R\$ 46,5 milhões em 31/12/2014 para R\$ 37,5 milhões ao final do exercício de 2015, após atingir R\$ 140,9 milhões em 31/12/2013. O recuo nas duas contas está relacionado à retração do mercado e consequente redução das vendas de veículos pesados pela Companhia – sendo a comercialização de tais veículos a principal atividade da WLM - no decorrer dos últimos exercícios.

Da mesma forma, as exigibilidades do Passivo Total tiveram redução no encerramento dos últimos três exercícios, ao atingirem R\$ 209,2 milhões em 2013, R\$ 95,1 milhões em 2014 e R\$ 75,2 milhões em 2015. O item que apresentou o maior recuo absoluto foi “Contas a Pagar” do Passivo Circulante, passando de R\$ 26,2 milhões em 31/12/2014 para R\$ 17,5 milhões em 31/12/2015. No encerramento de 2013, essa conta somava R\$ 116,5 milhões. Mais uma vez, a variação é explicada pela redução no nível de atividade comercial da Companhia em termos de caminhões e ônibus no decorrer do período em questão.

Houve, também, redução na conta “Dividendos a pagar”, que recuou de R\$ 19,7 milhões em 31/12/2013 para R\$ 6,3 milhões em 31/12/2014, chegando a R\$ 3,3 milhões no encerramento do exercício em 2015. Os menores resultados obtidos no decorrer dos exercícios levaram ao pagamento de dividendos também decrescentes no período, explicando a variação na conta.

O Patrimônio Líquido em 31/12/2015 totalizou R\$ 443,1 milhões, queda de 8,4% e 7,5% frente os R\$ 483,9 milhões registrados em 31/12/2014 e os R\$ 479,3 milhões em 31/12/2013, respectivamente.

b. Estrutura de capital:

O Patrimônio Líquido da WLM encerrou o ano de 2015 em R\$ 443,7 milhões, ante R\$ 484,4 milhões em 2014 e R\$ 479,8 milhões em 2013. A situação de endividamento zero contribui para manter a sólida estrutura de capital:

2015: 85,5% capital próprio e 14,5% capital de terceiros

2014: 83,6% capital próprio e 16,4% capital de terceiros

2013: 69,6% capital próprio e 30,4% capital de terceiros

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Composição do capital de terceiros e indicador dívida líquida / Ebitda

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidade	71.504	138.877	161.750
Dívida de curto prazo	-	-	-
Dívida de longo prazo	-	-	-
Dívida líquida (caixa líquido)	(63.319)	(138.877)	(161.750)
Ebitda	(991)	16.920	37.523
Dívida líquida / Ebitda (*)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

(*) Com endividamento zero, a WLM possuía caixa líquido, e não dívida líquida, no encerramento dos três exercícios analisados e, portanto, o indicador Dívida líquida/Ebitda não é aplicável.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final dos três últimos exercícios, 2015, 2014 e 2013, a Companhia não tinha qualquer dívida financeira registrada, seja de curto ou longo prazo. Nos três exercícios apresentou resultado financeiro líquido positivo em suas demonstrações de resultados (DRE). A geração de caixa proveniente das atividades operacionais e a posição de liquidez da Companhia nos permitem afirmar que, na WLM, temos plena capacidade de honrar nossos compromissos financeiros nos próximos anos.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Ciclo de caixa (número de dias médios em dezembro)	30	30	30
Ebitda / Dívida líquida *	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Ebitda / Despsa financeira líquida (vezes) *	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Dívida de longo prazo (% da dívida bruta, em 31 de dezembro)	0%	0%	0%

(*) Os itens considerados "não aplicáveis" justificam-se pelo fato da Companhia ter caixa líquido: manutenção de disponibilidades financeiras e ausência de dívidas com instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia registrou, nos três períodos em questão, receita financeira superior à despesa financeira, com saldo de receita financeira líquida.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para o financiamento de investimentos em ativos não circulantes e de nossas eventuais necessidades de capital de giro, utilizamos recursos próprios e geração de caixa operacional.

Não mantemos operações financeiras de *leasing* relevantes e, ao final dos três últimos exercícios, não tínhamos qualquer dívida com instituições financeiras.

Os contratos assinados são sempre negociados de forma que seus pagamentos (do serviço da dívida e do principal) sejam compatíveis com nossa geração operacional de caixa e gestão de caixa, de modo a manter as disponibilidades em nível apropriado para o desenvolvimento de nossas atividades.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando perfil de liquidez da WLM atual e apresentado nos últimos exercícios, não consideramos haver cenário provável de deficiência de liquidez. Mantemos firme controle, com acompanhamento de nosso fluxo de caixa no dia a dia, e administramos nossa posição financeira, sempre de acordo com nossa capacidade de pagamento. Adotamos política de não operar com base em alavancagem financeira, não tendo assumido endividamento com instituições financeiras nos últimos anos.

Temos capacidade para financiar investimentos para manter a eficiência e o crescimento dos negócios com capital próprio. Eventuais necessidades de captação de recursos serão sempre analisadas cuidadosamente e, caso sejam interessantes para os negócios da WLM, serão tomados de maneira a manter nossos padrões de gestão de caixa, nível de liquidez e reduzido grau de alavancagem financeira.

Pretendemos manter essa administração cuidadosa do aspecto financeiro. A intenção da Diretoria é continuar administrando a questão financeira de modo a garantir os menores níveis de endividamento, sempre compatíveis com a geração de caixa operacional.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento da Companhia foi sendo reduzido no decorrer da última década, com eliminação da dívida de longo prazo em 2009 e a eliminação também da dívida de curto prazo no decorrer do ano seguinte, chegando a zero em 31 de dezembro de 2010. Desde então, manteve-se zerado no encerramento dos exercícios subsequentes, uma vez que novas dívidas não foram assumidas.

Descrição	(R\$ mil)		
	2015	2014	2013
Dívida bruta	0	0	0
Ganhos (perdas) não realizadas com operações de derivativos	0	0	0
Caixa e equivalentes	71.504	138.877	161.750
Dívida líquida / (caixa líquido)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Endividamento	Perfil (%)		
	2015	2014	2013
Longo prazo	0%	0%	0%
Curto prazo	0%	0%	0%
Moeda nacional (%)	0%	0%	0%
Moeda estrangeira (%)	0%	0%	0%

Dívida de longo prazo - vencimentos	(R\$ mil)		
	2015	2014	2013
Em 2013	0	0	0
Em 2014	0	0	0
Em 2015	0	0	0
Em 2016 e anos seguintes	0	0	0

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

i. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Ao final do exercício de 2015, assim como no encerramento dos exercícios de 2014 e 2013, a WLM não registrava qualquer empréstimo ou financiamento.

Nos três últimos exercícios a Companhia também não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não aplicável, uma vez que a WLM não mantém quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. **Grau de subordinação entre as dívidas**

Não aplicável, pois no encerramento dos exercícios de 2015, 2014 e 2013, a Companhia não apresentava endividamento de curto ou de longo prazo.

iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Não se aplica, já que a WLM não tem contratos de financiamento firmados nos quais existam cláusulas e condições a serem cumpridas - *covenants* – relacionadas ao seu grau de liquidez.

g. **Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica, pois a WLM não tem financiamentos contratados.

h. **Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis**

A análise aqui apresentada para os anos de 2015, 2014 e 2013 refere-se aos resultados e balanços patrimoniais consolidados da WLM. As referidas demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os ajustes já regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e modificações introduzidas pela lei nº. 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº. 449/08, convertida na lei 11.941/09.

Análise do Desempenho 2015 x 2014 x 2013

Em 2013, o cenário econômico brasileiro já se apresentava incerto, face ao fraco desempenho da indústria, a desaceleração do consumo, o registro de inflação em patamares mais elevados e a alta da taxa de juros básica (Selic), estabelecida pelas autoridades monetárias como ferramenta para controlar a pressão inflacionária. O desempenho da WLM, no entanto, apresentou recuperação em relação ao ano anterior. Com política comercial mais agressiva, a Companhia obteve incremento no volume de vendas, ampliando sua geração de caixa e mantendo suas margens operacionais em patamares saudáveis.

Em 2014, o cenário econômico nacional se mostrou mais desafiador. Observou-se a manutenção da inflação em patamar elevado (IPCA de 6,4% acumulado em 12 meses) e baixo nível de atividade econômica, com a demanda apresentando ainda maior retração do que nos anos imediatamente anteriores. A realização da Copa do Mundo trouxe ainda a redução dos dias úteis, e o fato de ter sido

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

um ano de eleições presidenciais colaborou para ampliar as incertezas do mercado. Tais fatores, se não prejudicaram fortemente a atividade comercial, também não contribuíram positivamente.

Face ao cenário nacional, e considerando que as atividades da WLM são voltadas exclusivamente para o mercado doméstico, suas vendas tiveram redução em 2014, em relação ao ano anterior, o que impactou diretamente o desempenho da receita operacional e, conseqüentemente, o resultado líquido do exercício. Ainda assim, a Companhia logrou obter ganho de rentabilidade bruta em 2014 ante o exercício anterior, uma vez que foram vendidas unidades de caminhões de maior valor agregado e que proporcionam maior rentabilidade. Ao mesmo tempo, manteve o esforço no sentido de exercer forte gestão sobre as despesas operacionais, buscando adequar tais dispêndios ao momento mais desafiador do mercado.

Em 2015, as incertezas políticas e econômicas se intensificaram no decorrer do ano, de forma que os indicadores macroeconômicos, espelhando a conjuntura, não trouxeram boas novidades. A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano com alta acumulada de 10,67% enquanto o PIB registrou queda de 3,8%, o pior resultado desde o início da série histórica com a metodologia de cálculo adotada pelo IBGE a partir de 1996. Além disso, o conturbado cenário político vivenciado pelo País tem potencializado o fraco desempenho da atividade econômica no País, uma vez que os empresários e consumidores não vislumbram perspectiva de melhora dos fundamentos econômicos. Dado que as atividades da WLM são voltadas exclusivamente para o mercado interno, esses fatores impactaram diretamente os resultados da Companhia. Mesmo frente às adversidades da conjuntura econômica, a WLM entregou melhores margens de venda e redução nas despesas operacionais, demonstrando os esforços para ajustar as atividades perante o complicado contexto macroeconômico e setorial.

Receita Operacional Líquida

A principal fonte de receita da WLM advém do segmento automotivo, com a comercialização de caminhões (pesados e extrapesados), chassis de ônibus (rodoviários e urbanos), suas peças e prestação de serviços de manutenção: 97,5% da receita bruta obtida no exercício de 2015, 98,8% da receita bruta obtida no exercício de 2014, 99,1% da receita de 2013. Desde 2005, é uma das líderes nacionais na venda de veículos pesados Scania e detém o primeiro lugar na comercialização de peças da marca no Brasil. Ao final do exercício de 2015, a Companhia contava com uma rede de quatro concessionárias com dezenove estabelecimentos localizados em diversos estados do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pará e Amapá. Algumas de suas concessionárias contam, ainda, com postos avançados dedicados à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em atendimento a demandas específicas de clientes.

Ainda que represente pequena parcela nas receitas consolidadas da Companhia, a atuação no setor agrícola, com atividades nos segmentos de pecuária, cafeicultura e produção de soja e milho, tem aumentado sua participação nos resultados consolidados da WLM.

Como sua principal atividade operacional tem forte correlação com o nível de investimento na economia doméstica, o desempenho da receita operacional da WLM nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 foi prejudicado pelo cenário econômico. A evolução do PIB reflete essa deterioração, passando de 2,3% em 2013, para praticamente estagnado em 2014 (0,1%), e chegando à retração de 3,8% em 2015. Ao mesmo tempo, a inflação oficial medida pelo IPCA veio crescendo, saindo de 5,91% em 2013, para 6,41% em 2014 e chegando aos dois dígitos, com 10,67% em 2015. São fatores que contribuíram para o fraco desempenho do setor automotivo, que registrou fechamento de 108 mil postos de trabalho em 2015, apesar da adoção de medidas como o lançamento do Plano de Proteção ao Emprego (PPE), férias coletivas e individuais, planos de demissão voluntária e suspensão temporária de contratos (*layoff*).

Assim, em 2015, a WLM comercializou 975 unidades de caminhões, considerando vendas da Companhia e vendas diretas realizadas pela montadora comissionadas à WLM, número 52,6% inferior às 2.056 unidades vendidas em 2014 e 68,5% menor ante o desempenho de vendas de caminhões em 2013. Com

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

relação aos chassis de ônibus, foram vendidas 166 unidades em 2015, redução de 53,5% e 54,6% frente as 357 e 366 unidades comercializadas em 2014 e 2013, respectivamente.

Em 2015, a receita operacional líquida alcançou R\$ 496,8 milhões, montante 42,6% menor do que os R\$ 864,9 milhões registrados em 2014 e 56,2% inferior aos R\$ 1.134,7 milhões auferidos em 2013. O desempenho decrescente da receita operacional líquida desde 2013 reflete a deterioração do cenário econômico e setorial.

Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

Tendo como atividade principal a comercialização de veículos pesados (caminhões e chassis de ônibus), o custo dos produtos vendidos (CPV) da WLM é basicamente representando pelo pagamento de tais veículos à montadora cuja bandeira representa e, portanto, está diretamente relacionado ao volume de vendas. No exercício de 2015, o CPV somou R\$ 394,1 milhões, comparado com R\$ 726,8 milhões em 2014 e R\$ 980,1 milhões em 2013, redução de 45,8% ante 2014 e de 59,8% frente a 2013, consequência do menor volume de vendas.

Na comparação do CPV dos exercícios de 2014 e 2013, houve queda de 25,8%, também refletindo a redução de unidades comercializadas em 2014.

Lucro Bruto

O lucro bruto da WLM passou de R\$ 154,6 milhões em 2013, para R\$ 138,0 milhões no exercício de 2014 e R\$ 102,7 milhões em 2015. Apesar da redução de 25,6% no lucro bruto entre o exercício de 2015 e 2014 e de 10,7% entre 2014 e 2013, estas foram inferiores às quedas registradas nas receitas nos períodos analisados, evidenciando que a Companhia obteve ganho de rentabilidade.

Em 2015, o ganho de rentabilidade é demonstrado com as margens brutas auferidas de 20,7%, 4,7 pontos percentuais superiores à registrada em 2014, e 7,1 pontos percentuais maiores do que as apresentadas no exercício de 2013. O desempenho é decorrente, principalmente, do aumento da participação na receita dos serviços de manutenção, venda de peças e lubrificantes, que proporcionam maior rentabilidade, além de ganhos de comissão originados pela venda direta de caminhões novos.

Despesas Gerais e Administrativas

As atividades da WLM de comercialização e prestação de serviços têm por característica ter na mão-de-obra sua principal despesa operacional, incluindo aí as comissões da equipe de vendas. Assim, suas despesas operacionais mais representativas são aquelas relacionadas à remuneração de pessoal, incluindo honorários, salários, encargos e benefícios. Ao longo dos últimos três anos, as despesas gerais e administrativas apresentaram a seguinte evolução: 2013: R\$ 118,0 milhões; 2014: R\$ 123,5 milhões; e 2015: R\$ 116,1 milhões, com alta de 4,7% entre 2013 e 2014, e recuo de 6,0% entre 2014 e 2015. A variação negativa do último período analisado reflete os esforços da Companhia em manter rígido controle das despesas, de forma a melhor se adequar à situação de contração de mercado. Também o menor volume de comercialização se traduz diretamente em redução nas despesas com vendas.

Os dispêndios com honorários, salários, encargos e benefícios, principal grupo das despesas operacionais da WLM, totalizaram R\$ 82,7 milhões, ou 71,2% do total, em 2015. Na comparação com o exercício anterior, tais despesas tiveram queda da ordem de 10,5% em razão de menores dispêndios com mão-de-obra, premiações e comissões sobre vendas, dada a queda no número de veículos comercializados. No decorrer dos três últimos exercícios, houve também redução do número de funcionários, passando de 1.049 no encerramento de 2013, para 1.024 ao final do exercício de 2014, e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

922 no encerramento de 2015, sempre considerando as diferentes atividades e todas as unidades da Companhia.

Entre os exercícios de 2014 e 2013, tais despesas tiveram alta de 6,0%, basicamente em função do reajuste médio de salários, considerando o dissídio da categoria em diferentes datas e regiões do País onde a Companhia mantém operações, e verbas rescisórias.

Depreciação e Amortização

As despesas referentes à depreciação e amortização do ativo imobilizado apresentou evolução positiva ao longo dos três exercícios em análise, passando de R\$ 2,3 milhões em 2013, para R\$ 3,6 milhões em 2014 e R\$ 3,7 milhões em 2015.

Outras receitas (despesas) operacionais

As demais contas que compõem o Total das despesas operacionais da Companhia, incluindo reversão de contingências e provisões, ajustes a valor líquido de ativos, resultado de equivalência patrimonial, participação em coligadas, além de outras receitas e despesas operacionais, somaram R\$ 12,3 milhões em 2015, R\$ 2,6 milhões em 2014, e R\$ 1,5 milhão em 2013.

Os itens aqui agrupados têm pouca representatividade no resultado final consolidado e estão relacionados a fatores normais do dia a dia das atividades operacionais. Em 2014, cabe citar o registro de receita R\$ 10,7 milhões a título de ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos, relacionados às atividades agropecuárias da Companhia, mas que foram parcialmente compensados pela despesa extraordinária de R\$ 12,3 milhões, relacionada ao ajuste a valor justo de propriedades para investimentos.

Em 2015, no entanto, o saldo desses itens apresenta valor com maior representatividade para o resultado da Companhia, somando receita de R\$ 12,3 milhões. Tal desempenho se deve, basicamente, a fatores extraordinários registrados no exercício, principalmente: (i) receita de R\$ 6,0 milhões referente à reversão de contingências, principalmente, tributárias; e (ii) receita de R\$ 1,7 milhão contabilizada a título de ajuste a valor justo dos ativos biológicos.

EBITDA ou LAJIDA

O indicador de desempenho operacional e medida da geração de caixa Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida) foi negativo em R\$ 1,0 milhão em 2015, revertendo desempenho positivo de R\$ 16,9 milhões alcançados em 2014 e de R\$ 37,5 milhões obtidos em 2013.

Em 2015, o desempenho do Ebitda foi negativamente afetado pela retração do mercado, com diminuição das vendas e, conseqüentemente, da receita, parcialmente compensada pelo menor percentual registrado na evolução dos custos e das despesas.

A margem Ebitda de 2015 foi negativa em 0,2%, ante margem positiva de 2,0% em 2014 e 3,3% registrada em 2013.

O método utilizado pela WLM para calcular seu Ebitda contempla a Instrução CVM 527/12, a qual visa à melhora no nível de compreensão das informações, considerando somente os valores que constam em suas demonstrações contábeis. Tal indicador, no entanto, não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da aqui apresentada.

Resultado Financeiro Líquido

Como a WLM não registrou endividamento nos anos em questão, as despesas financeiras são relacionadas a operações rotineiras das atividades operacionais, não incluindo pagamento de juros ou principal de endividamento. As receitas financeiras, por sua vez, são influenciadas pelo volume das aplicações financeiras da Companhia que varia no decorrer do ano em função do fluxo de comercialização de veículos e do giro do caixa, além das taxas de juros oferecidas no mercado.

Nos três últimos exercícios, a WLM registrou saldo positivo (receita líquida) na conta referente ao resultado financeiro de R\$ 11,2 milhões em 2015; R\$ 5,5 milhões em 2014; e R\$ 2,4 milhões em 2013.

Em 2015, o resultado financeiro líquido é originado de receitas financeiras de R\$ 13,8 milhões e despesas financeiras de R\$ 2,6 milhões. O desempenho do exercício de 2015 reflete a forte diminuição das despesas financeiras registradas no ano, frente aos R\$ 8,6 milhões registrados no exercício anterior. Em 2013, a Companhia havia auferido receitas financeiras de R\$ 12,6 milhões e despesas financeiras de R\$ 10,1 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2015, o valor apurado de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi de R\$ 2,5 milhões, comparado a R\$ 6,6 milhões no exercício anterior. Em 2014, a conta considera o valor corrente de R\$ 10,8 milhões, reduzido do valor positivo de R\$ 4,2 milhões referente à reversão de tributos diferidos em função da redução no valor de imóvel da Companhia em Jaguariúna/SP, registrada como "Ajuste a valor justo de propriedade para investimentos".

No exercício de 2013, o valor apurado de imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 18,3 milhões. Observa-se a contínua redução da conta no decorrer do período em análise, acompanhando o menor desempenho das receitas.

Lucro Líquido

Com a retração do mercado automotivo em função da conjuntura macroeconômica, a WLM registrou lucro líquido de R\$ 4,0 milhões em 2015, favorecida pela reversão de contingências tributárias e pelo controle rígido das despesas operacionais no decorrer do ano. Em 2014, a WLM registrou lucro líquido consolidado de R\$ 12,2 milhões, enquanto o resultado líquido de 2013 alcançou R\$ 19,4 milhões.

A margem líquida nos três exercícios em questão foi de 0,8% em 2015, 1,4% em 2014 e 1,7% em 2013.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31/12/2014, 31/12/2013 e 31/12/2012

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2015, as disponibilidades totais da Companhia (contas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Aplicações financeiras" do Ativo Circulante) eram de R\$ 71,5 milhões, ante R\$ 138,9 milhões na mesma data de 2014 e R\$ 161,7 milhões em 31/12/2013.

A WLM mantém confortável situação de caixa, não tendo recorrido a qualquer tipo de empréstimo ou financiamento bancário nos últimos três exercícios. As disponibilidades variam em função do fluxo de comercialização de veículos e do giro do caixa, uma vez que a comercialização de veículos pesados –

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

caminhões e chassis de ônibus, nosso principal negócio, envolve alto giro e a manutenção de grande volume de recursos disponíveis para fazer frente às negociações comerciais. Nesse sentido, mantemos as disponibilidades em nível apropriado para o desenvolvimento de nossas atividades e operamos com forte posição de liquidez.

Contas a Receber

O saldo do “Contas a receber de clientes” no encerramento do exercício de 2015 era de R\$ 37,5 milhões, comparado a R\$ 46,5 milhões em 31/12/2014 e R\$ 140,9 milhões na mesma data de 2013. Além do menor volume de vendas no decorrer do exercício, a posição do “Contas a receber” varia em razão do período de realização dessas vendas, com o volume de vendas realizado no final do ano influenciando o saldo registrado na data de encerramento do exercício.

Estoques

Atuando principalmente com concessionárias de veículos pesados e extrapesados, não mantemos estoques relevantes de produtos para venda. Nossos estoques são basicamente constituídos por peças para reposição e manutenção dos veículos que comercializamos.

No encerramento do exercício de 2015, a Companhia registrava posição de R\$ 25,8 milhões em estoques, comparado a R\$ 25,4 milhões em 31/12/2014 e R\$ 26,2 milhões ao final de 2013.

Ativos biológicos Circulante e Não circulante

O valor registrado a título de Ativos biológicos no Ativo Circulante consolidado da WLM se refere ao plantel de gado (corte e leite), equinos e cultura permanente (café) das unidades agrárias da Companhia. Na data de encerramento do exercício de 2015, essa conta apresentava saldo de R\$ 8,5 milhões, ante R\$ 6,5 milhões em 31/12/2014 e R\$ 11,1 milhões na mesma data de 31/12/2013. No Ativo Não circulante o saldo era de R\$ 18,2 milhões em 31/12/2015, R\$ 21,2 milhões em 31/12/2014 e R\$ 15,8 milhões em 31/12/2013.

Impostos a Recuperar – Circulante e Não circulante

A conta de impostos a recuperar constante no ativo circulante e não circulante apresentava saldo de R\$ 12,4 milhões ao final do exercício de 2015, R\$ 9,3 milhões no encerramento do exercício de 2014 e R\$ 5,9 milhões ao final de 2013.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Permanente

O ativo permanente consolidado da WLM apresentava a seguinte posição no encerramento dos três últimos exercícios:

2015: R\$ 354,2 milhões, equivalente a 68,3% do ativo total;

2014: R\$ 345,6 milhões, equivalente a 59,6% do ativo total; e

2013: R\$ 333,4 milhões, equivalente a 48,4% do ativo total.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O principal componente do ativo permanente da Companhia é representado pelo imobilizado, que totalizava R\$ 304,6 milhões, R\$ 300,0 milhões, e R\$ 307,5 milhões ao final dos exercícios de 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

Propriedade para Investimento

No Balanço Consolidado da WLM, o montante referente à Propriedade para Investimentos está apresentado na conta de Imobilizado, conforme estabelece o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento).

Nos exercícios de 2013 e 2015, não houve qualquer registro de montantes relacionados à conta de propriedades para investimento.

No exercício de 2014, conforme estabelece o CPC 28, a Companhia voltou a avaliar o imóvel localizado em Jaguariúna. A avaliação foi efetuada pela empresa APSIS Consultoria Empresarial LTDA. e, com base no laudo de avaliação, a Companhia registrou em seu resultado, na linha de “Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos”, um decréscimo no valor de R\$ 12.272 mil. No balanço consolidado da WLM, a adequação do valor do imóvel foi registrada no Imobilizado.

PASSIVO CIRCULANTE

Contas a Pagar

O valor de Contas a Pagar do Passivo Circulante consolidado da WLM apresentava saldo de R\$ 17,6 milhões em 31/12/2015, redução de 33,0% ante os R\$ 26,2 milhões do encerramento do exercício anterior. Essa redução está alinhada com o saldo de “Contas a receber de clientes” do Ativo Circulante na mesma data, de R\$ 37,5 milhões, comentada anteriormente neste relatório. O valor da conta é influenciado pelo volume de vendas e sua distribuição no decorrer do exercício.

Ao final do exercício de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 116,5 milhões.

Salários e contribuições sociais

No encerramento do exercício de 2015, o saldo no Passivo circulante referente a “Salários e contribuições sociais” a serem pagos pela Companhia era de R\$ 7,8 milhões, com redução de 8,5% em relação à posição de R\$ 8,5 milhões registrados em 31/12/2014, e de 2,5% ante o saldo de R\$ 8,0 milhões no final de 2013. A Companhia encerrou o ano de 2015 com 922 funcionários, ante 1.024 e 1.050 ao final dos exercícios de 2014 e 2013, respectivamente.

Dividendos as Pagar

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 37 do seu Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2015, a WLM provisionou a título de dividendo mínimo obrigatório o montante de R\$ 1.382 mil, a serem distribuídos a título de remuneração aos acionistas referente ao desempenho do exercício de 2014. (31 de dezembro de 2014 - R\$ 5.115 mil, 31 e de dezembro de 2013 – R\$ 4.968 mil).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Assim, o saldo da conta de “Dividendos a pagar” do Passivo circulante, totalizava R\$ 3,3 milhões (31/12/2014: R\$ 6,3 milhões e 31/12/2013: R\$ 19,7 milhões).

DIVIDENDOS A PAGAR	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	1.382	5.115	4.968
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	1.943	1.184	14.736
Total	3.325	6.299	19.704

A Companhia está propondo a distribuição de dividendo adicional de R\$ 1.620 mil, sobre o lucro de exercícios anteriores, mediante a utilização da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da assembleia geral ordinária.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada no dia 17 de Setembro de 2015, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 36.265 mil.

Provisão para Perdas de Investimentos

Em 2015, não consta no Passivo Circulante valor referente a “Provisão para perdas de investimentos”. No entanto, houve provisão de perdas de investimentos nas Coligadas Plenogás e Metalplus, em virtude do Patrimônio Líquido a descoberto, com valores totais de R\$ 54 mil e R\$ 477 mil nos exercícios findos em 2014 e 2013, respectivamente.

Coligadas descontinuadas	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Plenogás	0	54	197
Metalplus	0	0	280
Total	0	54	477

Outras Obrigações Circulantes

Em 31/12/2015, a conta de “Outras obrigações” do Passivo Circulante consolidado da WLM apresentava saldo de R\$ 0,8 milhão, ante R\$ 1,2 milhão no encerramento de 2014 e R\$ 6,8 milhões ao final do exercício de 2013.

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
SHV Gás Brasil Participações Ltda. ⁽¹⁾	712	712	1.853
JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda. ⁽²⁾	0	0	4.550
Outros	140	530	400
Total	852	1.242	6.803

⁽¹⁾ SHV Gás Brasil Participações Ltda.: Os valores referem-se à participação de 63,48 % que a WLM possui nos processos documentados no anexo 9 do contrato de venda das ações da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.

⁽²⁾ JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.: Neste exercício, com o pagamento de R\$ 4.550, foi concluída a liquidação da obrigação com a empresa JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda., referente ao financiamento do imóvel adquirido pela controlada Itaipu Norte no exercício de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

A WLM e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

No encerramento do exercício de 2015 a provisão para contingências registrada no Passivo Não Circulante da Companhia foi de R\$ 1,8 milhão, frente os R\$ 7,6 milhões em 31/12/2014 e R\$ 7,0 milhões no encerramento de 2013. A redução do valor da provisão para contingências findo o exercício de 2015, deve-se à reversão de provisão para processos tributários no montante de R\$ 6,0 milhões.

Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos

Com relação à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, os saldos na data de encerramento dos três últimos exercícios foram: 2015: R\$ 36,5 milhões; 2014: R\$ 37,1 milhões; e 2013: R\$ 42,0 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Nos três últimos exercícios, não houve alteração do Capital Social da Companhia, que se manteve em R\$ 177,4 milhões.

Reservas de Reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469/08, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. A reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados. O saldo da conta de “Reservas de reavaliação” foi de R\$ 97,8 milhões em 31/12/2015; R\$ 99,5 milhões em 31/12/2014 e R\$ 100,3 milhões na mesma data de 2013.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

A conta de “Ajuste para avaliação patrimonial” representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados nos ativos imobilizado e biológico (circulante e não circulante). A Companhia registrou em seu balanço consolidado os seguintes valores no encerramento dos três últimos exercícios: 2015: R\$ 35,3 milhões; 2014: R\$ 35,5 milhões; e 2013: R\$ 35,9 milhões.

Reserva Legal

De acordo com o definido no artigo 193 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da WLM, a Companhia constituiu reserva equivalente a 5% do lucro líquido ajustado nos últimos três exercícios a título de reserva legal. Ao final de 2015, a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 0,3 milhão, ante R\$ 1,0 milhão em 2014; e R\$ 1,0 milhão em 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reserva de Lucros a Realizar

Na AGO de 2013 foi aprovada a destinação de R\$ 28.367 mil à conta de Reserva de Lucro a Realizar, referente ao ganho econômico líquido no exercício de 2012 da avaliação a valor justo em uma propriedade para investimento da Companhia. No exercício de 2014, em nova avaliação no mesmo imóvel, a Companhia contabilizou ajuste econômico negativo líquido, no valor de R\$ 7.695 reduzindo, portanto, o valor da Reserva de Lucro a Realizar para R\$ 20.672 mil.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determinado nos artigos 36 e 37 do Estatuto Social da Companhia, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Os montantes destinados para essas reservas nos três últimos exercícios foram de R\$ 4,1 milhões em 2015; R\$ 15,3 milhões em 2014, R\$ 14,9 milhões em 2013.

Dividendo Adicional Proposto

A WLM está propondo a distribuição de dividendo adicional complementar no montante de R\$ 1.620 (R\$ 7.385 em 2014), mediante a utilização da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da assembleia geral ordinária.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Os diretores devem comentar sobre os resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita é reportada em Reais e provém da venda dos produtos que comercializamos e dos serviços que prestamos em território nacional. A WLM possui sete empresas controladas: quatro delas focadas na venda de veículos pesados (caminhões e chassis de ônibus) e peças da marca Scania, além da prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva aos veículos, e outras três voltadas às atividades no setor de agropecuária, com a produção de café, soja, leite e gado de corte. As atividades agropecuárias ainda têm, no entanto, pouca representatividade no resultado consolidado da Companhia, tendo sido responsável por cerca de 2,5% da receita operacional bruta em 2015. Assim, 97,5% da receita operacional bruta da Companhia provém da comercialização de veículos pesados e extrapesados (caminhões e ônibus), suas peças, lubrificantes e prestação de serviços de manutenção de tais veículos.

A WLM é uma das principais líderes na comercialização de veículos pesados Scania no País, com volume de vendas nos últimos três exercícios de:

UNIDADES	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Caminhões	975	2.056	3.093
Ônibus	166	357	366

RECEITA BRUTA - R\$ mil	2015	2014	Var. %	2013	Var. %
(1) Comércio de veículos, peças e lubrificantes	485.503	896.629	(45,9)	1.202.762	(59,6)
(2) Prestação de serviços de manutenção	46.721	51.357	(9,0)	52.263	(10,6)
(3) Total segmento automotivo (1) + (2)	532.224	947.986	(43,9)	1.255.025	(57,6)
(4) Segmento Agropecuário	13.670	11.053	23,7	9.112	50,0
Total (3) + (4)	545.894	959.039	(43,1)	1.264.137	(56,8)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O segmento de caminhões e ônibus recebe forte influência do ambiente econômico e das expectativas do empresariado. A contração do PIB por dois anos consecutivos, a manutenção da taxa de juros em patamares elevados e a inflação cima de dois dígitos exibem o conturbado cenário vivenciado pelo País. Com isso, as incertezas a respeito da crise econômica e política tem exercido influência negativa sobre o desempenho operacional da Companhia nos últimos anos.

De acordo com os dados de produção de veículos divulgados pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) em 2015, o volume de unidades produzidas no segmento de caminhões apresentou redução de 47,1% no ano, atingindo 139,9 mil unidades produzidas enquanto o segmento de ônibus registrou 21,5 mil unidades, queda de 34,7% frente o ano anterior.

Em 2014, o desempenho do setor automotivo já havia apresentado recuo frente os números registrados em 2013. Naquele ano, foram produzidas 139,9 mil caminhões e 32,9 mil ônibus, decréscimo de 25,2% e 18,8% ante o mesmo período de 2013, respectivamente. No ano de 2013 foram produzidos 187,0 mil caminhões e 40,5 mil ônibus.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada basicamente por alterações no volume de vendas, modificações de preços e, em menor escala, pela introdução de novos modelos Scania de caminhões e ônibus em nosso portfólio.

Em 2015, a redução nas vendas de peças e lubrificantes e na prestação de serviços de manutenção de veículos foram inferiores à queda na receita gerada pela venda de caminhões e ônibus. O preço médio de venda de caminhões e ônibus apresentou variação negativa no ano, com redução de 3,14% e 19,1% frente aos preços praticados em 2014, respectivamente. As vendas diretas de caminhões somaram 31 unidades e 944 unidades vendidas pelas concessionárias da WLM. No segmento ônibus, foram vendidas 166 unidades pelas concessionárias da Companhia sendo que não foram registradas vendas diretas no ano.

Em 2014, a Companhia obteve ganho de rentabilidade frente o exercício anterior em função da maior comissão recebida na venda de caminhões de maior valor unitário. A principal variação do preço médio das vendas, no entanto, se deu nas chamadas vendas diretas, onde a venda é feita diretamente pela montadora, mas com pagamento de comissão para a WLM, cujo volume é pouco representativo no total das vendas.

Nos três exercícios analisados não ocorreram lançamentos relevantes ou introduções de novos produtos no portfólio de produtos vendidos pela Companhia que trouxessem impacto significativo em nossas receitas. Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2015, 2014 e 2013 são explicados pelas alterações em volumes de vendas e refletem, notadamente, as condições de mercado.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado por variações na taxa de inflação, uma vez que a quase totalidade de nossos custos e despesas operacionais é incorrida em Reais e pode sofrer os efeitos de oscilações na inflação. Nossa receita bruta de vendas também pode ser afetada pela inflação já que, de modo geral, buscamos repassar parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar integralmente eventuais aumentos dos custos para nossos clientes no futuro.

Câmbio

A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira, realizando a totalidade de suas atividades em território nacional. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Taxa de juros

No encerramento dos exercícios de 2015, 2014 e 2013, a WLM não registrava endividamento. Tampouco o "Contas a receber" é significativamente afetado por indexadores, já que o prazo médio de recebimento é de 40 dias.

Os efeitos de variações nas taxas de juros influenciam, principalmente, o acesso ao crédito e as condições de financiamento obtidas por nossos clientes com instituições financeiras e o BNDES, o que pode influenciar o desempenho de nossas vendas de veículos. O impacto de eventuais flutuações nas taxas de juros será benéfico sempre que as taxas estiverem mais baixas e o crédito mais abundante.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 não foram introduzidas mudanças significativas nas práticas contábeis da WLM. As demonstrações contábeis dos três exercícios são apresentadas de acordo com os padrões contábeis internacionais IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações.

Balanço Patrimonial

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

Demonstração de resultados

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor referente às demonstrações contábeis e de resultados dos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 não foram introduzidas mudanças significativas nas práticas contábeis da WLM. As demonstrações contábeis dos três exercícios são apresentadas de acordo com os padrões contábeis internacionais IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações.

Balanço Patrimonial

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

Demonstração de resultados

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, pois não foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor referente às demonstrações contábeis e de resultados dos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações contábeis foi realizada seguindo as normas contábeis internacionais - IFRS, de acordo com a lei 11.638/07 e pronunciamentos do CPC.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Demonstrações contábeis consolidadas

Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado e, quando cabível, ajustadas a valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A quase totalidade do Contas a Receber da Companhia tem prazo médio em torno de 30 dias.

Estoques

No segmento automotivo, a Companhia não mantém estoque relevante dos produtos que comercializa, como caminhões e ônibus. Apenas peças de reposição são estocadas e estas são avaliadas com base no custo médio de aquisição de mercadorias para revenda, deduzido de provisão para perda, que não excede o valor de mercado - para itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade – ou de realização.

Ativos biológicos

No segmento agropecuário os ativos biológicos estão representados ao preço de custo ou produção, ajustados ao valor de mercado. Com relação ao rebanho bovino em formação, a safra em produção, e o café em grão, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a Instrução CVM nº 247/96. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

Ativos intangíveis

São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. Os ativos intangíveis mais relevantes estão relacionados a seguir, e para aqueles com vida útil definida estão indicadas as taxas anuais de amortização:

- Marcas e patentes
- Direito de uso de software – 10%
- Fundo de comércio.

Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossas demonstrações contábeis evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos:

Não se aplica.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos:

Não se aplica.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:

Não se aplica.

iv. contratos de construção não terminada:

Não se aplica.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não se aplica.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis:

Não se aplica.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor:**

Não se aplica, uma vez que as demonstrações contábeis evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

- b. natureza e o propósito da operação:**

Não se aplica, uma vez que as demonstrações contábeis evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não se aplica, uma vez que as demonstrações contábeis evidenciam todos os itens relevantes das operações da WLM, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As atividades operacionais da WLM não demandam investimentos relevantes regulares. Os investimentos são geralmente orientados em virtude das necessidades de crescimento da Companhia em cada região que atua e também voltados ao desenvolvimento de Tecnologia de Informação (TI), como suporte a suas atividades operacionais.

Em 2015 foi finalizada a construção da Filial da Itaipu de Montes Claros-MG, com o custo total de R\$ 10.772 mil, do qual R\$ 9.446 foram incorporados à conta de Edifícios e instalações e o restante na conta de Equipamentos e acessórios.

Neste exercício a controlada Itaipu Norte adquiriu um terreno pelo montante de R\$ 1.734 mil, situado na Avenida Dr. Isaias Pinheiro, bairro Bela Vista, na cidade e comarca de Novo Progresso - PA, cujas áreas somadas totalizam 10.842, 209 m².

A controlada Itaipu também adquiriu uma área comercial, composta por 2 (dois) galpões e um terreno de 10.500 m², localizada na BR-040, na altura do Km 776, Distrito Industrial, Juiz de Fora - MG, pelo valor total de R\$ 6.300 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para realização de seus investimentos nos três últimos exercícios sociais, a WLM utilizou recursos próprios oriundos da geração operacional de caixa. Ressaltamos que a Companhia conta com caixa líquido e seu endividamento total, considerando o curto e o longo prazo, era inexistente em 31 de dezembro dos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica, uma vez que não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica. Não houve.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, pois não foram introduzidos novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a quase totalidade das receitas da WLM provém da comercialização de veículos (caminhões pesados e extrapesados e chassis de ônibus) e de suas peças, por meio de concessionárias representantes de bandeira de indústria montadora. Suas atividades, portanto, não requerem investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não se aplica. Não houve outros fatores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A WLM não tem como prática divulgar projeções financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuição de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, conforme estabelecido em seu Estatuto Social. O Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo três e no máximo de seis membros, pessoas naturais, acionistas, residentes no país, entre eles um Presidente e até três Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente, o Conselho de Administração da WLM é composto por seis membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e os demais membros sem designação especial.

A Diretoria, conforme definido em Estatuto, deve ser composta por mínimo de dois e máximo de seis diretores, dentre os quais um Diretor-Presidente, dois com o título de Vice-Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, nomeados pelo Conselho de Administração. A um dos membros da Diretoria será atribuída, pelo Conselho de Administração, a função de Diretor de Relações com Investidores (DRI), nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. A atual diretoria da WLM possui dois membros.

Conselho de Administração – tem a função de estabelecer a estratégia dos negócios e eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser seu Estatuto Social. É também responsável pela fiscalização da gestão dos diretores, além do exame, a qualquer tempo, dos livros e de outros papéis da Companhia. O Conselho pode solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos. Além disso, o Conselho deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

Diretoria – suas atribuições são: (1) praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia; (2) determinar as atribuições específicas de cada um de seus membros, sem prejuízo das atribuições privativas estabelecidas no Estatuto; (3) deliberar sobre a escolha, remoção, demissão de Executivos, Gerentes e outros empregados de alto nível, assim como a fixação de suas atribuições, funções e ordenados; (4) deliberar sobre operações financeiras relativas à obtenção ou concessão de empréstimos pela Companhia; (5) deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza; e, (6) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social, bem como pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, pelo Conselho de Administração e por ela própria.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2016 foi instalado o Conselho Fiscal, conforme os artigos 31 e 32 do Estatuto Social. O Conselho Fiscal, que terá as atribuições que a lei lhe confere, será composto de 03 (três) membros efetivos e três suplentes, todos residentes no País, eleitos pela assembleia geral, que lhes fixará a remuneração.

Também conforme o Estatuto Social, o Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente se instalará nos casos e na forma prevista em lei.

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de março de 2014, foi criado o Código de Conduta da Companhia e instituído o respectivo Comitê de Conduta.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c) mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Não há um mecanismo formal de avaliação do Conselho de Administração.

Cabe ao Conselho de Administração avaliar a Diretoria, considerando para tal o desempenho dos negócios e a devida execução das metas e estratégias estabelecidas.

Não há um mecanismo formal de avaliação do Comitê de Conduta.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente

Dentre outras atribuições: coordenar a diretoria e zelar pela execução do planejamento da Companhia; acompanhar o desempenho dos negócios; convocar e presidir reuniões da Diretoria; informar aos membros do Conselho de Administração sobre o andamento das operações; exercer outras atividades necessárias para o bom desempenho dos negócios e que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Vice Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Dentre outras atribuições: substituir o Diretor Presidente quando de sua ausência ou impedimento; auxiliar o Diretor Presidente na sua gestão; gerir as finanças da Companhia; coordenar os negócios, zelar pelo cumprimento da estratégia e acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas; representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; prestar informações aos investidores e órgãos reguladores, além de zelar pelo cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante em toda a Companhia, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Não existem no momento outros membros na diretoria da Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e oito dias corridos de antecedência em segunda convocação, conforme exigido pela legislação vigente e Estatuto Social. As convocações são realizadas por meio de anúncio no Diário Oficial do Rio de Janeiro (RJ) e Jornal Valor Econômico (SP), veículos de grande circulação, e disponibilizadas, via ENET, por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&F BOVESPA (<http://www.bmfbovespa.com.br>) e no website da WLM (www.wlm.com.br) - Informações aos Acionistas / Comunicados ao Mercado.

b. competências

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária referente às competências da Assembleia Geral.

Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social a Assembleia Geral Ordinária deve: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do (exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores, quando for o caso, d) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao primeiro deliberar a forma de distribuição do valor fixado entre seus membros e os da Diretoria.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos na rede mundial de computadores	Endereço físico
<p style="text-align: center;"> www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br; www.wlm.com.br. </p>	<p style="text-align: center;"> Praia do Flamengo, 200 – 19º andar CEP 22210-901, Rio de Janeiro/RJ </p>

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não mantém política estruturada para identificação e administração de conflitos de interesses, seguindo apenas as determinações da legislação societária. No entanto, conforme o item “s”, inserido no capítulo 5, artigo 21 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer à prática de incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nas assembleias gerais, cada acionista poderá comparecer e participar, deliberando e votando pessoalmente, ou por intermédio de um procurador, conforme estabelecido pela legislação societária.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. Na companhia aberta, como é o caso da WLM, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar o instrumento de mandato na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados especificamente a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

Os acionistas podem enviar quaisquer comentários para o Diretor de Relações com Investidores - RI da Companhia – Rubem Roberto Ribeiro (rubem.ribeiro@wlm.com.br).

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das Assembleias Gerais.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia adota as práticas previstas na legislação societária.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

REUNIÕES REALIZADAS EM 2015			
Órgão	Quantidade de reuniões	Tipo	
		Ordinária	Extraordinária
Conselho de Administração	8	1 Assembleia	1 Assembleia
Diretoria	0	-	-
Conselho Fiscal	6	4 reuniões	2 reuniões

- b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Conforme o art. 40 do Estatuto Social, os acordos de acionistas sobre o exercício do direito a voto ou do poder de controle, somente serão observados pela Companhia quando arquivados em sua sede.

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme o item "s", inserido no capítulo 5, artigo 21 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer à prática de incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Conforme o item “s”, inserido no capítulo 5, artigo 21 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer à prática de incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
RUBEM ROBERTO RIBEIRO	11/05/1943	Pertence apenas à Diretoria	24/05/2016	1 ANO	3
174.161.597-68	ADVOGADO	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	24/05/2016	Sim	0.00%
Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores					
FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES	04/10/1966	Pertence apenas à Diretoria	28/06/2016	10 MESES	0
695.099.216-53	ENGENHEIRO MECÂNICO	10 - Diretor Presidente / Superintendente	01/07/2016	Sim	0.00%
Não exerce.					
NELSON HIGINO DA SILVA	24/02/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	1 ANO	0
740.532.058-91	ENGENHEIRO MECÂNICO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	0.00%
Não exerce.					
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI	25/04/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	1 ANO	3
113.336.817-47	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	03/05/2016	Sim	88.00%
Não exerce.					
LUIZ FERNANDO LEAL TEGON	02/07/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	1 ANO	3
293.402.848-87	ADMINISTRADOR	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	38.00%
Não exerce.					
LUIS OCTÁVIO CARVALHO DA MOTTA VEIGA	03/12/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	1 ANO	0
254.704.777-20	ADVOGADO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	0.00%
Não exerce.					
ÉLVIO LUPO JUNIOR	23/05/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	1 ANO	0
863.132.158-34	ENGENHEIRO CIVIL	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	0.00%
Não exerce.					
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	15/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	1 ANO	23
096.779.256-87	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/05/2016	Sim	100.00%
Não exerce.					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ARMANDO VILLELA FOSSATI BALTEIRO	08/08/1980	Conselho Fiscal	29/04/2016	1 ANO	2
053.259.297-20	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	03/05/2016	Sim	17.00%
Não exerce.					
LUIS FELIPE KRIEGER MOURA BUENO	09/08/1979	Conselho Fiscal	29/04/2016	1 ANO	2
084.156.207-56	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	03/05/2016	Sim	0.00%
Não exerce.					
JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA	11/05/1967	Conselho Fiscal	29/04/2016	1 ANO	5
962.732.757-34	ADVOGADO	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	03/05/2016	Sim	100.00%
Não exerce.					
MASSAO FÁBIO OYA	07/11/1981	Conselho Fiscal	29/04/2016	1 ANO	5
297.396.878-06	CONTADOR	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	03/05/2016	Não	100.00%
Não exerce					
VITOR ROGÉRIO DA COSTA	18/02/1943	Conselho Fiscal	29/04/2016	1 ANO	5
012.622.707-15	ADVOGADO	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	03/05/2016	Sim	83.00%
Não exerce.					
JORGE MICHEL LEPELTIER	29/09/1947	Conselho Fiscal	29/04/2016	1 ANO	0
070.190.688-04	ECONOMISTA E CONTADOR	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	03/05/2016	Não	0.00%
Não exerce.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

RUBEM ROBERTO RIBEIRO - 174.161.597-68

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia. Conselheiro desde 17 de dezembro de 2013. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá. Ingressou na WLM em outubro de 1981, como advogado, responsável pela área jurídica da Companhia e de suas controladas desde 1990.

FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES - 695.099.216-53

Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1992, pós graduado em Finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ – COPPEAD. Foi palestrante convidado no MIT – Massachusetts Institute of Technology (USA), durante 5 anos consecutivos. Possui cursos nas escolas de negócio IMD Insead (FR), MIT Sloan (USA) e Wharton (USA). Nos últimos anos foi CEO na Bravante, CEMAR entre outras empresas. De 2001 a 2007, foi Diretor da Vale do Rio Doce, responsável pelo planejamento logístico de minas, ferrovias e portos. Iniciou sua carreira profissional em 1991 na Brahma como trainee, incorporada em 1999 pela AmBev, empresa brasileira líder no segmento de bebidas, onde gerenciou a oferta e operações logísticas durante 6 anos e, ainda, operações de vendas no Estado do Espírito Santo por mais de 2 anos. Participou também do Conselho de Administração de várias empresas, incluindo a Logum e MRS. Atualmente, é um dos membros do Conselho de Administração da Locamerica (ICAM3), Cia aberta listada na BM&FBovespa. Inglês fluente.

NELSON HIGINO DA SILVA - 740.532.058-91

Engenheiro Mecânico, formado pelo ITA (Instituto Tecnológico Aeronáutica), em 1975, possui sólida experiência financeira, estratégica e operacional atuando como Membro de Conselho Consultivo e de Administração, como Presidente e Diretor de empresas nacionais e internacionais e como empreendedor em diversos segmentos de negócios. De 2001 a 2007 como Presidente da SBCE, reestruturou a empresa que foi escolhida para o Premio FGV - Revista Conjuntura Econômica como a Maior Margem Operacional entre as médias seguradoras no ano de 2005. De 2003 a 2006 foi Presidente do Comitê das Américas do Credit Alliance. Em outubro de 1995, foi contratado pelo Bradesco para liderar e/ou participar do processo de reestruturação de várias empresas, tais como: Cofap, CPM Sistemas de Informação, Scopus, etc., assumindo, por um período de oito meses, a Presidência da Cofap, até a sua venda para a Magneti Marelli do Grupo Fiat. Paralelamente a estas atividades, foi indicado pelo Bradesco para participar do Conselho de Administração de várias empresas tais como: CSN, Companhia VALE do Rio Doce, Mahle Metal Leve, Latasa, Globocabo (NET TV a cabo), Cimento Ribeirão, Ioshpe Maxion, etc. Nomeado Diretor Estatutário da Bradespar, participou ativamente da estruturação da empresa, bem como da definição do plano estratégico da companhia. Em 2000, foi escolhido como um dos melhores executivos do Brasil, em uma pesquisa anual realizada pela Gazeta Mercantil, junto às principais empresas de seleção e recrutamento de executivos do Brasil. De 1992 a 1995, foi Presidente da AlliedSignal, para a América do Sul. Foi premiado, em 1993, como reconhecimento por ter conseguido um dos três melhores desempenhos entre todas as divisões e negócios da AlliedSignal de todo o mundo. Ocupou posições de Diretoria em várias entidades empresariais, como FIESP, Sindipeças e AEB (Associação de Comercio Exterior do Brasil). Possui inglês fluente.

DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI - 113.336.817-47

Formado em Engenharia Agrônoma e em Administração Rural e Laticínios pela California Polytechnic State University - Cal Poly, em San Luis Obispo, Califórnia, EUA, e cursos para Conselheiro de Administração (58ª Edição – SP), Governança Corporativa em Empresas Familiares (1ª Edição-RJ), Governança Corporativa para Executivos (5ª Edição – SP) no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e, Secagem e Aeração de Grãos e Classificação e Análise de Grãos, na Universidade Federal de Viçosa-MG (CENTREINAR - CONAB). Gerenciou a Fazenda Barra do Cahy, de 2007 até 2011. Ingressou na WLM em 2012 e atualmente ocupa o cargo de Gerente de Análise e Negócios. Foi eleito membro do Conselho de Administração em 2013, tendo sido reeleito em 2014 e 2015. Fala Inglês fluentemente. Não ocupa qualquer cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

LUIIZ FERNANDO LEAL TEGON - 293.402.848-87

Ingressou na Companhia em 1981 e em 1983, passou a ocupar a diretoria operacional das empresas do segmento automotivo. De 1997 até março de 2014 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia e Diretor das empresas controladas. De 2005 a 2014 respondeu pela Diretoria de Relações com Investidores. Foi Conselheiro Vice Presidente, de 2013 a 2016. Durante 27 anos foi diretor da Associação Brasileira de Concessionários Scania (ASSOBASC), tendo sido presidente da mesma no biênio 2002-2003 e atualmente integra o Conselho de Ex-Presidentes da Associação. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro. Não ocupa qualquer cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

LUIS OCTÁVIO CARVALHO DA MOTTA VEIGA - 254.704.777-20

Advogado, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1975, e cursos de pós-graduação em Direito Tributário na Fundação Getúlio Vargas, em 1977, e Administração Pública no IAP - Institut International d'Administration Publique, em 1978. Foi Diretor do Banco da Bahia entre 1980 e 1984. Presidiu a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e atuou como Membro do Conselho Monetário Nacional – CMN, entre 1984 e 1986. Presidiu a Anglo American do Brasil, de 1986 a 1990. Foi Presidente da Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A, de março a outubro de 1990, e Vice-Presidente da London Rayner Coffe International, entre 1990 e 1993. Desde 1993, é Sócio do Escritório Motta Veiga Advogados. Em 1996, foi CEO do Jornal do Brasil S/A e, em épocas diversas, membro do Conselho de Administração, das empresas: Minasgás, Supergasbras, Valepar, Brasil Telecom e Multiner. Atualmente, atua como árbitro em painéis de arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BVMF; na Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ e na London International Chamber of Commerce.

ÉLVIO LUPO JUNIOR - 863.132.158-34

Engenheiro Civil formado pela Escola de Engenharia de São Carlos da USP, em 1976, e pós-graduado em Engenharia Têxtil pela Leicester Polytechnic – Inglaterra em 1978. Iniciou sua carreira profissional em 1976 na empresa de sua família, a Lupo S/A, tendo trabalhado em praticamente todos os setores ao longo dos quinze anos em que lá permaneceu, os últimos dos quais como seu principal executivo. Em 1991, liderou a reestruturação organizacional que resultou na implantação da governança na Lupo. Nessa ocasião, deixou a direção executiva da empresa, passando a integrar apenas o Conselho de Administração. Em 1992, assumiu a presidência da Reebok do Brasil, joint venture criada pelo Grupo Grendene e pela Reebok International para lançar a marca Reebok no Brasil, tendo ali permanecido por oito anos como presidente. Em 1999, assumiu as presidências da Umbro do Brasil e da Kappa do Brasil, duas empresas pertencentes ao Grupo Clássico (hoje Grupo Dass), empresa industrial de Santa Catarina e um dos maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Em 2004, fez nova transição em sua carreira profissional e passou a desenvolver a atividade de consultor de empresas familiares, coach, especializado em governança corporativa e familiar, através da sua própria empresa de consultoria Legare. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Lupo e de outras empresas familiares brasileiras; é também presidente do Conselho de Família da Lupo. É membro de várias instituições como o FBN Brasil (Family Business Network, FFI (Family Firm Institute) e IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). É consultor de empresas familiares certificado pelo FFI e conselheiro de administração certificado pelo IBGC. É professor convidado da Fundação Dom Cabral no programa para empresas familiares PDA - 'Parceria para o Desenvolvimento de Acionistas' e palestrante convidado do IBGC nos cursos 'Governança Corporativa em Empresas Familiares', 'Curso para Conselheiros de Administração' e outros cursos 'In Company'; é também membro da Comissão de Empresas Familiares do IBGC. Como consultor tem atendido várias empresas familiares em vários estados brasileiros. Fez diversos cursos de reciclagem ao longo da carreira no Brasil e no exterior, entre os quais se destacam programas para executivos no IMD (Suíça) em 1992 e na Columbia (EUA) em 1999 e também de Mediação e Coaching. Fala Inglês e Espanhol fluentemente e tem bons conhecimentos de Italiano.

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR - 096.779.256-87

Engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia, em 1969, ingressou na Companhia em 1973. exerceu o cargo de Diretor Presidente da WLM e demais empresas controladas de 14 de março de 1978 até 28 de junho de 2016. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e atualmente é Presidente do Conselho de Administração, eleito em 17 de dezembro de 2013.

ARMANDO VILLELA FOSSATI BALTEIRO - 053.259.297-20

Trabalhou no escritório Chalfin, Godlberg & Vainboim Advogados Associados (2003 a 2005), como estagiário, e no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira como estagiário (2005 a 2006) e como advogado (2006 a 2009). Atualmente é sócio do Escritório Vitor Costa Advogados atuando em Direito Societário, Direito de Empresa, Mercado de Capitais, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

LUIS FELIPE KRIEGER MOURA BUENO - 084.156.207-56

Advogado especializado em direito tributário, sócio do Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira, onde ingressou no ano de 1999.

JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA - 962.732.757-34

Bacharel em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1993, com Especialização em Direito Empresarial. Ingressou no GVA em janeiro de 1986. Conselheiro do Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, 1996 a 1998. Foreign Intern no Escritório Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom, Nova Iorque, set. 1995 / jun. 1996. Membro da Comissão Especial de Advocacia Corporativa do Conselho Federal da AOB e Coordenador da Área Empresarial.

MASSAO FÁBIO OYA - 297.396.878-06

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Padre Anchieta/SP, em 2003, e com Pós Graduação (MBA) na mesma instituição, em 2008, com especialização em Gestão Financeira e Controladoria, possui diversos cursos extracurriculares ligados à sua área de atuação. Atualmente é consultor autônomo nas áreas administrativa, financeira, societária e de auditoria. Dada a sua vasta experiência em Órgãos Colegiados, também atua como Conselheiro Fiscal nas seguintes empresas: Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP (Titular, desde abril/2013); Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. (Titular, desde abril/13); Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (Titular, desde abril/13); WLM Indústria e Comércio S.A. (Titular, desde outubro/11); Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (Suplente, desde abril/13); Companhia Providência Ind. e Com. S.A. (Suplente, desde abril/13); M&G Poliéster S.A. (Suplente desde abril/13); Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (Suplente, desde abril/13); EZ TEC Empreend. e Participações S.A. (Suplente, desde abril/12). Anteriormente, também atuou como conselheiro na Companhia Paranaense de Energia - Copel (Titular, de abril/10 a abril/11); TIM Participações S.A. (Titular, de setembro/11 a janeiro/12 e de março/12 a abril/12); Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (Titular, de abril/11 a abril/12); CSU Cardsystem S.A. (Suplente, de abril/12 a abril/13); Pettenati Indústria Têxtil S.A (Titular, de outubro/10 a outubro/12 e Suplente de outubro/09 a outubro/10); Wetzel S.A. (Titular, de abril/11 a abril/12); Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Titular, de fevereiro/11 a junho/11); General Shopping S.A. (Titular de outubro/12 a abril/13); Mangels Industrial S.A. (Suplente, de abril/12 a abril/13); Azevedo & Travassos S.A. (Suplente, de abril/10 a abril/11); Brasil Ecodiesel S.A. (Suplente, de abril/11 a agosto/11). Trabalhou como Analista Contábil, na IBAC S.A. (POZZANI), de 2000 a 2005; e na ECON DISTRIBUIÇÃO S.A., de 2006 a 2007. Na PAREX BRASIL S.A., exerceu a função de Analista Contábil Sênior, de 2007 a 2009.

VITOR ROGÉRIO DA COSTA - 012.622.707-15

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1966). Master of Laws – Universidade da Califórnia – Berkeley (1970). Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (Seções do Rio de Janeiro e São Paulo). É membro da International Fiscal Association, da Associação Brasileira de Direito Financeiro, foi membro da Comissão de Estudos do Mercado Acionário da CVM e membro do Conselho Consultivo do Museu Histórico Nacional. Recebeu a Ordem de Comendador do Rio Branco. Trabalhou no Escritório de Advocacia José Thomaz Nabuco (1966 a 1975) e no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira (1966 a 2009). Sócio do Escritório Vitor Costa Advogados desde 2009. Atua em Direito Societário, Direito de Empresa, Direito Tributário, Mercado de Capitais, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

JORGE MICHEL LEPELTIER - 070.190.688-04

Graduado em Economia (1974) e Ciências Contábeis (1972), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especializou-se em Mercado de Capitais e Finanças e Planejamento Estratégico pela New York University (EUA) e Gerenciamento Ambiental pela ESALQ – Escola de Ensino Superior Luiz de Queiroz em Piracicaba/SP (2003). Com uma carreira que ultrapassa 40 anos, adquiriu experiência nas áreas de compras, vendas, fusões e incorporações de empresas de grande porte, em complemento com as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria e a de controles internos e governança corporativa, mercê de suas experiências profissionais junto a empresas da linha branca e ao Grupo Whirlpool (USA) – Brasmotor S/A, no qual trabalhou de maio de 1978 até agosto de 1993, sendo inicialmente designado Tesoureiro, e após 2 anos guindado a posição de CFO e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado do grupo Brasmotor, reportando-se a Presidência. Anteriormente, atuou na Price Waterhouse Auditores Independentes (1968 a 1993) como Auditor e Consultor, tendo alcançado a posição de Sênior Manager, possuindo a coordenação de trabalhos na área bancária, industrial, comercial, etc. Em 1993, fundou a Consultoria – Jorge Lepeltier Consultores Associados Ltda. e Solução Governança Corporativa Consultoria S/C Ltda. Presentemente, é consultor autônomo e presta serviços nas áreas administrativa, financeira, societária e auditoria. Nos últimos 8 anos atuou e atua como Conselheiro e membro de Comitês de Auditoria de diversas empresas. Em Conselhos de Administração, tem experiências positivas, tendo sido reinvestido nos cargos por vários exercícios consecutivos, em diversas empresas abertas (Companhia Paranaense de Energia – Copel, Triunfo Participações S.A, entre outras), sendo também presentemente membro da CSU Cardsystem S.A. e da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. No trabalho como Conselheiro Fiscal atuou em diversas empresas abertas, sendo também, presentemente, membro da Alpargatas S.A, Companhia Providência Indústria e Comércio, M&G Poliéster S.A., entre outras.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que não contamos com comitês em nossa estrutura, sejam eles estatutários ou não. Nossa administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios de forma que, até o momento, não houve necessidade de constituição de tais comitês, mesmo que informais. Os assuntos relevantes são sempre discutidos em conjunto entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI Conselheiro	113.336.817-47	WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A	33.228.024/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES Diretora	624.466.307-15	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	30.458.020/0001-71	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Presidente do Conselho de Administração do emissor	096.779.256-87	WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A	33.228.024/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES Diretora	624.466.307-15	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	30.458.020/0001-71	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES NETO Diretor	003.177.687-60	FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Presidente do Conselho de Administração	096.779.256-87	WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A	33.228.024/0001-51	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015Administrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.
DIRETOR PRESIDENTE

16.738.098/0001-19

Observação

Controlada descontinuada

Administrador do Emissor

DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI
CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

113.336.817-47

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.
Diretor Administrativo

30.458.020/0001-71

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCELO ZANDER VAIANO
GERENTE DE PROJETOS E INFORMÁTICA

026.648.257-04

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.
Diretor

16.738.098/0001-19

Observação

Controlada descontinuada

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada FARTURA AGROPECUARIA S.A Diretor Presidente	05.427.471/0001-02		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Presidente	30.458.020/0001-71		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA Diretor Presidente	44.624.179/0001-23		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA Diretor Presidente	15.947.450/0001-63		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Diretor Presidente	30.937.874/0001-30		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Diretor Presidente	16.638.413/0001-36		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	44.620.375/0001-20		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	07.959.236/0001-07		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. Diretor Presidente	84.144.153/0001-00		
<u>Observação</u>			
Controlada descontinuada			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RUBEM ROBERTO RIBEIRO DIRETOR VICE-PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	174.161.597-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A Assessor Jurídico	33.228.024/0001-51		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2014Administrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

FARTURA AGROPECUARIA S.A
DIRETOR PRESIDENTE

05.427.471/0001-02

ObservaçãoAdministrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A
DIRETOR PRESIDENTE

30.458.020/0001-71

ObservaçãoAdministrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA
DIRETOR PRESIDENTE

44.624.179/0001-23

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR PRESIDENTE	15.947.450/0001-63		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	30.937.874/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	16.638.413/0001-36		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	44.620.375/0001-20		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	07.959.236/0001-07		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. Diretor Presidente	84.144.153/0001-00		
Observação Controlada descontinuada			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. Diretor Presidente	16.738.098/0001-19		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Controlada descontinuada			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI CONSELHEIRO - CA	113.336.817-47	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A Diretor Administrativo	30.458.020/0001-71		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
MARCELO ZANDER VAIANO CONSELHEIRO - CA	026.648.257-04	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. Diretor	16.738.098/0001-19		
Observação			
Controlada descontinuada			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
LUIZ MARIO TEIXEIRA RODRIGUES CONSELHEIRO - CA	050.219.797-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A Gerente Financeiro	33.228.024/0001-51		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função RUBEM ROBERTO RIBEIRO CONSELHEIRO - CA	174.161.597-68	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A Assessor Jurídico	33.228.024/0001-51		
Observação			

Exercício Social 31/12/2013**Administrador do Emissor**

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

FARTURA AGROPECUARIA S.A
DIRETOR PRESIDENTE

05.427.471/0001-02

Observação**Administrador do Emissor**

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A
DIRETOR ADMINISTRATIVO

30.458.020/0001-71

Observação**Administrador do Emissor**

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23		
DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	096.779.256-87	Subordinação	Controlador Direto
DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63		
DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30		
DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
DIRETOR PRESIDENTE			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função DIRETOR PRESIDENTE <u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE <u>Observação</u>	44.620.375/0001-20		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE <u>Observação</u>	07.959.236/0001-07		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. DIRETOR PRESIDENTE <u>Observação</u>	84.144.153/0001-00		
<hr/>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR PRESIDENTE	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A DIRETOR	05.427.471/0001-02		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA DIRETOR	44.624.179/0001-23		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR	15.947.450/0001-63		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR	30.937.874/0001-30		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR	16.638.413/0001-36		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR	44.620.375/0001-20		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR	07.959.236/0001-07		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. DIRETOR	84.144.153/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM IVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A DIRETOR	30.458.020/0001-71		
Observação			

Administrador do Emissor			
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	267.362.687-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A DIRETORA PRESIDENTE	30.458.020/0001-71		
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) contratado com a Travelers Seguros Brasil S.A.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A administração da Companhia atua muito próxima no dia a dia dos negócios, de forma que, até o momento, não houve necessidade de constituição de comitês de gestão ou código formalizado de práticas de governança corporativa. Os assuntos relevantes são sempre discutidos em conjunto entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos.

A WLM conta com um código de conduta aplicável aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, a todos os funcionários e estagiários da WLM Indústria e Comércio S.A. e Controladas e profissionais de empresas contratadas, estabelecendo e definindo princípios como referência de comportamento, independente da região ou área de atuação. O Código foi implementado pelo Conselho de Administração da Companhia em Reunião realizada em 10.03.2014.

Este Código de Conduta deve ser, obrigatoriamente, do conhecimento de todos os Profissionais, os quais deverão assinar o Termo de Compromisso, declarando estar cientes e de acordo com seu conteúdo.

Tal código de conduta está disponível no site da Companhia (www.wlm.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

12.13 - Outras informações relevantes

Eleição de novo Diretor Presidente da WLM

Em virtude da renúncia apresentada pelo Diretor Presidente, Sr. WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR, formalizada no dia 21 de junho de 2016, foi eleito na Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2016, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da WLM Indústria e Comércio S.A., em substituição ao renunciante, o Sr. FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES, português, casado, Engenheiro Mecânico, portador da identidade RG nº 35927780-9, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.099.216-53, o qual exercerá o mandato até 29 de abril de 2017, tempo que faltava ao substituído. O diretor renunciante, Sr. WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR, continuou a exercer o cargo de Diretor Presidente até a efetiva posse de seu substituto, Sr. FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES, no dia 1º de julho de 2016.

Foi aprovada, ainda, pela unanimidade dos presentes, a orientação de voto pela Companhia, nas reuniões e assembleias das empresas Controladas, a indicação do nome do Sr. FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES, para Diretor Presidente.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para os seus administradores, incluindo o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, tem por objetivo compensar adequadamente a competência e a responsabilidade desses profissionais.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feita por meio de pagamento de pró-labore mensal fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente. Com relação à Diretoria Executiva, o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores têm suas remunerações por meio de pagamento mensal fixo, adicionado de pagamento de bônus anual, de acordo com o desempenho da Companhia, medido por seus indicadores anuais.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2013, 2014 e 2015 o Conselho de Administração utilizou 41,2%, 3,9% e 6,9% da remuneração total, respectivamente, por meio de pró-labore mensal. Em 2016 está previsto o percentual de 16,48%. As proporções referentes à remuneração da Diretoria Executiva foram de 54,3% em 2013 e 91,9% em 2014 e 85,8% em 2015. Em 2016 estão previstos 76,90%. As proporções referentes ao Conselho Fiscal foram de 4,5% em 2013, 4,3% em 2014 e 7,3% em 2015. Em 2016 está previsto o percentual de 6,62%.

O quadro abaixo apresenta a remuneração total de cada órgão e o percentual das formas de remuneração:

. Conselho de Administração

Exercício	Remuneração	Fixa %	Variável %	Ações %
2013	4.343	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2014	360	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2015	360	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2016 *	1.167	100,00	Não se aplica	Não se aplica

(*) Remuneração proposta para o período de maio/2016 a abril/2017

. Diretoria Executiva

Exercício	Remuneração	Fixa %	Variável %	Ações %
2013	5.716	73,66	26,34	Não se aplica
2014	8.591	39,01	60,99 (**)	Não se aplica
2015	4.438	76,11	23,89	Não se aplica
2016 *	5.038	73,83	26,17	Não se aplica

(*) Remuneração proposta para o período de maio/2016 a abril/2017

(**) Inclui verbas rescisórias e gratificação.

. Conselho fiscal

Exercício	Remuneração	Fixa %	Variável %	Ações %
2013	476	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2014	401	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2015	380	100,00	Não se aplica	Não se aplica
2016 *	434	100,00	Não se aplica	Não se aplica

(*) Remuneração proposta para o período de maio/2016 a abril/2017

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações pagas pela Companhia a seus administradores são aferidas periodicamente, para avaliar a necessidade de ajustes em sua composição.

O cálculo do reajuste é feito de acordo com os índices inflacionários e de remuneração do mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária. A da Diretoria Executiva pelo Conselho de Administração e é baseada na comprovada capacidade técnica e analítica para melhor condução dos negócios com alinhamento de interesses entre acionistas e gestores, e a do Conselho Fiscal de conformidade com a Lei 6.404/76.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os valores de remuneração pagos aos administradores são avaliados anualmente por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura de remuneração está atrelada aos resultados da Companhia, ao alcance de metas e ao desempenho econômico e financeiro em cada período analisado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia estão alinhados com a política de remuneração praticada de forma a manter em seus quadros profissionais de comprovada capacidade técnica.

A política de remuneração da administração alinha os interesses da WLM de curto, médio e longo prazo, sendo baseada em práticas de mercado que permitem a atração, retenção e motivação de seus administradores e leva em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência, e a qualificação profissional necessária ao desempenho.

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração da Diretoria Executiva é fixada pelo Conselho de Administração e é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa visa assegurar uma remuneração sustentável, que seja ao mesmo tempo condizente com as possibilidades da Companhia.

A remuneração variável está atrelada ao atingimento de metas na obtenção de resultados e geração de caixa.

f. existência de remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração da Diretoria Executiva é suportada pela Controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a algum evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	897.600,00	3.599.968,06	416.198,84	4.913.766,90
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.168.774,06	0,00	1.168.774,06
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	897.600,00	4.768.742,12	416.198,84	6.082.540,96

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	3.348.475,29	380.159,26	4.088.634,55
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.089.864,00	0,00	1.089.864,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	360.000,00	4.438.339,29	380.159,26	5.178.498,55

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	3.351.179,94	401.682,26	4.112.862,20
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.747.747,09	0,00	1.747.747,09
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.491.754,86	0,00	3.491.754,86

Descrição de outras remunerações variáveis		Outras remunerações variáveis inclui gratificação e verbas rescisórias.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	360.000,00	8.590.681,89	401.682,26	9.352.364,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.343.560,87	4.210.427,85	475.724,28	9.029.713,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.505.453,46	0,00	1.505.453,46
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	4.343.560,87	5.715.881,31	475.724,28	10.535.166,46

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

a) órgão:

b) número total de membros:

c) número de membros remunerados

d) em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até seis salários.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até seis salários.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O PERÍODO DE MAIO/2016 A ABRIL/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	1.319	Não se aplica	1.319
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.319	Não se aplica	1.319
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2015				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.090	Não se aplica	1.090
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	1.090	Não se aplica	1.090
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2014				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.748	Não se aplica	1.748
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	5.240*	Não se aplica	5.240*
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0

* Inclui R\$ 3.492 mil de verbas rescisórias e gratificações.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2013				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.505	Não se aplica	1.505
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	1.505	Não se aplica	1.505
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0

e. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não se aplica.

iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- a. **Termos e condições gerais:** Não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.
- b. **Principais objetivos do plano:** Não se aplica.
- c. **Forma como o plano contribui para esses objetivos:** Não se aplica.
- d. **Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:** Não se aplica.
- e. **como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:** Não se aplica.
- f. **número máximo de ações abrangidas:** Não se aplica.
- g. **número máximo de opções a serem outorgadas:** Não se aplica.
- h. **Condições de aquisição de ações:** Não se aplica.
- i. **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:** Não se aplica.
- j. **Critérios para fixação do prazo de exercício:** Não se aplica.
- k. **Forma de liquidação:** Não se aplica.
- l. **Restrições à transferência das ações:** Não se aplica.
- m. **Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:** Não se aplica.
- n. **Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:** Não se aplica.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. **Órgão:** Não se aplica.
- b. **Número de membros:** Não se aplica.
- c. **Número de membros remunerados:** Não se aplica.
- d. **Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:** Não se aplica.
 - i. **Data da outorga:** Não se aplica.
 - ii. **Quantidade de opções outorgadas:** Não se aplica.
 - iii. **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** Não se aplica.
 - iv. **Prazo máximo para o exercício das opções:** Não se aplica.
 - v. **Prazo de restrição à transferência das ações:** Não se aplica.
 - vi. **Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - . **em aberto no início do exercício social:** Não se aplica.
 - . **perdidas durante o exercício social:** Não se aplica.
 - . **exercidas durante o exercício social:** Não se aplica.
 - . **expiradas durante o exercício social:** Não se aplica.
- e. **Valor justo das opções na data de outorga:** Não se aplica.
- f. **Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:** Não se aplica.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

- a. **Órgão:** Não se aplica.
- b. **Número de membros:** Não se aplica.
- c. **Número de membros remunerados:** Não se aplica.
- d. **Em relação as opções ainda não exercíveis:** Não se aplica.
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício de opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. **Em relação as opções exercíveis:** Não se aplica.
 - i. Quantidade
 - ii. Prazo máximo para exercício das opções
 - iii. Prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. Preço médio ponderado de exercício
 - v. Valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. Valor justo total das opções no último dia do exercício social

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. **Órgão:** Não se aplica.
- b. **Número de membros:** Não se aplica.
- c. **Número de membros remunerados:** Não se aplica.
- d. **Em relação às opções exercidas informar:** Não se aplica.
 - i. Número de ações
 - ii. Preço médio ponderado de exercício
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. **Em relação às ações entregues informar:** Não se aplica.
 - i. Número de ações
 - ii. Preço médio ponderado de aquisição
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

- a. **Modelo de precificação:** Não se aplica.
- b. **Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** Não se aplica.
- c. **Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** Não se aplica.
- d. **forma de determinação da volatilidade esperada:** Não aplicável.
- e. **Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:** Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Os membros do Conselho de Administração detêm, em conjunto, 1.290 ações ordinárias e 375 ações preferenciais do capital da Companhia na data de 30 de março de 2016.

Os membros do Conselho de Administração detêm em conjunto 6 ações ordinárias da Sajuthá-Rio Participações S.A., Controladora da Companhia, na data de 30 de março de 2016.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não confere planos de previdência a seus administradores.

- a. **órgão:** Não se aplica.
- b. **número de membros:** Não se aplica.
- c. **nome do plano:** Não se aplica.
- d. **número de membros remunerados:** Não se aplica.
- e. **quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:** Não se aplica.
- f. **condições para se aposentar antecipadamente:** Não se aplica.
- g. **valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:** Não se aplica.
- h. **valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:** Não se aplica.
- i. **se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:** Não se aplica.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2013
Nº de membros	2,00	2,00	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2014	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: DIRETORIA ESTATUTÁRIA</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.com base em liminar do IBEF (Medida cautelar N° 17.350 - RJ), obtida em juízo.</p>
31/12/2013	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: DIRETORIA ESTATUTÁRIA</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*) (*)A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base em liminar do IBEF (Medida cautelar N° 17.350 - RJ), obtida em juízo.</p>
Conselho de Administração	

31/12/2015	Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*) Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*) Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*) (A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base em liminar do IBEF (Medida cautelar Nº 17.350 - RJ), obtida em juízo.
-------------------	--

Conselho Fiscal

31/12/2013	Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO FISCAL Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*) Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*) Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*) (*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base em liminar do IBEF (Medida cautelar Nº 17.350 - RJ), obtida em juízo.
-------------------	--

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica, pois a Companhia não conta com instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

- a) órgão:
- b) número total de membros:
- c) número de membros remunerados
- d) em relação ao bônus:
- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até seis salários.

- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até seis salários.

- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O PERÍODO DE MAIO/2016 A ABRIL/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	1.319	Não se aplica	1.319
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.319	Não se aplica	1.319
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2015				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.090	Não se aplica	1.090
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	1.090	Não se aplica	1.090
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2014				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.748	Não se aplica	1.748
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	5.240*	Não se aplica	5.240*
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0

* Inclui R\$ 3.492 mil de verbas recisórias e gratificações.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2013				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	0	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	1.505	Não se aplica	1.505
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	1.505	Não se aplica	1.505
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$ mil)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0

e. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não se aplica.

iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios não foram reconhecidos no resultado remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO DO EMISSOR - EXERCÍCIO 2015				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	360	3.060	380	3.800
Controladas do emissor	0	1.378	0	1.378
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0
DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS - EXERCÍCIO 2015				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO DO EMISSOR - EXERCÍCIO 2014				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	360	3.295	401	4.056
Controladas do emissor	0	1.804	0	1.804
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0
DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS - EXERCÍCIO 2014				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	0	2.223*	0	2.223*
Controladas do emissor	0	1.269*	0	1.269*
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

(*) Verbas rescisórias e gratificação

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO DO EMISSOR - EXERCÍCIO 2013				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	4.344	3.623	476	8.443
Controladas do emissor	0	2.092	0	2.092
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0
DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS - EXERCÍCIO 2013				
	Conselho de Administração R\$/MIL	Diretoria Estatutária R\$/MIL	Conselho Fiscal R\$/MIL	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Empregados: Número de empregados (total por empresa)**

2015	Número de empregados
Holding	
WLM	30
Segmento Automotivo - subtotal	751
Equipo	114
Quinta Roda	133
Itaipu	331
Itaipu Norte	173
Segmento Agropecuário - subtotal	134
Fatura Agropecuária	52
São Sebastião do Araguaia	45
Itapura	37
Controlada descontinuada	
Superágua	1
Total Geral	916

2014	Número de empregados
Holding	
WLM	33
Segmento Automotivo - subtotal	856
Equipo	134
Quinta Roda	158
Itaipu	377
Itaipu Norte	187
Segmento Agropecuário - subtotal	124
Fatura Agropecuária	49
São Sebastião do Araguaia	36
Itapura	39
Controlada descontinuada	
Superágua	1
Total Geral	1.014

2013	Número de empregados
Holding	
WLM	39
Segmento Automotivo - subtotal	880
Equipo	137
Quinta Roda	158
Itaipu	416
Itaipu Norte	169
Segmento Agropecuário - subtotal	133
Fatura Agropecuária	56
São Sebastião do Araguaia	34
Itapura	43
Controlada descontinuada	
Superágua	1
Total Geral	1.053

14.1 - Descrição dos recursos humanos

b) Terceirizados

A WLM possui funcionários terceirizados alocados nas suas controladas do **Segmento Automotivo**, conforme tabelas abaixo.

2015	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	1	RJ
Quinta Roda	21	SP
Itaipu	36	MG
Itaipu Norte	1	PA
Total Geral	58	

2014	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	10	RJ
Quinta Roda	75	SP
Itaipu	51	MG
Itaipu Norte	24	PA
Total Geral	160	

2013	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	1	RJ
Quinta Roda	27	SP
Itaipu	12	MG
Total Geral	40	

c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade de pessoal (*turn over*) para os anos de 2015, 2014 e 2013 estão detalhadas para cada uma das empresas controladora e controladas, conforme quadro abaixo:

Empresa	2015	2014	2013
Holding	0,91%	1,07%	0,65%
Segmento Automotivo			
Quinta Roda	0,99%	1,21%	1,72%
Equipo	1,59%	2,08%	2,39%
Itaipu	0,99%	1,23%	1,66%
Itaipu Norte	1,65%	2,47%	4,00%
Segmento Agropecuário			
Fartura	1,53%	1,77%	2,19%
Itapura	7,14%	6,41%	9,10%
São Sebastião	1,96%	1,83%	2,30%
Controlada descontinuada			
Superágua	0%	0%	0%

14.1 - Descrição dos recursos humanos**d) exposição a passivos e contingências trabalhistas****Ano 2015**

No ano de 2015 foram ajuizados 17 (dezesete) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 1.105.000,00, (hum milhão cento e cinco mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a reconhecimento de vínculo empregatício e verbas dele resultantes, verbas rescisórias, diferenças salariais, inclusive em razão de pleitos de equiparação salarial, acúmulo e desvio de função, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos, inclusive derivados de acidentes de trabalho e oriundas de alegada estabilidade provisória, bem como nulidade de rescisão do contrato de trabalho.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2015
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fartura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	07 processos
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	04 processos
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	01 processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	02 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	03 processos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ano 2014

No ano de 2014 foram ajuizados 19 (dezenove) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a reconhecimento de vínculo empregatício e verbas dele resultantes, verbas rescisórias, diferenças salariais, inclusive em razão de pleitos de equiparação salarial, acúmulo e desvio de função, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos, inclusive derivados de acidentes de trabalho e oriundas de alegada estabilidade provisória, bem como nulidade de rescisão do contrato de trabalho.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2014
WLM Indústria e Comércio S.A.	03 processos
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	02 processos
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	03 processos
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	07 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	04 processos

Ano 2013

No ano de 2013 foram ajuizados 23 (vinte e três) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a reconhecimento de vínculo empregatício e verbas dele resultantes, verbas rescisórias, diferenças salariais, inclusive em razão de pleitos de equiparação salarial, acúmulo e desvio de função, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos derivados de acidentes de trabalho e oriundas de alegada estabilidade provisória, bem como nulidade de rescisão do contrato de trabalho.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2013
WLM Indústria e Comércio S.A.	1 processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	9 processos
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	3 processos
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	10 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não ocorreram alterações relevantes.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Políticas de remuneração dos empregados da Empresa

A WLM tem como política de remuneração fixa praticar salários compatíveis com a média de mercado. Adota remuneração variável apenas para os funcionários que exerçam funções na área de vendas das suas concessionárias. Apesar da Companhia não adotar remuneração variável de curto prazo para os demais funcionários, concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos seus empregados. Nas controladas do segmento automotivo a WLM possui plano de cargos e salários baseado na meritocracia.

b. Política de benefícios

Com relação aos benefícios, são concedidos:

Seguro de Vida - Para todos os empregados da holding e das controladas Fartura (matriz), Superágua, Quinta Roda, Equipo e Itaipu e Itaipu Norte, com valores diferenciados de cobertura, variando de acordo com a faixa salarial.

Fartura (filial), São Sebastião (filial) e Itapura (filial), não aplicável.

Assistência médica - Para todos os empregados, com diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com a opção do funcionário. O benefício não é concedido aos empregados das controladas Fartura (filial), São Sebastião (filial) e Itapura (filial).

Assistência Odontológica – Para todos os empregados da Holding, das controladas da Área Scania, (Quinta Roda, Equipo, Itaipu e Itaipu Norte), e da Fartura (matriz), com diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com a opção de cada funcionário.

Vale-refeição / Alimentação - Para todos os empregados, exceto aqueles da controlada Itapura (filial), sendo descontado um valor de contribuição de acordo com a faixa salarial.

Vale transporte – Concedido para todos os empregados, exceto aqueles das controladas Itapura (filial), Fartura (filial) e São Sebastião (filial), cujos cargos justificam a utilização de transporte público.

Estacionamento – o pátio interno existente nas controladas do segmento automotivo é utilizado pelos empregados dessas empresas, sem qualquer tipo de cobrança.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- i. Grupos de beneficiários:
- ii. Condições para exercício:
- iii. Preços de exercício:
- iv. Prazos de exercício:
- v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano:

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Como comentado no item 7 deste Formulário de Referência, as regiões de atuação da WLM abrangem 5 estados e 2 segmentos operacionais. As informações das várias controladas estão detalhadas a seguir:

Controladas	UF	Sindicato
Fatura Agropecuária S.A. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	PA	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia . A última convenção celebrada foi em maio de 2015, vigente no período de 12 meses, com aumento de 9% a partir de 1º de maio de 2015.
Itapura Agropecuária Ltda.	SP	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras . A última convenção celebrada foi em maio de 2015, vigente no período de 12 meses, com aumento de 9% a partir de 1º de maio de 2015.
Itapura Agropecuária Ltda.	MG	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Paraíso . A última convenção celebrada foi em maio de 2014, vigente no período de 12 meses, com aumento de 9% a partir de 1º de maio de 2015.
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	MG	É representada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Águas Minerais de Caxambu . A última convenção celebrada foi em novembro de 2015, vigente no período de 12 meses, com aumento de 9% a partir de 1º de novembro de 2015.
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	SP	A maioria dos empregados é representada pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo . Em regra, a Federação negocia com o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo (Patronal) . A última convenção foi celebrada em outubro de 2015, vigente no período de 12 meses, com aumento de 9,9% a partir de 1º de outubro de 2015.
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	RJ	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de Rio de Janeiro . A última convenção foi celebrada em maio de 2015, vigente no período de 12 meses, com aumento de 8,4%, a partir de 1º de maio de 2015.
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	MG	A maioria dos empregados é representada pelo SINDICON-MG, Sindicato dos Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidora de Veículos e Congêneres no Estado de Minas Gerais . A última convenção foi celebrada em 1º de março de 2016, vigente no período de 12 meses, com aumento de 5% em março/2016 e 2,68% em agosto de 2016, a partir de 1º de março de 2016.
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	PA AP	A maioria dos empregados é representada pelo SINCODIV - Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos e Máquinas nos estados do Pará e Amapá . A última convenção foi celebrada em 1º de maio de 2015, vigente no período de 12 meses, com aumento de 8,34%, a partir de 1º de maio de 2015.

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e os respectivos sindicatos das categorias, refletindo inexistência de paralisações entre os anos de 2013 a 2016.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Espólio de MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES						
267.362.687-53	BRASILEIRA-MG	Não	Sim	31/03/2016		
Não						
0	0,000000%	2.500	0,012580%	2.500	0,006865%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR						
096.779.256-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	31/03/2016		
Não						
505	0,003047%	375	0,001890%	880	0,002416%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A						
30.458.020/0001-71	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	31/03/2016		
Não						
15.589.625	94,076507%	14.597.620	73,563941%	30.187.245	82,898585%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES						
624.466.307-15	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	31/03/2016		
Não						
32.455	0,195852%	33.955	0,171114%	66.410	0,182371%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
JOÃO FLAVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES						
303.996.967-68	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	31/03/2016		
Não						
14.605	0,088135%	105	0,000529%	14.710	0,040395%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Espólio de WILSON LEMOS DE MORAES						
012.390.907-49	BRASILEIRA-MG	Não	Sim	31/03/2016		
Não						
3.075	0,018556%	3.075	0,015496%	6.150	0,016888%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
930.955	5,617903%	5.205.820	26,234450%	6.136.775	16,852480%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	16.571.220	100,000000%	19.843.450	100,000000%	36.414.670	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A				30.458.020/0001-71		
Espólio de MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES						
267.362.687-53	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim			
Não						
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Espólio de WILSON LEMOS DE MORAES						
012.390.907-49	BRASILEIRA-MG	Não	Sim			
Não						
1.999.999.976	99,999996	0	0,000000	1.999.999.976	99,999996	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
JOÃO FLAVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES						
303.996.967-68	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim			
Não						
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A				30.458.020/0001-71		
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES						
624.466.307-15	BRASILEIRA-MG	Não	Sim			
Não						
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
2.000.000.000	100,000000	0	0,000000	2.000.000.000	100,000000	
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR						
096.779.256-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim			
Não						
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/05/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.604
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	65
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	15

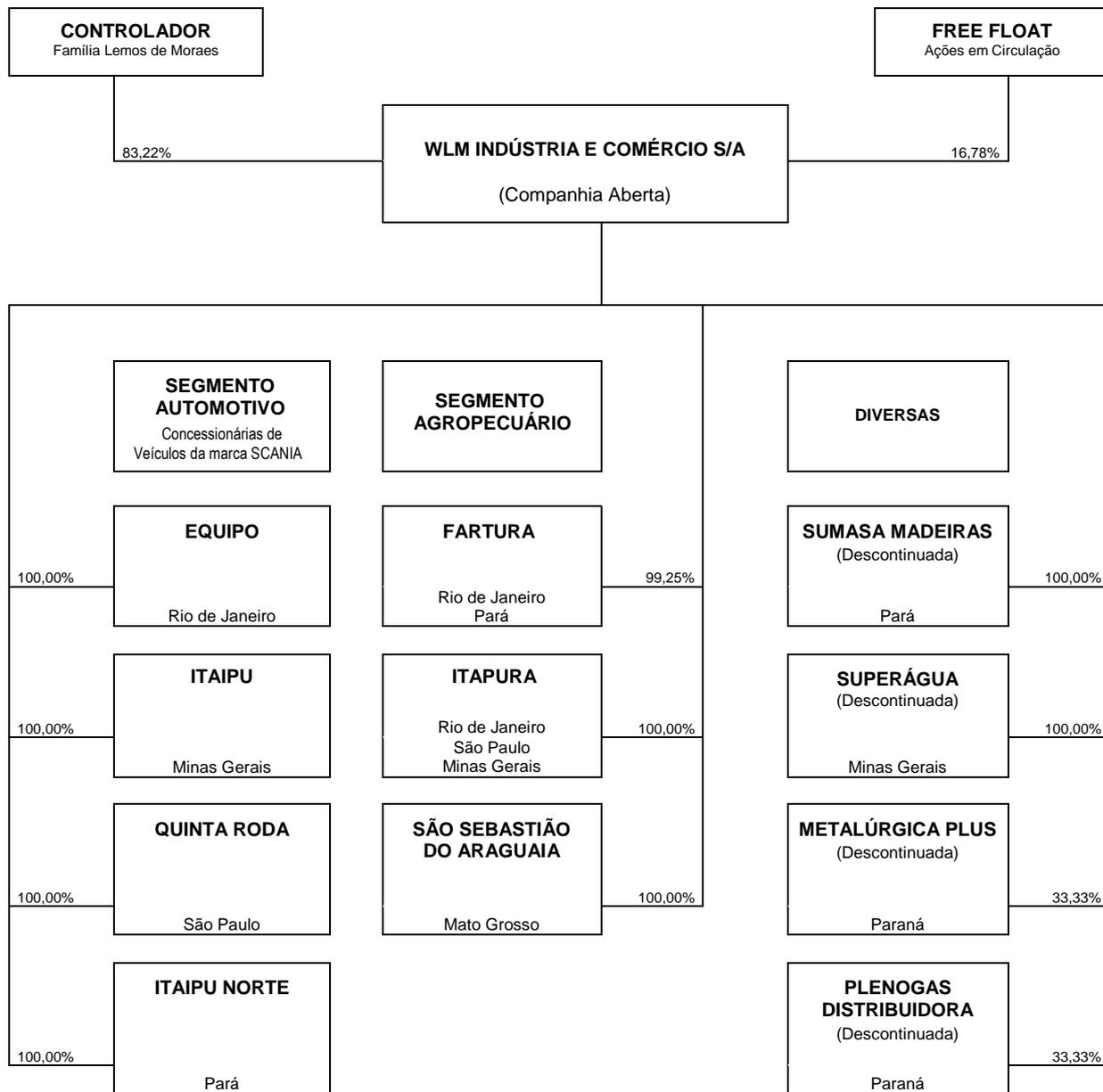
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	930.955	5,617903%
Quantidade preferenciais (Unidades)	5.205.820	26,234450%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	6.136.775	16,852480%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma do grupo econômico:



PARTICIPAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS

FARTURA	%
WLM IND. COM.	94,66
ITAIPU	4,59
TOTAL	99,25

ITAPURA	%
WLM IND. COM.	88,71
QUINTA RODA	4,72
ITAIPU	4,25
EQUIPO	2,32
TOTAL	100,00

S. S. ARAGUAIA	%
WLM IND. COM.	67,81
EQUIPO	18,91
QUINTA RODA	7,12
ITAIPU	6,16
TOTAL	100,00

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**a) partes**

Relativo aos exercícios sociais de 2015, 2014 e 2013, não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

b) data de celebração

Não se aplica. Relativo aos exercícios sociais de 2015, 2014 e 2013 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

c) prazo de vigência

Não aplicável. Relativo aos exercícios sociais de 2015, 2014 e 2013 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle e restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração

Não aplicável. Não há.

e) indicação de Administradores

Não aplicável. Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las

Não aplicável. Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos 3 últimos anos não houve alterações, apesar da Companhia possuir grupo de controle e seus administradores deterem participação acionária.

15.7 - Principais operações societárias

Não há.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos da legislação societária, as operações entre as sociedades controladas, controladoras e/ou coligadas devem observar condições estritamente comutativas e/ou ter pagamento compensatório adequado. As operações e negócios com partes relacionadas à WLM são sempre realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes. De acordo com o artigo 24 do Estatuto Social, compete à Diretoria, coletivamente deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia, exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza.

Por força das operações comerciais para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania, bem como produção e comercialização de produtos agropecuários, a Companhia mantém relações de mútuo com suas controladas e coligadas, com incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic. As operações financeiras das controladas da WLM são avalizadas ou afiançadas na proporção da participação da Companhia no capital social de tais empresas.

De acordo com o BR GAAP, a WLM utiliza o método de consolidação proporcional para consolidar os resultados de suas subsidiárias de cujo capital participem terceiros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.	31/12/2015	1.575.077,48	3.189,96	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO E ARRENDAMENTO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	31/12/2015	2.000.149,46	132.849,54	Não auferido	05 (cinco) anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADORA DIRETA						
Objeto contrato	LOCAÇÃO DE IMÓVEL						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
METALÚRGICA PLUS S.A.	31/12/2015	0,00	-198.300	Não aferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2014	4.007.969,62	0,00	Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	10,910000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MÚTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.	31/12/2014	751.011,18	11.459,37	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	10,910000
Relação com o emissor							
CONTROLADA NÃO OPERACIONAL							
Objeto contrato							
MÚTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2014	13.695.577,51	0,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	10,910000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUAO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.	31/12/2015	6.055.242,17	1.447.463,63	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUAO E ARRENDAMENTO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A.	31/12/2015	11.690,13	0,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUAO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar	Não existe saldo						
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.	31/12/2015	1.007.364,28	0,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.	31/12/2015	1.127.772,00	-1127772,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	13,970000
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.	31/12/2014	3.084.435,71	0,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	10,910000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.	31/12/2014	2.564.900,78	432.086,90	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	10,910000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.	31/12/2014	0,00	0,00	Não auferido.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
No exercício de 2014 não houve operações de mutuo.							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.	31/12/2014	0,00	-1.127.772,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	10,910000
Relação com o emissor							
COLIGADA NÃO OPERACIONAL							
Objeto contrato							
MÚTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2014 não houve operações.							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
LUIZ FERNANDO LEAL TEGON	31/12/2015	432.438,92	0,00	Não auferido	01 (um) ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
Objeto contrato							
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Não há							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Não existe saldo							
METALÚRGICA PLUS S.A.	31/12/2014	0,00	-198.300	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	10,910000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantia						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2014 não houve operações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

O Conselho de Administração autoriza previamente a concessão, pela WLM, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas ou de terceiros.

Assim, todas as operações da WLM, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da WLM está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época. As operações e negócios com as partes relacionadas seguem os padrões comuns para as atividades de mesma natureza, portanto, não ocasionam qualquer benefício ou prejuízo para a WLM ou quaisquer outras partes. Os mútuos da WLM com suas controladas e coligadas que representam o grande volume nas operações descritas em 16.2 supra, se deram em razão de operações mantidas por intermédio destas empresas para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania e também, produção e comercialização de produtos agropecuários. Em referidos mútuos, há a incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
17/09/2015	177.375.435,61		16.571.220	19.843.450	36.414.670
Tipo de capital	Capital Integralizado				
06/04/2011	177.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/04/2010	137.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Autorizado				
23/06/2004	300.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/10/2008	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	28/10/2008	25.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

16/04/2010	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	16/04/2010	20.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

06/04/2011	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06/04/2011	40.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
17/09/2015	3.314.244	3.968.690	7.282.934	16.571.220	19.843.450	36.414.670

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, tendo em vista que não houve redução do capital social da WLM nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

Em **06 de abril de 2011**, por deliberação dos membros do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado que é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), mediante a capitalização de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), correspondente a parte da conta de reserva de investimentos, integrante da reserva estatutária do grupo reserva de lucros, sem emissão de novas ações, passando o capital social **de R\$ 137.375.435,61** (cento e trinta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) **para R\$ 177.375.435,61** (cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 7.282.934 (sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro) ações, sem valor nominal, sendo 3.314.244 (três milhões, trezentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e quatro) ações ordinárias escriturais e 3.968.690 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa) ações preferenciais escriturais.

Em **17 de setembro de 2015**, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, pela totalidade dos acionistas presentes com direito de voto, a proposta de desdobramento das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, passando cada 1 (uma) ação atual a ser representada por 5 (cinco) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social.

Quantidade de ações ON / PN			
Antes do desdobramento		Após desdobramento	
7.282.934		36.414.670	
ON	PN	ON	PN
3.314.244	3.968.690	16.571.220	19.843.450

Foi aprovada, também, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a vigorar com a seguinte nova redação: “Art. 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 177.375.435,61** (cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), dividido em **36.414.670 (trinta e seis milhões, quatrocentos e quatorze mil, seiscentos e setenta) ações escriturais**, sem valor nominal, sendo **16.571.220** (dezesseis milhões, quinhentos e setenta e um mil, duzentos e vinte) **ações ordinárias escriturais** e **19.843.450** (dezenove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta) **ações preferenciais escriturais**”.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social.</p> <p>Nos termos do art. 37 do seu Estatuto Social, a Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei 6.404/76, e o estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da WLM direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 37 do seu Estatuto Social, a WLM distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Nos termos do § 4º, art.5. do Estatuto Social, é prevista garantia de dividendo por ação preferencial, pelo menos, dez por cento superior ao dividendo atribuído a cada ação ordinária.

18.1 - Direitos das ações

Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Não há. Não se aplica.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há previsão de regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública. Não há quaisquer condições suspensivas ou resolutivas no Estatuto Social da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da WLM não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	92.117	77,02	66,24	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.399	58,41	49,54	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.700	57,00	57,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.034	45,27	40,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.639	54,89	50,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	130.175	9,80	5,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	531.572	8,00	4,50	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	328.554	90,00	60,10	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.555.083	88,00	66,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	128.355	81,58	75,40	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.703.002	87,90	75,20	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.679	79,99	76,80	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.907.406	83,00	75,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.204	73,01	73,01	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.433.187	85,00	73,00	R\$ por Unidade	0,00

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.200	56,00	56,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.356.902	89,00	81,49	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	69.845	48,17	43,35	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.612.039	90,00	59,67	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	430.413	70,00	47,99	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.925.336	69,00	40,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.949	69,49	69,49	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.286.172	78,00	47,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Além das ações ordinárias e preferenciais, não existem outros valores mobiliários regulados pela CVM emitidos pela WLM, atualmente.

I. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários: Não aplicável.

II. Outras características relevantes: Não aplicável.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários da WLM admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

- a) **país:** Não aplicável
- b) **mercado:** Não aplicável
- c) **entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:** Não aplicável
- d) **data de admissão à negociação:** Não aplicável
- e) **se houver, indicar o segmento de negociação:** Não aplicável
- f) **data de início de listagem no segmento de negociação:** Não aplicável
- g) **percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:** Não aplicável
- h) **se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:** Não aplicável
- i) **se houver, banco depositário:** Não aplicável
- j) **se houver, instituição custodiante:** Não aplicável

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos 3 últimos anos não houve nenhuma emissão de títulos no exterior, efetuada pela WLM.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos 3 últimos anos não houve oferta pública de distribuição efetuada pela WLM.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não há.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos 3 últimos anos não houve oferta pública de aquisição efetuada pela WLM.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações da WLM nos exercícios de 2015, 2014 e 2013

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações da WLM nos exercícios de 2015, 2014 e 2013

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a) Data de Aprovação: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários, criada por disposição estatutária. b) Pessoas Vinculadas: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários. c) e d) Principais características e previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável. Não há.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações (“Política de Divulgação”) da WLM está sujeita às disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações posteriores. Em consequência, a divulgação de informações que, por sua natureza, possam gerar ato ou fato relevante, necessariamente fundamenta-se nos seguintes princípios básicos:

- . obediência à legislação específica e à regulamentação da Comissão de valores Mobiliários (CVM);
- . coerência com as melhores práticas de relações com investidores; e
- . transparência e equidade de tratamento.

O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela divulgação ao mercado de informações referentes a atos ou fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da WLM, na forma prevista na legislação específica e na Política de divulgação da Companhia. A informação será disponibilizada de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, zelando assim pela ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários da WLM são negociados.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A política de divulgação está disciplinada pela Instrução CVM-358/2002 e alterações posteriores. O acesso a informações sobre ato ou fato relevante, antes de sua divulgação pública, é limitado aos profissionais da Companhia diretamente envolvidos com o assunto em pauta, até que sua divulgação seja oportuna. Os Diretores, membros do Conselho de Administração e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da WLM e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na WLM, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante, devem guardar sigilo sobre essas informações até sua divulgação pública e zelar para que subordinados e outras pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com esses no caso de descumprimento.

A Política de Divulgação de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar à bolsa de valores, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso.

De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações. Sempre que a Administração da WLM decidir pela guarda de sigilo sobre informação de ato ou fato relevante e esta escapar ao seu controle, o Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar, publicamente, de forma imediata, esta informação.

21.4 - Outras informações relevantes

A Companhia divulgará simultaneamente ao mercado de capitais informações sobre a WLM, por meio de publicação de comunicados nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Empresa, podendo ser feito de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada estará disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

A WLM adota a utilização do seu *website* www.wlm.com.br, bem como os websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da *BM&FBOVESPA* (www.bmfbovespa.com.br) para a disponibilização imediata de comunicados, informações operacionais, sobre eventos corporativos, pagamentos de dividendos e títulos de dívida emitidos, demonstrações financeiras trimestrais e anuais e documentos arquivados com a CVM, cotações de ações da WLM nas Bolsas de Valores onde a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

A Política de Divulgação de Informações prevê, ainda, que os administradores e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar ao Diretor de Relações com Investidores a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, em nome próprio ou de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.